

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

RAFAEL FAUSTINO OLIVEIRA

**“NÓS NÃO SOMOS AGÊNCIA HUMANITÁRIA, NÓS SOMOS
A AGÊNCIA DO REINO DE DEUS”:** *proselitismo religioso e
ação social evangélica com migrantes*

SÃO CARLOS-SP
2026

RAFAEL FAUSTINO OLIVEIRA

**“NÓS NÃO SOMOS AGÊNCIA HUMANITÁRIA, NÓS SOMOS A
AGÊNCIA DO REINO DE DEUS”: proselitismo religioso e ação social
evangélica com migrantes**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientadora: Svetlana Ruseishvili

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)
[Código de Financiamento 001]
[Processo: 88887.958442/2024-00]

SÃO CARLOS-SP
2026

Oliveira, Rafael Faustino

“Nós não somos agência humanitária, nós somos a agência do Reino de Deus”:
proselitismo religioso e ação social evangélica com migrantes / Rafael Faustino
Oliveira -- 2026.
145f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São
Carlos, São Carlos

Orientador (a): Svetlana Ruseishvili

Banca Examinadora: Svetlana Ruseishvili, André Ricardo de Souza, Marcio

Sergio Batista Silveira de Oliveira

Bibliografia

1. igrejas evangélicas. 2. Deslocamento forçado. 3. Organizações religiosas. I.
Oliveira, Rafael Faustino. II. Título.

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Sociologia

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-graduação em Sociologia

Folha de aprovação

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Mestrado do candidato Rafael Faustino Oliveira, realizada em 04/03/2026:

Profa. Dra. Svetlana Ruseishvili
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. André Ricardo de Souza
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Marcio Sergio Batista Silveira de Oliveira
Universidade Federal do Paraná

AGRADECIMENTOS

Resultado de dois anos de intenso esforço em pesquisa, este trabalho representa um marco em minha trajetória muito desejado por mim, mas que não poderia ser obtido sem a ajuda e o apoio de muitas pessoas e instituições. Por isso, cito algumas delas, mesmo sabendo que há tantas outras a quem sou grato e que este esforço é sempre incompleto.

Agradeço em primeiro lugar à minha orientadora, Profa. Svetlana Ruseishvili, pelas incontáveis contribuições à pesquisa e à minha formação, e pela postura sempre atenta e disponível para minhas dúvidas e descobertas. Sou um grande admirador do seu entusiasmo pelo conhecimento e pelo fazer científico, e me considero extremamente privilegiado por ter a oportunidade de aprender contigo sobre os variados aspectos da vida acadêmica.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento deste trabalho, que foi essencial para sua execução.

Também a todo o corpo docente e técnico-administrativo do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, que me deu as condições necessárias para realizar esta pesquisa. Obrigado especialmente aos docentes com quem interagi nas disciplinas e contribuíram diretamente com o avanço deste trabalho: Prof. Jacob Carlos Lima, Profa. Jacqueline Sinhoretto, Profa. Aline Suelen Pires e prof. Fábio Sanchez. Ao professor Sanchez, agradeço também pela leitura atenta de versões anteriores da seção metodológica deste trabalho e conselhos valiosos para seu aperfeiçoamento. Também sou grato à secretária do Programa, Silmara Dionizio, pela ajuda em diversos momentos solucionando dúvidas; e aos colegas discentes, que me ajudaram a amadurecer ideias e a enfrentar os desafios da pesquisa. Em especial minha amiga Gabriela Lima, pela companhia em momentos importantes dessa formação e pela leitura e apontamentos generosos no projeto desta pesquisa.

Obrigado também aos membros das bancas de defesa e qualificação desta pesquisa, pela leitura atenta e correções que ajudaram a aperfeiçoá-la: prof. André Ricardo de Souza; prof. Márcio de Oliveira e profa. Suzana Ramos Coutinho. Ao professor André, muito obrigado também pelos diversos ensinamentos sobre a Sociologia da Religião e por me receber no Núcleo de Estudos de Religião, Economia e Política (NEREP), onde aprendo muito sobre a realidade social relacionada às práticas religiosas. Agradeço também aos integrantes desse grupo pelas trocas valiosas durante o período da pesquisa.

Obrigado também às colegas do Grupo Interdisciplinar de Estudos das Migrações e Mobilidade (InterMob) pelas discussões e contribuições no âmbito das migrações; e às

coordenadoras do projeto Mapeamento da Política de Vistos Humanitários no Brasil, profa. Patrícia Martuscelli, profa. Natalia Cintra e a já citada profa. Svetlana, pelo grande ensinamento que foi participar dessa pesquisa. E, se cito InterMob e HumanVisa, preciso agradecer especialmente à grande amiga que fiz durante este mestrado e parceira de desafios acadêmicos, Ana Maria Augusti. Obrigado por dividir comigo os momentos de aprendizado, diversão e angústia que fazem parte do nosso ofício, e pelos vários incentivos durante os últimos dois anos.

Sou muito grato também às pessoas que aceitaram falar comigo para a realização deste estudo e confiaram a mim depoimentos sensíveis e profundos. Seja nas igrejas, nas organizações da comunidade ucraniana, nas casas dos interlocutores ou mesmo em chamadas virtuais, fui sempre muito bem recebido por todos que se dispuseram a falar comigo, e espero que a qualidade deste trabalho justifique a confiança que vocês demonstraram a mim. Obrigado também à pesquisadora Rita de Cássia Gonçalo Alves, por se dispor a conversar comigo e compartilhar experiências de pesquisa que ajudaram a definir o escopo deste trabalho.

Eu também não teria conseguido concluir este trabalho, realizado em um momento sensível de transição entre carreiras, se não tivesse o constante apoio de minha família, a quem agradeço imensamente: sobretudo minha mãe, Nilza, a maior força que encontro em toda minha vida, e que jamais mediu esforços para me ajudar de qualquer forma que estivesse ao seu alcance; e minha irmã, Bárbara, cujo amor atravessa o Atlântico diariamente para me preencher deste lado do mar. Sem vocês eu não seria pesquisador, não me manteria em movimento, não seria o ser humano realizado que hoje me considero. Todas minhas conquistas são também suas.

E, se alcanço qualquer alegria, preciso atribuir boa parte dela ao apoio e carinho que recebo da minha noiva, e em breve esposa, Julia. Que me incentiva em todos meus objetivos, compreende minhas ausências, comemora comigo cada passo dado e representa todo carinho que eu preciso em meus retornos. Muito obrigado, e que sorte eu tenho em poder planejar a vida com você, meu amor!

Por fim, agradeço *in memoriam* àqueles cujo apoio infelizmente já não consigo retribuir da forma como mais gostaria. Ao meu padrinho, William, pelo amor que me encheu de forças desde pequeno e pelo constante incentivo à escrita, ofício que você conhecia tão bem; e ao meu pai, Dirceu, de quem a saudade que sinto não caberia nem em mil páginas de texto. Obrigado por ter me formado ser humano, por tanto amor demonstrado em vida, e por ter me ensinado a importância do apreço pela leitura, pela escrita e pelo trabalho intelectual.

Dedico este trabalho a estas duas figuras brincalhonas, rebeldes e afetuosas, que forjaram, na amizade constituída ainda na sua infância, um mundo mais bonito, de que eu e tantos outros nos beneficiamos hoje.

RESUMO

Nesta pesquisa, investigo em que medida as ações sociais de organizações e igrejas evangélicas direcionadas a pessoas em deslocamento forçado são condicionadas por expectativas de fidelidade ou adesão religiosa. Para isso, é analisada a atuação de uma rede de igrejas desse segmento religioso junto a ucranianas que foram trazidas ao Brasil após o início da guerra na Ucrânia em 2022. A coleta de dados foi feita a partir de 22 entrevistas com roteiros semiestruturados realizadas durante pesquisa de campo em Curitiba e Prudentópolis, no Paraná, com representantes de igrejas participantes da ação, voluntários e outras pessoas que participaram do processo migratório, e migrantes ucranianas que permaneceram no país. A análise dos dados tem como guia a Análise Sociológica do Discurso (ASD) formulada pela Escola Qualitativista de Madri, entendendo o discurso não apenas como vocabulário utilizado, mas como uma forma de produção de realidade e de saber, inscrito em dinâmicas de poder e para além da intencionalidade. Defendo que igrejas e organizações evangélicas frequentemente atuam no campo migratório de modo proselitista e com objetivos expansionistas, utilizando as ações sociais para cumprir a missão bíblicamente inspirada de converter pessoas de todos os povos. Tais atores o fazem com distintas abordagens e discursos, mas frequentemente buscando uma ação “integral” que as coloque como principais ou únicas benfeitoras das pessoas beneficiadas, enquanto desincentivam que estas procurem outras fontes de apoio. Essas estratégias encontram barreiras que limitam seus resultados, sendo a principal delas a dificuldade de atingir um número relevante de pessoas não evangélicas em determinados contextos. Sugiro, ainda, que existe uma tendência de crescimento na ação social evangélica no deslocamento forçado, a partir da identificação pelas lideranças religiosas deste campo como profícuo para alcançar pessoas de diferentes perfis culturais e religiosos; de suas extensas redes de conexões religiosas, políticas e econômicas; e da crescente abertura dos Estados nacionais e organizações internacionais à sua participação em políticas humanitárias e na governança migratória.

Palavras-chave: igrejas evangélicas, deslocamento forçado, organizações religiosas, governança migratória, proselitismo religioso, ação social evangélica.

ABSTRACT

In this research, I investigate the extent to which the assistance provided by evangelical organizations and churches to people in forced displacement is conditioned by an expectation of religious loyalty or adherence. To this end, I analyze the activities of a network of evangelical churches in relation to Ukrainians brought to Brazil following the onset of the war in Ukraine in 2022. Data collection was conducted through 22 semi-structured interviews carried out during fieldwork in Curitiba and Prudentópolis, in the Brazilian state of Paraná, with representatives of participating churches, volunteers and other individuals involved in the migration process, and Ukrainian migrants who remained in the country. Data analysis is guided by the Sociological Discourse Analysis (SDA) developed by the Madrid Qualitative School, understanding discourse not merely as vocabulary employed, but as a form of production of reality and knowledge, inscribed in power dynamics and beyond intentionality. I argue that evangelical churches and organizations frequently operate in the migration field in a proselytizing manner and with expansionist objectives, utilizing social actions to fulfill the biblically inspired mission of converting people from all nations. These actors pursue this end through diverse approaches and discourses but often seek an "integral" action that positions them as the primary or sole benefactors of the assisted individuals, while discouraging them from seeking other sources of support. These strategies encounter barriers that limit their outcomes, the main one being the difficulty of reaching a significant number of non-evangelicals in specific contexts. I further suggest that there is a trend toward growth in evangelical social action regarding forced displacement, stemming from religious leaders' identification of this field as fertile for reaching individuals of diverse cultural and religious profiles; from their extensive networks of religious, political, and economic connections; and from the increasing openness of national states and international organizations to their participation in humanitarian policies and in the migration governance.

Keywords: evangelical churches, forced displacement, faith-based organizations, migration governance, evangelical social engagement, religious proselytism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Templo principal da PIB Curitiba (no bairro Batel)	57
FIGURA 2 - Divulgação do evento “Construindo minha equipe” em 2023	62
FIGURA 3 - Elias Dantas em sermão na Primeira Igreja Batista de Curitiba	76
FIGURA 4 – Mapa da região da Galícia	83
FIGURA 5 – Igreja de São Josafat	84
FIGURA 6 – Igrejas católicas ucranianas em Prudentópolis (PR)	85
FIGURA 7 – Primeira Igreja Batista de Prudentópolis	89
FIGURA 8 – Sinalização em português e ucraniano na Primeira Igreja Batista de Prudentópolis	90
FIGURA 9 – Ucranianas participam de culto ao serem recebidas na PIB Curitiba em 20 de março de 2022	96
FIGURA 10 – Capa da cartilha de direitos humanos para ucranianos migrantes e refugiados no Brasil	101
FIGURA 11 - Recepção a ucranianas na Primeira Igreja Batista de Curitiba	104

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Procedimentos de Análise Sociológica do Discurso	33
TABELA 2 - Vistos temporários emitidos a pessoas nascidas na Ucrânia desde 24 de fevereiro de 2022	67
TABELA 3 - Regularizações de situação migratória de pessoas ucranianas em 2022 nas cidades onde atuou a GKPN	69

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ASD	Análise Sociológica do Discurso
CSGC	Centro para Estudos do Cristianismo Global
GKPN	Global Kingdom Partnership Network
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PC	Patrocínio Comunitário
PIB-C	Primeira Igreja Batista de Curitiba
PIB-P	Primeira Igreja Batista de Prudentópolis
VH	Vistos Humanitários

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Religião e migração: velhas conhecidas num mundo em transformação	21
Percurso metodológico	26
Desenho do campo	27
Materiais e métodos.....	29
Análise dos dados	31
1. HUMANITARISMO E PROSELITISMO NO DESLOCAMENTO FORÇADO ...	35
Governamentalidade e razão humanitária na gestão das migrações.....	36
Ação social evangélica e as igrejas na esfera pública	41
Os debates e discursos em torno do proselitismo	47
2. “UMA FERRAMENTA TREMENDA QUE DEUS TRAZ”: IGREJAS EVANGÉLICAS E AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS	54
Da solidão do pastor à rede internacional de igrejas	54
Vistos Humanitários: surgimento e uso no Brasil	64
A chegada das ucranianas ao Brasil.....	67
Justificativas para um fluxo migratório pouco comum	70
O “evangelismo de persuasão” na ação social evangélica	74
3. “FELIZ POR UM LADO, MAS TRISTE PELO OUTRO”: DISPUTAS EM TORNO DO AGENCIAMENTO EVANGÉLICO A MIGRANTES	82
“Tinha que ir alguém com origem ucraniana”: o expansionismo batista em Prudentópolis	87
Avanço evangélico em meio ao neoliberalismo	91
Redes evangélicas e seus efeitos nas migrações.....	94
“Isolamento” ou “proteção”? Discursos conflitantes no acolhimento a migrantes	97
Fissuras e insuficiências na ação “integral” das igrejas	110
Ações sociais e seus resultados para o expansionismo evangélico	120
CONCLUSÃO: O CENÁRIO FAVORÁVEL PARA AÇÕES SOCIAIS EVANGÉLICAS NO CAMPO MIGRATÓRIO.....	126
REFERÊNCIAS	134

INTRODUÇÃO

Quando o exército russo invadiu as fronteiras ucranianas por diversos lados na madrugada do dia 24 de fevereiro de 2022, iniciou-se não somente uma guerra aberta entre dois países que já passavam por conflitos intermitentes no leste ucraniano desde 2014; mas também um novo fluxo de deslocamento forçado, sobretudo de mulheres, crianças e idosos ucranianos que buscavam fugir das zonas mais quentes do conflito e do jugo dos militares russos. Iniciou-se mais um capítulo entre os vários da história recente de conflitos armados motivando deslocamentos forçados de grandes populações, e que levaram o número de pessoas nessa situação a 123,2 milhões em 2024, mais que o dobro de indivíduos com relação a 10 anos antes¹.

Num primeiro momento a população civil ucraniana deslocou-se principalmente do leste para o oeste do país, buscando cidades como Lviv, que acreditavam estar menos sujeitas aos bombardeios russos. Logo ficou claro que tal esperança era ilusória e foi necessário atravessar fronteiras internacionais para buscar lugar seguro. Nos dois primeiros meses após a invasão russa à Ucrânia, pelo menos 4,6 milhões de pessoas deixaram o território ucraniano², configurando o maior deslocamento internacional de pessoas na Europa desde a Segunda Guerra Mundial³, o que exerceu grande pressão sobre os países vizinhos para absorver esse contingente e gerou novas campanhas e ações de organizações internacionais que monitoram e gerenciam fluxos migratórios (Mikheieva *et al.*, 2023; Voitsikhovskiy *et al.*, 2022).

Ainda antes que a guerra completasse um mês, chegou ao Brasil a notícia de que ucranianos fugindo da guerra viriam ao país. Eles seriam trazidos pela Global Kingdom Partnership Network (GKPN), um nome que nunca havia habitado os noticiários até essa ocasião. Nessa primeira vez em que o nome da organização chegou aos meios de comunicação de massa, descreveu-se a GKPN em termos vagos, como uma rede de líderes evangélicos espalhados pelo mundo⁴, mas pouco ou nada se falou sobre como tal intermediação e deslocamento aconteceriam, ou como foi financiada a ação.

¹ Números dos relatórios anuais do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) sobre o tema para 2024 (<https://www.unhcr.org/global-trends-report-2024>) e 2014 (<https://www.unhcr.org/media/unhcr-global-trends-2014>). Em 2014 o número era de 59,5 milhões de pessoas. Acesso em 18 dez. 2025.

² Segundo o ACNUR: <https://www.unhcr.org/ua/en/news/minister-communities-and-territories-development-ukraine-and-unhcr-representative-ukraine-sign>. Acesso em 18 dez. 2025.

³ Segundo a Organização das Nações Unidas: <https://ukraine.un.org/en/175836-war-has-caused-fastest-and-largest-displacement-people-europe-world-war-ii>. Acesso em 18 dez. 2025.

⁴ Ver notícias como “Primeiro grupo de refugiados ucranianos chega ao Brasil” (<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/03/18/primeiro-grupo-de-refugiados-ucranianos-chega-ao-brasil.ghtml>) e “Famílias

Foi após saber deste acontecimento, em meados de 2023, que decidi construir em torno dele meu projeto de mestrado. Era minha intenção, desde concluída minha pesquisa de iniciação científica sobre um conflito interno nas igrejas ortodoxas russas em São Paulo (Faustino, Ruseishvili, 2024), seguir estudando o nexo religião-migração, seguindo inicialmente uma intuição (depois confirmada pelas leituras a respeito) de que a primeira parte desta relação frequentemente contém um conjunto de pré-disposições, saberes e recursos para lidar com os efeitos da segunda. Dessa forma, eu poderia também seguir explorando meu interesse pelas culturas eslavas e sua história, fator que me motivou a realizar a iniciação científica em primeiro lugar. Após considerar a possibilidade de pesquisar os efeitos da migração forçada sobre essas ucranianas⁵, tendo-as como principal sujeito da pesquisa, entendi, em diálogo com a orientadora, que tal não seria possível. Pois, além de uma barreira linguística que dificultaria uma captação satisfatória da experiência delas, descobri na pesquisa exploratória que essas pessoas já haviam, em sua grande maioria, saído do Brasil após um ano vivendo no país. Assim, deslocamos o foco do projeto para a atuação da rede de igrejas que intermediou o processo migratório, buscando compreender como se dá e a relação entre valores religiosos e ação humanitária nesse tipo de ação.

Após uma pesquisa exploratória, compreendi que a GKPN intermediou a chegada de cerca de 180 ucranianas ao Brasil entre março e maio de 2022 por meio de sua rede de igrejas no país, responsabilizando-se pela subsistência das pessoas deslocadas durante um ano. A ação incluiu igrejas em pelo menos oito cidades: Prudentópolis, Guarapuava, Londrina, Apucarana e Maringá (PR); Sorocaba e São José dos Campos (SP); e Belo Horizonte (MG). Já a cidade de Curitiba serviu como ponto inicial de recepção e prestação de cuidados iniciais antes que as migrantes fossem enviadas aos demais destinos. O atendimento incluiu transporte aéreo, moradia, alimentação, aparelhos celulares, atendimento médico e ajuda de custo com outras despesas. Também foi fornecida “assistência espiritual”⁶ às pessoas deslocadas. Segundo um dos representantes da rede, tudo isso foi feito mediante “contrato com as igrejas lá na Europa” que prestaram um primeiro atendimento às ucranianas, e com a esperança “de que muita gente

ucranianas buscam uma vida nova em BH” (https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/05/01/interna_gerais.1363462/familias-ucranianas-buscam-uma-vida-nova-em-bh.shtml). Acesso em 18 dez. 2025.

⁵ A maior parte das pessoas que vieram ao Brasil neste fluxo são mulheres. Por isso, quando estiver falando do grupo que veio ao Brasil, me referirei a elas no gênero feminino ao longo do texto.

⁶ Ver “REFUGIADOS UCRANIANOS | Face a Face - Pr. Paschoal Piragine Jr” no canal da Primeira Igreja Batista de Curitiba no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=tehc_Sd6BTA à 1h02m36s. Acesso em 18 dez. 2025. Os dois trechos seguintes entre aspas nessa frase estão no mesmo vídeo, nos 20s’ subsequentes ao instante mencionado nesta nota.

vai se converter por isso”. Também se afirmou que a ajuda foi dada mediante “compromisso com essas famílias e com o Itamaraty, o governo brasileiro”⁷, que concedeu os Vistos Humanitários (VH) utilizados pelas migrantes para chegar ao Brasil. Dados do campo indicaram mais tarde que todo esse processo, envolvendo igrejas e autoridades governamentais na Ucrânia e no Brasil, foi articulado pessoalmente pelo fundador e líder da GKPN, o pastor e teólogo brasileiro Elias Dantas, cabendo às igrejas operacionalizar a ajuda às migrantes. Após um ano no Brasil – em alguns casos, antes mesmo desse período se completar – a quase totalidade das ucranianas saíram do país, seja para voltar à Ucrânia ou se dirigir a outros países europeus, de onde esperavam poder voltar mais rapidamente para casa uma vez que a guerra acabasse.

A pesquisa então foi desenhada de modo a responder à seguinte pergunta: em que medida as ações sociais de organizações e igrejas evangélicas direcionadas a pessoas em deslocamento forçado são condicionadas por expectativas de fidelidade ou adesão religiosa? Além dos indícios captados inicialmente que indicavam expectativa de conversão das pessoas beneficiadas pela GKPN, este direcionamento foi influenciado pelos diagnósticos, encontrados na revisão bibliográfica preliminar, indicando diferenças entre as atuações de igrejas e organizações católicas, mais tradicionais neste tipo de ação, e as das evangélicas – com estas mais propensas ao proselitismo religioso e à expectativa de conversão ou fidelidade religiosa das pessoas beneficiadas (Alves, 2020; Vasconcelos, 2022; Ruseishvili, Teodoro, 2023). Tal expectativa pode se manifestar pela tentativa aberta de conversão ou pelas repetidas exposições dos auxiliados aos testemunhos e argumentos que relacionam a ajuda humanitária aos valores religiosos (Lynch, Schwarz, 2016).

Assim, o objetivo geral do estudo foi o de compreender como se relacionam ação humanitária e proselitismo religioso no atendimento da GKPN a ucranianas em deslocamento forçado desde o início da Guerra na Ucrânia em fevereiro de 2022. Objetivos específicos foram: a) caracterizar a GKPN enquanto organização, verificando como ela se situa enquanto ente autônomo e qual exatamente é sua relação com as igrejas parceiras; b) descrever a atuação da GKPN e das igrejas parceiras junto às deslocadas ucranianas desde o início da guerra; c) analisar a presença de proselitismo religioso e de expectativas da GKPN e igrejas com relação a comportamentos religiosos das deslocadas.

⁷ Idem, aos 59min02s.

Qualitativa, a pesquisa teve como principal técnica de coleta de dados entrevistas com roteiros semiestruturados, realizadas com: a) representantes da GKPN e de igrejas evangélicas que atuaram na recepção das ucranianas, b) voluntários de dentro e fora das igrejas que acompanharam e/ou participaram desse processo, incluindo integrantes de organizações de ucranianos e descendentes de ucranianos no Brasil; c) migrantes ucranianas⁸. Boa parte dessas entrevistas foi realizada na pesquisa de campo, uma viagem de 11 dias do pesquisador a Curitiba e Prudentópolis⁹, no Paraná, realizada entre março e abril de 2025 para realizar as entrevistas mencionadas e conhecer igrejas e outros espaços frequentados pelas ucranianas durante seu período no Brasil. Também foram entrevistadas à distância pessoas de outras localidades que interagiram com as migrantes. Complementa a metodologia uma pesquisa exploratória, realizada no primeiro ano de mestrado, buscando em imprensa e redes sociais informações e manifestações de representantes da GKPN na época do processo migratório – o que acabou tendo especial importância para o objetivo de caracterizar essa organização, que não tinha menções na academia ou na mídia até a divulgação do seu atendimento às ucranianas. Pronunciamentos e sermões de líderes religiosos disponibilizados nas redes sociais foram cruciais para responder à pergunta central da pesquisa, como se verá no capítulo 2.

A análise dos dados foi realizada tendo como referência a Análise Sociológica do Discurso (ASD) tal como formulada pela Escola Qualitativista Crítica de Madri. Esta opção foi escolhida a partir do entendimento de que, com o processo migratório estudado já tendo se concluído e quase nenhuma fonte bibliográfica sobre o caso disponível, o discurso (verbal e não verbal) das pessoas envolvidas seria a principal matéria-prima para recriar – tanto quanto possível – aquele cenário. As principais referências são os trabalhos de Conde (2009) e Godoi, Coelho e Serrano (2014). Os procedimentos de análise incluíram duas leituras do *corpus* de textos, separação das entrevistas em trechos suficientemente inteligíveis, criação de uma matriz de análise para classificá-los e, por último, análise dos trechos considerados mais importantes para os pontos sensíveis envolvendo os objetivos do estudo.

Os resultados indicam que as igrejas e organizações evangélicas frequentemente exercem suas ações sociais no campo migratório de modo proselitista e com objetivos expansionistas, visando cumprir o que no meio evangélico é chamado de “Grande Comissão”:

⁸ Esses depoimentos de migrantes são minoria entre os obtidos, e não são representativos para caracterizar o processo migratório, dado que quase todas as ucranianas que vieram ao Brasil com a GKPN saíram do Brasil após um ano no país. Mas serviram, nos casos pontuais alcançados, para ilustrar pontos específicos do estudo, como o trajeto realizado internamente na Ucrânia antes de vir ao Brasil, e a motivação para vir ao Brasil.

⁹ A lógica dessas escolhas é explicada na seção “Materiais e métodos” desta introdução.

a missão deixada por Jesus para seus seguidores, conforme o Evangelho de Mateus¹⁰, de “fazer discípulos de todas as nações”. No caso estudado, a GKPN adotou tal postura se inspirando no “evangelismo de persuasão” proposto pelo teólogo evangélico estadunidense Charles Peter Wagner (1998), estrategista para o crescimento do cristianismo evangélico. Tal modo de evangelização se baseia no modelo proposto por Wagner com base em “três P’s”: “presença”, “proclamação” e “persuasão”. Wagner defende que, para além de praticar ações sociais para reproduzir o exemplo de Jesus Cristo junto aos necessitados (“presença”) e proclamar a motivação bíblica para suas ações (“proclamação”), os agentes religiosos que se inserem em ações sociais não completam sua missão “até que homens e mulheres aceitem o evangelho, acreditem em Jesus, sejam incorporados à igreja como membros responsáveis” (Wagner, 1998, p. 56). A inspiração nessa postura esteve evidente nos princípios delineados pelo fundador e líder da GKPN para o atendimento às ucranianas, conforme explicitado em pregações para os fiéis das igrejas que as receberiam: a ajuda às migrantes, afirmou, deveria ser dada de modo a construir a “casa missionária” de cada cristão, que só se completa, nas suas palavras, quando “o discípulo é feito e continua sua jornada quando faz a profissão de fé e o batismo na igreja que eu pertença”¹¹. Assim, buscou-se prioritariamente a expansão das igrejas participantes na ação às migrantes, postura resumida pelas palavras do líder da GKPN no início do atendimento: “nós não somos agência humanitária, nós somos a agência do Reino de Deus”.

A abordagem do “evangelismo de persuasão” vai além do que propõem outras doutrinas em ações sociais evangélicas, como o “evangelismo de estilo de vida” (Bornstein, 2005; Flanigan, 2010), em que se espera que, frente ao bom exemplo demonstrado pela organização, os beneficiados por sua ação sejam contagiados por ele e procurem, por iniciativa própria, a adesão ao cristianismo evangélico. Essa variedade de abordagens reflete uma tensão existente nas ações sociais evangélicas, marcada pela necessidade enfrentada por esses atores de cumprir tanto o objetivo de fazer avançar o “Reino de Deus”, promovendo o crescimento do cristianismo evangélico; quanto o de adequar seu modo de ação às expectativas dos atores seculares que participam da governança das ações humanitárias.

Os resultados também mostram que, ao buscar cumprir seus objetivos evangelísticos nas ações sociais no deslocamento forçado, essas igrejas e organizações buscam também

¹⁰ Mateus 28:18-20: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado. E eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século.”

¹¹ Para essa citação e a seguinte, ver “O DRAMA DOS REFUGIADOS UCRANIANOS E NOSSA OPORTUNIDADE DE SERVIR! - DR. ELIAS DANTAS | 29.03.2022” no canal da Igreja da Cidade no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=IAqDQVc2hn4>, aos 57min20s. Acesso em 18 dez. 2025.

exercer uma atuação “integral”, ou “holística”, que as coloque em posição de principais ou únicas benfeitoras das pessoas beneficiadas. Isso é possibilitado pela ampla rede de conexões econômicas das igrejas participantes, bem como mobilização da base de fiéis, que permitem a viabilização financeira da operação; e implica em um controle social sobre as interações sociais dessas pessoas e no desencorajamento à sua procura por outras fontes de auxílio. Ao mesmo tempo, as igrejas buscam publicizar sua atuação e exibir às comunidades locais os seus benefícios, exibindo-se como atores mais legítimos a ajudar pessoas em vulnerabilidade. Tais fatores integram a “cristianização cultural” da sociedade civil (Elisha, 2011, 2014) tentada pelas elites evangélicas. Isto é: quando atores dessa tradição religiosa buscam “infundir a sociedade civil, e todas as relações constituídas nesse âmbito, com valores religiosos e códigos morais que emanam dos ditames do protestantismo evangélico conservador” (Elisha, 2011, p. 271), esperando assim “transformar a cultura pública em um espaço de intervenção missionária” (Elisha, 2014, p. 433). Dessa forma, a GKPN buscou utilizar o atendimento às ucranianas como forma de expandir o alcance evangélico em cidades como a paranaense Prudentópolis, onde a principal igreja parceira da GKPN na ação enfrentava grande dificuldade para abrir uma congregação local devido à resistência da comunidade histórica de origem ucraniana, que tem tradição católica. Também se tentou gerar atratividade para as igrejas ao realizar grandes eventos para exibir a sua ação à imprensa e a embaixadores estrangeiros, aproveitando-se da comoção gerada pela Guerra na Ucrânia. Paralelamente, as migrantes ucranianas foram desestimuladas pelas igrejas de fazer contato amplo com a comunidade ucraniana estabelecida no Paraná, e sofreram reprimendas de lideranças quando buscaram complementar a ajuda recebida das igrejas buscando benefícios do governo brasileiro.

No entanto, tal modelo de atuação em processos migratórios apresentou limitações que prejudicam os objetivos esperados pelas igrejas. O agenciamento de migrantes em deslocamento forçado via redes evangélicas transnacionais, como o praticado no caso presente, fez com que poucas pessoas não evangélicas fossem atendidas pelas igrejas, à medida em que quem procurou as igrejas parceiras da GKPN na Ucrânia já professava essa fé. Dinâmicas migratórias contextuais, como o baixíssimo interesse de deslocadas ucranianas pelo Brasil, uma vez que tinham ampla aceitação para abrigo na Europa, também limitaram o alcance da ação. Assim, foram frustradas expectativas de evangelização mais ampla, como me manifestou uma pessoa interlocutora: “a gente ficou feliz por um lado, mas triste pelo outro, porque a gente estava se programando, né? Imagina, eles vão conhecer Jesus aqui com a gente, né? Mas eles já tinham uma caminhada [na religião], já”.

Ainda assim, resultados considerados positivos surgiram para as igrejas participantes. Alguns deles foram a expansão da igreja que atendeu as ucranianas em Prudentópolis, cidade priorizada pela GKPN para a ação, inclusive com a conversão de pessoas da comunidade ucraniana local que se comoveram com a situação; e o maior engajamento da base de fiéis das igrejas envolvidas em suas ações sociais, aumentando as contribuições financeiras a tais ações e gerando expectativa pela evangelização de mais pessoas por esse meio.

A pesquisa também revela como tem ganhado tração nas igrejas evangélicas a ideia de buscar a evangelização do mundo via ações sociais. Tal abordagem tem sua inspiração no Pacto de Lausanne, documento histórico que conclama os integrantes da religião a atuarem com base bíblica para solucionar os principais desafios sociais vistos no mundo, como a pobreza e a desigualdade, e influencia diretamente as ações sociais evangélicas contemporâneas; e se vale de transformações históricas que se intensificaram e impulsionaram o desenvolvimento socioeconômico ao longo do século XX. As duas principais abordadas nesse trabalho são: a governamentalidade, conceituada por Foucault (1979) para se referir ao conjunto de técnicas e táticas de governo que emergiu conforme “o espaço real da luta política” se deslocou para a administração da população e de seu bem-estar, incluindo seus bens materiais (Foucault, 1979, p. 292); e a “razão humanitária”, teorizada por Fassin (2012): um modo de organização de pensamentos e ações baseado em sentimentos morais e na “lógica da compaixão”, com a intenção anunciada de remediar o sofrimento alheio, mas que traz consigo relações de dominação, em que as vítimas de infortúnios passam a ser administráveis. A relação entre esses dois aspectos da realidade contemporânea pode ser observada na governança migratória, em que o Estado compartilha responsabilidades e funções dos processos migratórios com organizações da sociedade civil (incluindo as religiosas), mantendo, apesar disso, instrumentos de controle que visam, ao mesmo tempo, gerar publicidade positiva para suas ações humanitárias e evitar os efeitos indesejados da migração. O exemplo mais claro está nos VH, utilizados pelas ucranianas para chegar ao Brasil em 2022.

Com base no arcabouço teórico delineado acima, este trabalho é composto por esta introdução, três capítulos e a conclusão. Na introdução, após esse texto inicial, há uma revisão bibliográfica sobre a relação entre religião e migrações e a pesquisa sobre ela nas ciências sociais; e a seção metodológica, em que são detalhados os procedimentos adotados na realização deste trabalho e questões concernentes à pesquisa de campo.

O capítulo 1 traz as elaborações teóricas que sustentam a pesquisa. Nele, apresento os contextos que permitem compreender as dinâmicas sociais aqui estudadas, com destaque para as categorias centrais há pouco citadas. Mostro como governamentalidade e humanitarismo se

transformaram nas últimas décadas do século XX, sobretudo sob a influência do neoliberalismo, permitindo a inserção mais aprofundada de interesses diversos, incluindo os religiosos, no governo das relações sociais sob justificativas humanitárias. Exponho também a origem do Pacto de Lausanne e o desenvolvimento da ação social evangélica desde então. Mostro como o crescimento desse campo suscitou debates internos e externos ao campo evangélico acerca dos limites do proselitismo e sua relação com o humanitarismo, resultando em uma linguagem ambígua que visa atender expectativas religiosas e seculares. São apresentados por fim os modelos de evangelismo mais comuns resultantes de tais debates.

No capítulo 2, as categorias apresentadas no capítulo 1 são operacionalizadas e demonstradas na prática. Recupero, com os dados obtidos no campo, a trajetória da GKPN, caracterizando sua atuação e demonstrando como se vale de conexões econômicas e políticas para viabilizar suas ações e cumprir a “Grande Comissão”. Exponho, em seguida, o surgimento dos VH, instrumento que tem sido usado por diferentes governos, incluindo o brasileiro, como alternativa ao mais tradicional sistema de refúgio, permitindo também a entrada de novos atores na gestão das migrações forçadas. Demonstro como se deu sua utilização no caso ucraniano, um caso pouco comum de migração forçada da Europa para a América do Sul, e a inserção da GKPN nesse processo utilizando redes evangélicas transnacionais. Localizo, em seguida, o proselitismo manifestado na atuação da GKPN junto por meio do evangelismo de persuasão, com inspiração direta nas proposições do idealizador desse modelo de atuação.

O capítulo 3 explora a fundo os dados da pesquisa de campo para mostrar aspectos específicos da ação da GKPN e do contexto em que se desenvolveu. É abordado o histórico de ocupação ucraniana na região do município de Prudentópolis, fato que marcou e condicionou o desenvolvimento cultural da cidade que foi priorizada pela GKPN para receber migrantes vindas desse país em 2022; e o choque de expectativas entre GKPN e a comunidade tradicional ucraniana, que disputaram a liderança na ajuda às migrantes. Tal conflito acabou por gerar acusações, pela comunidade ucraniana, de que a GKPN estaria isolando as migrantes do convívio social, enquanto a rede de igrejas dizia que as estava protegendo. Afirmo que o controle social visado pela GKPN no atendimento às ucranianas, que foi parte do projeto expansionista visando colocar as igrejas como ator mais qualificado para lidar com migrantes vulneráveis, acabou por diminuir as possibilidades de integração das migrantes no Brasil; e colaborou, juntamente com outros fatores, para a falta de adaptação delas ao país, resultando na saída de praticamente todas ao final do prazo de um ano previsto para a ação. São expostos, por fim, os resultados e limites verificados nesse tipo de ação social para as igrejas participantes.

Por fim, na conclusão retomo a trajetória da pesquisa e a exposição de seus resultados, explorando as suas implicações para o desenvolvimento dos campos das migrações e da atuação social de igrejas e organizações evangélicas. As oportunidades para esses atores têm sido ampliadas por políticas de recebimento de migrantes vulneráveis em que a designação do status do refugiado vem sendo progressivamente substituída por instrumentos de alcance mais limitado, como os Vistos Humanitários. Esses vistos agora são aplicados no Brasil por meio do programa de Patrocínio Comunitário (PC), em que organizações da sociedade civil atuam como entes oficialmente credenciados junto ao Estado para atender tais pessoas, e as organizações evangélicas têm se inserido fortemente na iniciativa. Também discuto as implicações do caso para as estratégias de expansão de igrejas evangélicas em sua missão de cumprir a chamada “Grande Comissão”.

Trabalho, nesta pesquisa, com o termo amplo “evangélicos”, referindo-me, com ele, a todas as crenças cristãs fundadas na Reforma Protestante, desde as tradicionais até as pentecostais. Com isso, não quero generalizar qualquer tipo de comportamento descrito ou analisado aqui a todo esse campo, que é diverso em formas de interpretar e praticar o cristianismo. Porém, pude notar, tanto na revisão bibliográfica sobre as ações sociais evangélicas quanto na atuação da própria GKPN, que esses movimentos combinam integrantes e igrejas de diversos segmentos e denominações, recebendo influência direta do movimento do evangelicalismo estadunidense¹² (Bebbington, 1989, Mariano, 2016). Assim, enquanto reconheço as limitações e os riscos dessa abordagem, que pode perder de vista variações importantes na interpretação e execução de ações sociais a depender da igreja envolvida, bem como incorrer em agrupamentos maiores que os devidos, busco, seguindo o exemplo de outros autores brasileiros (Scheliga, 2016, Conrado, 2006), enfatizar o trabalho em conjunto realizado atores de diferentes tradições protestantes nesse campo para fazer avançar o “Reino de Deus” por meio das ações sociais. Apenas em um trecho do texto, no capítulo 3, me refiro especificamente aos evangélicos batistas, à medida em que a inserção da GKPN em Prudentópolis se deu por redes e canais específicos dessa denominação.

Religião e migração: velhas conhecidas num mundo em transformação

A famosa caracterização de Abdelmalek Sayad sobre a migração ser um “fato social total” (Sayad, 1998, p. 10) já traz como implicação o imbricamento deste fenômeno com, entre

¹² A apresentação e contextualização deste amplo segmento evangélico está no capítulo 1.

outras esferas da vida, a religiosa. Afinal, como complementa o sociólogo argelino, o deslocamento de uma ou muitas pessoas não acontece apenas fisicamente, mas também “em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião)” (Sayad, 1998, p. 15). No sentido contrário dessa avenida, quando Geertz (2008, p. 66) descreve a religião como um sistema cultural, o que implica “um padrão de significados transmitido historicamente”, podemos inferir que tal padrão se desloca junto com seu portador, colaborando com as múltiplas transformações que a migração traz para quem se desloca e para as sociedades de origem e chegada.

Estamos diante, portanto, de dois fenômenos com múltiplas formas e implicações, e cuja combinação já é tema antigo de estudo nas ciências sociais, mesmo quando não anunciado nesses termos. Quando Weber (2004) analisou a conexão da ética protestante com o início do capitalismo moderno, por exemplo, estava também revelando as transformações geradas pela viagem das ideias (junto com seus portadores) calvinistas e seu impacto de acordo com afinidades eletivas presentes em regiões específicas.

Portanto, concordo com Coutinho (2022, p. 13) na afirmação de que “é inviável discutir a temática da migração sem que seja levado em consideração o aspecto religioso desses imigrantes”. E acrescento que também não se pode ignorar o aspecto religioso dos outros atores envolvidos. Ao longo desta pesquisa se poderá verificar que não somente a fé praticada pelas ucranianas que vieram ao Brasil foi fator determinante para a GKPN trazê-las ao país; como os próprios desígnios religiosos desses líderes de igrejas têm moldado suas ações perante populações vulneráveis ao deslocamento forçado. Pois, como também afirma Coutinho (2022, p. 13), o estudo do nexa migração-religião não deve se dar apenas em relação aos migrantes e seus sistemas culturais, mas também deve “considerar analiticamente como as crenças e instituições religiosas podem e informam os esforços dos defensores para moldar as políticas governamentais”.

Essas implicações não passaram despercebidas pela literatura das ciências sociais neste século, e a relação entre migração e religião foi explorada em importantes publicações internacionais, conforme mencionado por Fiddian-Qasmiyeh na introdução do dossiê *Faith-Based Humanitarianism in Contexts of Forced Displacement* (2011a). Coletâneas como *Religion and Spirituality in Forced Migration* (2002), organizado por Elzbieta Gozdziaik e Dianna Shandy; e *Asylum and Islam* (2008), organizado por Volker Türk, reuniram estudos diversos sobre os diferentes papéis que a religião pode exercer em contextos de deslocamento. Gozdziaik (2002, p. 131), por exemplo, ao observar a situação de albaneses étnicos que se filiam

ao Islã como parte de um processo de “conceituar seu sofrimento como uma experiência espiritual” enquanto fugiam de perseguições em Kosovo, afirma que “o contexto espiritual do sofrimento humano deve fornecer a base para a compreensão e resposta ao sofrimento dos refugiados”.

Tais abordagens, entretanto, não consideravam com a merecida atenção o papel exercido por organizações religiosas enquanto atores racionais e as suas *respostas* aos fluxos migratórios. Lacuna que foi preenchida pelo supracitado dossiê organizado por Fiddian-Qasmiyeh, que colaborou inclusive com uma definição mínima e abrangente desses atores (em geral referidos como *faith-based organizations*, ou *FBOs* na literatura em língua inglesa), útil aos propósitos deste estudo: “qualquer organização que deriva inspiração e orientação para suas atividades dos ensinamentos e princípios da fé, ou de uma interpretação ou escola de pensamento particular dentro de uma fé” (Fiddian-Qasmiyeh, 2011a, p. 430, tradução minha¹³). O volume reuniu ainda importantes discussões sobre o conceito de “santuário” (Marfleet, 2011), estudos comparativos sobre papéis desempenhados por organizações religiosas e seculares (Orji, 2011) e a influência dessas organizações nas políticas públicas (Wilson, 2011), entre outros tópicos.

No Brasil, também se intensificou nas últimas décadas a produção que analisa a atuação de igrejas, organizações e redes religiosas no tema da migração. Tal análise pode acontecer com relação ao suporte espiritual, cultural e material que elas dão aos migrantes (Cruz, Mondaca, Barbieri, 2024; Freire, 2024; Souza, Ruseishvili, 2020); ao apoio à integração social que os templos religiosos podem fornecer a quem chega a um lugar desconhecido (Vasconcelos, 2022; Truzzi, 2008a); e também com relação ao papel político desempenhado pelas denominações religiosas. Neste último sentido Vasconcelos (2022) apontou uma das principais diferenças entre as atuações de organizações católicas e evangélicas no apoio a migrantes venezuelanos que chegam ao Brasil pela região Norte. Enquanto as primeiras atuam de forma mais institucionalizada e “tomaram a posição crítica, denunciando a situação de vulnerabilidade dos/as migrantes aos órgãos jurídicos de defesa dos direitos humanos e pressionando o Estado sobre a necessidade de respostas estatais de recepção e acolhimento”, as evangélicas “investem na aproximação de vínculos com os migrantes, atraindo a comunidade venezuelana para os cultos e para a conversão” (Vasconcelos, 2022, p. 187).

Também no contexto brasileiro, a sociologia da religião se valeu, nos anos 1960 e 1970, de estudar a migração interna para estabelecer teses sobre as transformações religiosas no país

¹³ Assim como todas as outras traduções presentes no trabalho, esta foi feita com o Google Tradutor e depois revisada/ajustada por mim.

– sobretudo o crescimento das igrejas pentecostais ao longo do século 20. Tal análise, empreendida por autores como o alemão Emilio Willens, o suíço Lalive d’Epinay e os brasileiros Candido Procópio Ferreira de Camargo e Beatriz Muniz de Souza, visava relacionar diretamente o processo de modernização econômica do país, caracterizado, entre outros elementos, pelas grandes ondas migratórias das regiões rurais para as urbanas, com o crescimento dessas igrejas, conforme descrito por Mariano (2011):

Esses pesquisadores partilhavam a tese de que os intensos processos de mudanças sociais, culturais e econômicas ocorridos a partir da década de 1930, representados pela rápida industrialização, urbanização e migração de grandes contingentes rurais para as cidades, provocaram uma situação de anomia em parte dos migrantes e dos estratos pobres, tidos como ineptos culturalmente diante dos desafios da vida numa sociedade urbana em vertiginosa transformação sociocultural. Por isso, migrantes e parte dos pobres tinham necessidade de reconstruir um sistema significativo de relações primárias para ajustar-se à vida urbana. O pentecostalismo aparece, nessas análises, como resposta à anomia, por recriar modalidades de contato primário preexistentes na sociedade tradicional, firmar laços de solidariedade entre os irmãos de fé, incentivar o auxílio mútuo nos planos material e espiritual, promover a participação do fiel nos cultos, reorientar sua conduta, seus valores e sua visão do mundo (Mariano, 2011, p. 12-13).

Esses argumentos foram amplamente criticados nas décadas seguintes, seja por ignorar a agência dos sujeitos, pela carência de dados para suportar tais generalizações ou por desconsiderar que as favelas, resultado dessa migração em massa de pessoas pobres, têm redes de poder bem estabelecidas, longe de serem ambientes anômicos (Mariano, 2011). Em sua revisão sobre o tema, Mariano apontou como Novaes (1985) lembrou também que muitos dos pentecostais classificados como “migrantes” mudaram de religião muito tempo depois de saírem de sua terra natal, enquanto Chesnut (1997), em estudo realizado em Belém, constatou que três quartos dos seus informantes pentecostais aderiram à religião antes de migrar para a capital. Mas tal abordagem funcionalista da relação entre religião e migração (com esta associada à pobreza) seguiu presente em argumentações posteriores, motivando alegações, já no início do século XXI, como a de Assunção (2004, p. 14), de que era necessária uma atualização no perfil das análises sociológicas entre religião e migração no Brasil, para “suscitar reflexões novas e pertinentes quanto ao campo religioso atual”. Seu estudo, que comparou trajetórias religiosas de pessoas migrantes e não migrantes que mudaram de religião ao longo da vida, constatou que ambos os grupos “não se movem no campo religioso em decorrência apenas dessa diferença [status migratório], mas pactuam atitudes próprias de quem vive num contexto de diversidade de ofertas religiosas, o qual dá a eles possibilidades de manobras” (Assunção, 2004, p. 148). Ou seja, ganham importância os temas do pluralismo religioso, da maior ênfase ao “trânsito” religioso em lugar da “conversão” e das estratégias, tanto de pessoas quanto de denominações religiosas, de utilização do divino para alcançar objetivos terrenos.

Evidenciar o pluralismo religioso – ou ao menos a “diversidade cristã”, expressão que melhor descreve o cenário brasileiro, conforme observou Souza (2024, p. 13) – também sugere buscar compreender as diferenças entre comportamentos e estratégias de diferentes denominações religiosas com relação aos migrantes (sobretudo os deslocados forçadamente). Vasconcelos (2022, p. 194) apontou diferenças decisivas entre organizações católicas e evangélicas também nesse sentido, sobretudo considerando as expectativas que são depositadas nos beneficiados de suas ações: as organizações católicas, afirma a autora, atuam de forma mais universalista e reforçando o status dos migrantes de cidadão com direitos, enquanto as evangélicas “parecem mais comprometidas com o engajamento individual do migrante na comunidade local, por meio da adesão e fidelização à Igreja”. Especificamente em relação às organizações evangélicas, afirma que parte da ajuda é a “salvação” daquelas pessoas por meio da conversão religiosa (Vasconcelos, 2022, p. 195). Essa distinção, que foi fundamental para o enquadramento dado a esta pesquisa, encontra eco em observações de Alves (2020) quando esta, ao analisar o tratamento dado pela Primeira Igreja Batista de Curitiba – que faz parte da GKPN – a imigrantes, afirma que, após um atendimento inicial, “a continuidade ou prolongamento dessa doação dependerá ‘do estreitamento dos laços e do compromisso do imigrante com a obra do Senhor’” (Alves, 2020, p. 9), conforme uma de suas interlocutoras. Essa aparente inseparabilidade entre ação humanitária e proselitismo, observada também por Ruseishvili e Teodoro (2023) com relação à Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, está presente nas falas do fundador da GKPN, que afirmou explicitamente sobre o caso das ucranianas, que “nós não somos agência humanitária, nós somos a agência do reino de Deus”¹⁴. Tal postura certamente tem impactos importantes para quem migra e para as sociedades de chegada.

É desta problematização dos meios e objetivos mobilizados por organizações evangélicas em suas ações com migrantes que partiu esta pesquisa. Sem a intenção de negar o valor, dificilmente mensurável, das práticas sociais de igrejas como as da GKPN direcionadas a pessoas que fogem de suas casas e seus países em meio a guerras e perseguições, defendo aqui que a relação entre organizações religiosas e migração forçada passou por um deslocamento conforme as lideranças evangélicas passaram a olhar para esse campo como importante meio de atuação. Um deslocamento que não mais permite compreender a fé apenas

¹⁴ Ver “O DRAMA DOS REFUGIADOS UCRANIANOS E NOSSA OPORTUNIDADE DE SERVIR! - DR. ELIAS DANTAS | 29.03.2022” no canal da Igreja da Cidade no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=IAqDQVc2hn4>, aos 57min20s. Acesso em 18 dez. 2025.

como uma motivação ou fio condutor da ação humanitária – mas sim como instrumento de ação e mobilização de atores religiosos e não religiosos em estratégias altamente racionalizadas. Compreender tal cenário demanda revisitar instrumentos e teorias em ambos os campos e questionar os discursos dos envolvidos, e seus argumentos religiosos e sociais, para além do que apresentam de mais aparente. Ao me propor esta tarefa, não irei, por um lado, analisar apenas os fundamentos teológicos do discurso religioso empregado, como se fosse possível resolver a questão apenas nesses termos; nem, de outro, desconsiderá-los completamente, situando a GKPN, as igrejas e a religião meramente como fachadas de um projeto de manipulação de mentes; objetiva-se, isso sim, indicar como discurso religioso e ações sociais se relacionam e compõem projetos de expansão religiosa e institucional das igrejas. Um projeto dotado de coerência interna e que se relaciona com processos de governança migratória internacional que vêm dando cada vez mais espaço para a atuação de entes não governamentais (muitos deles religiosos) junto a pessoas em deslocamento forçado.

Percurso metodológico

Embora a pergunta central da pesquisa tenha mudado pouco em sentido ao longo da realização do trabalho (mantendo-se no imbricamento entre ação humanitária e proselitismo religioso na atuação da GKPN), as descobertas feitas sobre a GKPN e o processo migratório das ucranianas feitas ao longo da investigação suscitaram novas ferramentas e repertórios para atingir os objetivos estabelecidos.

No primeiro ano de trabalho, foram completadas as disciplinas exigidas pelo Programa, contribuindo para enriquecer o conhecimento teórico que embasa o estudo e aperfeiçoar o seu desenho metodológico. Foi também conduzida uma pesquisa exploratória para verificar as ramificações da atuação da GKPN e da sua rede de igrejas. Nesse período, também estudei, junto à orientadora, a melhor forma de fazer contato com a rede, uma vez que o projeto foi elaborado sem nenhum indicativo de como adentrar o campo. Essa distância entre pesquisador e objeto de estudo gerou aflições, com o receio de que uma abordagem mal calculada, vinda de alguém de fora do círculo religioso da organização, poderia resultar no afastamento imediato daqueles atores mais fundamentais para a geração de dados valiosos. Enquanto se refletia sobre a melhor abordagem, aperfeiçoamos o desenho metodológico da pesquisa, inclusive com a inscrição do trabalho no Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos¹⁵.

¹⁵ Projeto de nº CAAE: 83671424.0.0000.5504.

Já no início de 2025 e notando que não poderíamos esperar muito mais por alguma abertura, procuramos iniciar os contatos de campo por outro grupo de atores que se relacionaram com o processo migratório em questão: organizações de ucranianos e descendentes de ucranianos no Brasil, que estiveram em contato com GKPN, igrejas e migrantes entre 2022 e 2023, incluindo voluntários que se disponibilizaram para ajudar na integração social dos migrantes que chegaram. As expectativas eram que, além de conceder depoimentos valiosos, essas pessoas poderiam nos introduzir ao círculo de representantes das igrejas – o que foi em parte correspondido. Mas o contato com os ucranianos e descendentes que vivem no Brasil nesse momento teve especial importância por outro motivo: revelou a existência de conflitos entre as organizações e a GKPN em torno da recepção das migrantes. Esses dados iniciais foram fundamentais para dar novas dimensões à pesquisa, à medida em que se relacionavam diretamente com o que eu começava a compreender como a estratégia da GKPN no processo migratório, e ajudou a aperfeiçoar os questionários de entrevistas com os representantes da rede e suas igrejas.

Assim eu notei que, mesmo por contatos que naquele momento eram apenas virtuais, minha pesquisa de campo havia começado. Iniciei então certos cuidados e procedimentos, como a criação de um diário de campo, o registro dos informantes em bases anonimizadas, a geração de um espaço virtual criptografado para armazenar as gravações das entrevistas etc. Paralelamente, intensifiquei o planejamento do deslocamento físico e da pesquisa de campo *in loco*, fazendo antecipadamente os contatos que poderiam garantir as entrevistas mais importantes – inclusive aqueles na GKPN e rede de igrejas. A coleta de dados então se desenvolveu, entre avanços e revezes, da forma descrita abaixo.

Desenho do campo

A migração das ucranianas ao Brasil em 2022 foi viabilizada por diversos atores, mas sobretudo pelo esforço do fundador da GKPN, Elias Dantas. Ao obter sucesso em viabilizar a vinda dessas pessoas, Dantas acionou a rede de igrejas parceiras da GKPN no Brasil para recebê-las. O Paraná foi a prioridade inicial da GKPN – opção justificada pela presença mais relevante, nesse estado, de descendentes de ucranianos; mas que, como veremos, também servia a objetivos expansionistas da Primeira Igreja Batista de Curitiba (PIB-C), igreja parte da GKPN e que coordenou a recepção das ucranianas. A PIB-C, cujo líder na época tinha posição importante na rede, serviu de ponto de recepção, atendimento inicial e distribuição das migrantes para as demais cidades do estado.

Com a impossibilidade de visitar ou consultar todos os municípios para onde foram as ucranianas, decidi por aqueles que pareciam ser mais relevantes para o projeto estabelecido pela GKPN: Curitiba e Prudentópolis. A capital paranaense foi escolhida por sediar a supracitada PIB-C, talvez a principal parceira da GKPN no país. Na época do processo migratório, o pastor líder da igreja fazia parte “do *board*, da direção” da rede de igrejas¹⁶, e a igreja centralizou a recepção das famílias para distribuí-las pelas diversas cidades paranaenses que participaram da ação. Além disso, Curitiba tem uma numerosa comunidade de origem ucraniana, com organizações culturais que são bastante ativas, e que interagiram com a GKPN nos primeiros meses após o início da guerra na Ucrânia – um contexto relevante para os objetivos do estudo.

Curitiba, no entanto, foi local de trânsito, mas não de destino para nenhuma das migrantes. Dada a centralidade da capital do estado para o plano da GKPN, e a óbvia utilidade de visitar ao menos uma cidade em que as migrantes em questão tenham vivido no Brasil, optou-se por seguir viagem no próprio Paraná. E, entre as cidades que participaram da ação e receberam famílias ucranianas, Prudentópolis se mostrou a mais interessante, devido à sua própria história e ao peso que teve na decisão da GKPN sobre como conduzir o processo migratório.

Prudentópolis tem sua história diretamente ligada à migração ucraniana. Essa ligação existe desde antes da fundação do município, com as primeiras famílias ucranianas tendo chegado à região na década de 1890 (Ramos, 2012) seguindo a promessa de terras férteis para cultivarem. Prudentópolis desenvolveu uma identidade ligada a tal história, e hoje diz-se que a cidade tem 75% de sua população com origem ucraniana (Ramos, Olinto, 2020), sendo também sede de 33 igrejas católicas de rito oriental ligadas ao país¹⁷. Conta também, desde 2019, com a Primeira Igreja Batista de Prudentópolis (PIB-P), congregação da igreja de mesmo nome em Curitiba que foi fundada por um pastor ucraniano enviado para a cidade com esse intuito. Com sua história e boa parte dos moradores ligadas histórica e culturalmente à Ucrânia, a cidade apresentou um contexto de relações importantes para o desenvolvimento da ação da GKPN com as ucranianas. Assim, dadas as limitações materiais para fazer uma pesquisa de campo mais ampla em mais locais, a escolha pelas cidades de Curitiba e Prudentópolis se mostrou acertada, revelando o centro mais ativo de ações da GKPN na ação junto às migrantes ucranianas.

¹⁶ Ver “Tempos Difíceis - Pr. Paschoal Piragine Jr”, no canal da PIB-C no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=ju9XVJjuirY>. Acesso em 18 dez. 2025.

¹⁷ Informação obtida no Museu do Milênio, em Prudentópolis, mas que é amplamente divulgada em diversos pontos turísticos e culturais da cidade.

A pesquisa de campo foi feita nessas duas cidades num período de 11 dias, com praticamente cinco dias completos em cada uma delas, além do período reservado para deslocamentos. A viagem foi planejada de forma que eu pudesse passar um final de semana em cada cidade, o que permitiu assistir a um culto dominical em cada uma das duas igrejas que fizeram parte da ação junto à GKPN (PIB-C e PIB-P). Esses locais também foram visitados em outras ocasiões para que se pudesse observar outros aspectos de seu modo de funcionamento e das relações sociais existentes nos templos.

Também foram visitados espaços históricos e de convivência da comunidade de origem ucraniana nas cidades que fizeram parte da pesquisa de campo. Nesse caso, as observações tiveram o principal objetivo de poder caracterizar com maior riqueza de detalhes esse “lado” do caso aqui estudado: as famílias e grupos de pessoas de origem ucraniana que se esforçam constantemente para manter e renovar suas tradições, e que tiveram que lidar, nos primeiros meses de 2022, com a notícia da invasão do país pela Rússia. O que ocasionou, em primeiro lugar, a possibilidade de receber uma nova onda de ucranianos por aqui; e, em segundo, o aparecimento de um ator nesse processo que não só era inesperado por eles, como também não guardava nenhuma relação com sua *ucraneidade*. Essa relação entre GKPN e comunidade ucraniana, e entre as respectivas expectativas desses atores, trouxe dados relevantes que são explorados no capítulo 3 deste trabalho.

Foram entrevistadas ao todo 22 pessoas, entre representantes de igrejas ligadas à GKPN, membros da comunidade ucraniana que interagiram com as igrejas e/ou com as migrantes, voluntários que atenderam ao chamado de igrejas para auxiliar as migrantes em sua adaptação ao Brasil, e as próprias migrantes. Algumas das entrevistas foram feitas à distância, compreendendo, além das duas cidades visitadas pessoalmente, outras que receberam migrantes em 2022¹⁸. Houve ainda entrevistas etnográficas com pessoas que preferiram falar apenas informalmente.

Materiais e métodos

Optou-se desde o início por uma pesquisa qualitativa, que empregasse como principal método de coleta de dados entrevistas com roteiros semiestruturados. Tais entrevistas foram complementadas por uma pesquisa em materiais digitais que contivessem manifestações de

¹⁸ Nesse caso, os nomes das cidades serão mantidos em sigilo, já que os revelar poderia facilitar a identificação das pessoas; e que tais depoimentos não oferecem informações contextuais que sejam especificamente relevantes em relação a essas localidades.

representantes da GKPN e das igrejas envolvidas no atendimento às ucranianas, sobretudo na época do processo migratório.

Ainda que todas as entrevistas tenham sido úteis para reconstruir o cenário vivido em 2022 e ajudar a atingir os objetivos do estudo, aquelas feitas com representantes de GKPN e igrejas eram centrais, à medida em que o principal instrumento utilizado para responder à pergunta de pesquisa é a análise do discurso dessas lideranças religiosas. Assim, esses roteiros de entrevista foram construídos mais meticulosamente, e circularam em torno de três eixos principais, que, acredito, poderão trazer uma compreensão ampla do que esteve envolvido na atuação da GKPN no caso analisado. Tais eixos, bem como exemplos de perguntas que os compõem, são:

1. Formação e trajetória do pastor/líder e da GKPN: “Fale sobre sua trajetória antes e durante a vida de pastor (onde cresceu, tradição religiosa da família, formação teológica e onde atuou”, “Atualmente é pastor em alguma igreja ou se dedica apenas à rede?”, “Quem participa da GKPN, quais são os meios de interlocução existentes entre os participantes?”, “No que consistem as atividades cotidianas da rede?”, “Qual a participação de líderes empresariais nas atividades da GKPN, e de líderes da GKPN nos negócios das empresas ligadas à rede?”

2. A atuação no processo migratório analisado e em outros: “Como se deu a concepção da iniciativa de trazer as famílias ucranianas ao Brasil?”, “Como se deu a seleção das famílias que vieram para cá? A vinda ao Brasil foi uma escolha delas?”, “Foi usado algum critério para a seleção dessas pessoas? Se sim, qual?”, “Como se decidiu quais igrejas e localidades no Brasil participariam da ação?”, “Como foi organizada a estrutura de recepção dessas pessoas em cada cidade?”, “Como foi a participação das migrantes nas atividades da igreja durante seu período no Brasil? E em demais atividades sociais?” “Que outras ações com migrantes a GKPN já realizou ou realiza, no Brasil e no mundo?”, “Por que somente nessa ocasião, com os ucranianos, foi divulgado o nome da GKPN como responsável pelo atendimento?” “Como começou a atuação da GKPN nesse meio? Por que atuar sobre esse problema social especificamente?”

3. Visão de mundo: “Como enxerga a relação entre trabalho humanitário com a missão evangelística da igreja”, “Em um cenário de constante crescimento do deslocamento forçado, qual acredita ser o papel da sua igreja/da GKPN nele?”, “O que acha da participação de lideranças religiosas na política institucional, inclusive em cargos eletivos?”, “Vindo de igrejas de denominação tradicional, como enxerga o crescimento recente do pentecostalismo e neopentecostalismo?”

A depender do entrevistado, o roteiro passou por modificações para se adequar ao contexto específico daquela entrevista.

Por fim, destaco que nesta pesquisa utilizei de forma limitada alguns recursos providos por plataformas da chamada *inteligência artificial generativa* em determinadas situações. Tais situações foram: solicitar indicação de autores e textos sobre assuntos da minha revisão bibliográfica; solicitar resumos de conceitos e obras de autores que pensei em consultar, para saber se se aproximam dos meus temas e se devo ler em profundidade; solicitar ajuda para refinar a análise de dados, elaborando um modelo adaptado para aplicação da ASD a partir das fontes metodológicas definidas; expandir a pesquisa exploratória; refinamento do roteiro de entrevistas; organização de fichamentos de textos da revisão bibliográfica, após a leitura por mim e com base nos destaques e observações feitos por mim; pedir coletânea de informações, citações e anotações (feitas por mim) sobre determinados temas da revisão bibliográfica, facilitando a tarefa de localizar, entre as dezenas de textos lidos e fichados, aqueles mais importantes para o debate teórico proposto; ajuda na compreensão de alguns textos da revisão (por exemplo, pedindo para explicar algum trecho em termos mais simples); e revisão gramatical final. O uso da IA nessas situações foi sempre acompanhado de revisões posteriores, e apenas auxiliarmente à consulta à orientadora e às obras em si. Foi feito sempre de forma instrumental e com fins de ganhar tempo em certas tarefas, e nunca para substituir uso da criatividade e do intelecto do pesquisador na produção do estudo. Tais ferramentas não foram usadas na produção do texto da dissertação, seja para a “escrita” ou mesmo para edição ou adaptação do texto.

Análise dos dados

Esta pesquisa encarou, já de início, uma primeira dificuldade: o processo estudado (o atendimento da GKPN às ucranianas) se encontra encerrado no passado, já que o processo específico que trouxe as famílias ucranianas para o Brasil iniciou-se em março de 2022 e encerrou-se um ano depois, com praticamente todas as pessoas voltando ao país de origem ou outro país europeu. Tal projeto tampouco deixou registros concretos a ponto de se realizar um levantamento documental. Assim, para viabilizar a pesquisa, era incontornável responder: como acessar aquela realidade?

A opção foi por recorrer aos que a viveram. Sendo o objetivo da pesquisa elucidar a relação entre ação humanitária e proselitismo religioso na ação da GKPN junto às migrantes ucranianas no Brasil em 2022, fez-se prioritário recorrer, então, ao que seus representantes têm

a dizer, bem como outras pessoas que interagiram com eles na época e participaram, mesmo que indiretamente, do processo migratório – recorrer, portanto, ao que o *discurso* desses atores revela sobre as motivações e práticas envolvidas na situação que é investigada. Entende-se discurso aqui na acepção foucaultiana: não apenas como vocabulário utilizado, mas como uma forma de produção de realidade e de saber, inscrito em dinâmicas de poder e para além da simples intencionalidade (Foucault, 1996). Tratar o discurso dessa forma reconhece que palavras, modos de agir e práticas dos interlocutores participam de dinâmicas de construção de realidades que os agentes da rede, intencionalmente ou não, mobilizam ao proceder ao seu trabalho. Tal postura incentiva a não tomar as palavras dos entrevistados pelo valor de face, mas compreendê-las à luz de um histórico de práticas por estes e outros agentes semelhantes.

Para colocar em prática tal perspectiva, adota-se aqui uma técnica de análise que dialoga com ela: a Análise Sociológica do Discurso (ASD), abordagem cujo uso se desenvolveu na Escola Qualitativista Crítica de Madri ao longo dos anos 1970 (Godoi, Coelho, Serrano, 2014), e que é influenciada, entre outras correntes, pela obra de Foucault. Em contraposição a técnicas internalistas ao texto, como a análise de conteúdo tradicional, a ASD entende o discurso como algo que transcende o texto, ou como “uma atividade, como uma prática social e discursiva, como um processo de argumentação, de comunicação, de tensões, como um diálogo”, nas palavras de Conde (2009, p. 74), que formulou o principal texto metodológico sobre a ASD nas décadas mais recentes. Quer dizer, entende-se que quem diz algo só o pode dizer em relação a *outro* algo, ou a alguém, e em meio a um contexto específico que condiciona suas ações.

Em perspectiva que inspira o presente estudo, Conde entende que o discurso tem as seguintes características:

- a) É uma perspectiva de aproximação da realidade social que mantém um certo grau de coerência interna e que implica o desenvolvimento de um “olhar” específico sobre o assunto.
- b) O nível de coerência e consistência interna do discurso é determinado, em cada momento histórico, pela forma narrativa particular que adota.
- c) Expressa-se, fundamentalmente, em uma série de argumentos verbais mais ou menos coesos e articulados.
- d) Seus materiais constitutivos emergem nas condições concretas da interação social dos sujeitos, dos interlocutores da pesquisa.
- e) Seus elementos constitutivos são pronunciados por esses interlocutores com certa intencionalidade, a fim de induzir uma determinada ação social (Conde, 2009, p. 37)

Assim, a ASD trabalha com base no texto, mas não somente. Sua “unidade de análise”, que no caso da análise de conteúdo é a palavra, neste caso é o “‘*corpus* de textos’ da investigação, que deve ser analisado e apreendido em sua totalidade” (Conde, 2009, p. 29). Ou seja, no caso atual, quando uma liderança religiosa diz que faz *algo* por certo *motivo* ou de certa *maneira*, precisamos contrapor aquelas palavras ao que ela faz e fez a respeito daquele tema,

bem como a outros atores que se relacionem com ela naquele contexto. Neste estudo, o *corpus* de textos é a totalidade de entrevistas somada a outras manifestações das lideranças religiosas em que elas falaram sobre o processo migratório.

Desafeita a formalismos, a ASD não tem uma forma consagrada de aplicação, mas sim um conjunto de princípios e práticas que devem balizar a ação do pesquisador. No Brasil, a técnica foi até hoje utilizada sobretudo com grupos de discussão para estudos organizacionais (Godoi, Uchôa, 2019; Godoi, Coelho, Serrano, 2014), mas como os próprios autores que recorrem a esse uso comentam, a metodologia também é aplicável a entrevistas individuais e materiais escritos diversos (Godoi, Coelho, Serrano, 2014).

O quadro abaixo, inspirado na elaboração feita por Godoi, Coelho e Serrano com inspiração no trabalho de Conde, serve como referência para os procedimentos de análise que estão sendo realizados. Alguns procedimentos foram simplificados em relação ao que os autores citados propuseram, considerando o caráter individual desta pesquisa e suas limitações materiais e de tempo disponível.

TABELA 1 – Procedimentos de Análise Sociológica do Discurso

Fase 1: trabalhos práticos iniciais		
Etapa(s)		Trabalhos práticos iniciais em ASD
Preparação da análise dos textos	Tarefas imediatamente posteriores ao trabalho de campo	Elaboração de mapas de posicionamento e identificação de pontos de conflito
		Identificação de temáticas significativas
	Transcrição literal	Relato das primeiras intuições, sensações, ideias e conclusões das entrevistas realizadas
		Transcrição literal, com a inclusão de comentários, pausas, saídas, movimentos, intervenientes durante a entrevista.
	Releitura das transcrições	
Leitura	Preparação da leitura ordenada do corpus do texto	Criação de uma ordem inicial e provisória de leitura (ordem inteligível) das entrevistas
	Leitura do texto	Leitura e releitura, primeiro de forma mais literal, identificando os termos usados para classificar e qualificar as pessoas/os fatos-chave da investigação; e depois de forma contextualizada, considerando a posição dos agentes
		Identificação de peculiaridades geradoras de pistas que conduzem as conjecturas
Fase 2: Procedimentos de interpretação		
Etapa(s)		Procedimento(s) de interpretação em ASD

Conjecturas pré-analíticas	Elaboração	Produção das primeiras hipóteses que ajudam a conferir um sentido inicial, indicativo e geral
	Validação	Deve permitir integrar, explicar o conjunto mais amplo possível das opiniões, juízos, posições e debates realizados nas entrevistas em relação aos objetivos de investigação
Fase 3: Procedimentos de análise		
Etapa(s)	Procedimentos de análise em ASD	
Análise das posições discursivas	Mapear as perspectivas ou pontos de vista que os participantes abordam o tema. Respostas às perguntas: Quem fala? Desde que posição se fala (lugar social)?	
Análise das configurações narrativas	Tensões, conflitos, diferenças de posições e de opiniões expressadas pelos participantes. Respostas às perguntas: O que está em jogo no que se fala? O que se quer dizer com o que disse?	
Redação da ASD		

(Godói, Coelho, Serrano, 2014, modificado)

Ao mapear o discurso das pessoas envolvidas na migração das famílias ucranianas para o Brasil por meio da GKPN, a ASD permitiu compreender mais claramente, e de forma sistemática, as motivações da rede de igrejas para sua atuação no campo migratório, conforme se mostrará nos capítulos seguintes.

1. HUMANITARISMO E PROSELITISMO NO DESLOCAMENTO FORÇADO

Se tomarmos como base os números oficiais do ACNUR, comentados no início da introdução, nunca houve tantas pessoas em deslocamento forçado no mundo como atualmente.

Os debates sobre como agir em torno deste problema, entretanto, vêm de longa data. Arendt (2012) apontou como a Primeira Guerra Mundial e o consequente redesenho das fronteiras nacionais na Europa, com o fim dos impérios multiétnicos e o crescimento das tensões nacionalistas, colocaram em movimento grandes populações que eram indesejadas onde viviam, inserindo na agenda internacional pela primeira vez a questão dos apátridas e das minorias. “Uma vez fora do país de origem, permaneciam sem lar; quando deixavam o seu Estado, tornavam-se apátridas; quando perdiam os seus direitos humanos, perdiam todos os direitos: eram o refúgio da terra” (Arendt, 2012, cap. 5, par. 1). O diagnóstico de Arendt foi também uma denúncia: a forma do Estado-nação e os instrumentos de então, como os Tratados de Minorias, eram incapazes de lidar satisfatoriamente com aquela situação, cenário que ficou evidente com a perseguição aos judeus pelo Reich alemão e o silêncio conivente das demais nações, até que o nazismo se tornasse um problema político por suas ambições expansionistas.

No pós-segunda-guerra, uma nova agenda para a questão dos refugiados foi colocada, com a criação da Organização das Nações Unidas (1945) e da Organização Internacional de Refugiados (1946), que logo se converteu no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (1950). A promulgação em 1951 da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, conhecida como Convenção de Genebra, finalmente deu definição formal e internacional aos direitos das pessoas que:

(...) temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (Organização das Nações Unidas, 1951)

Com as inovações do instrumento de *non refoulement*; de individualizar a busca por refúgio e a proteção da pessoa vulnerável; e de colocar o temor de perseguição como fundamento digno de consideração (Carneiro, 2012), a Convenção de Genebra se tornou um dos documentos-símbolo do paradigma da observação dos direitos humanos, abrindo espaço para que hoje 27,2 milhões de pessoas estejam formalmente protegidas pelo estatuto do

refúgio¹⁹. Mas se tornou também um exemplo da longa distância existente, em muitos casos, entre a garantia formal de direitos e sua efetivação, com diversos grupos de deslocados não sendo contemplados por este estatuto. Seja porque países com alta procura por pessoas em deslocamento forçado adotam estratégias para evitar a entrada de populações indesejadas; pela desconsideração de grupos inteiros para esse status, como é o caso dos haitianos no Brasil (Jubilut, Andrade, Madureira, 2016); ou pela simples recusa das solicitações de muitas pessoas²⁰, a discricionariedade de que os Estados-nação dispõem para determinar quem é digno de proteção formal ainda reproduz desigualdades semelhantes àquelas descritas por Arendt há mais de 70 anos.

Governamentalidade e razão humanitária na gestão das migrações

Ao longo da segunda metade do século XX, sem que os Estados-nação perdessem seu poder de *gatekeeper* da entrada e saída de pessoas de seu território, outros atores ganharam espaço e influência no concerto internacional das migrações. Mercado, organizações religiosas, terceiro setor, o próprio sistema ONU e outros agentes passaram a compartilhar funções e interesses ligados ao trânsito de pessoas que antes eram geridas pelo poder estatal. Convencionou-se chamar tal concerto de “governança migratória”, muitas vezes de forma acrítica, como uma mera divisão de funções em um organograma administrativo. Autores classificaram tal emprego “representa uma perspectiva despolitizada e tecnocrática que ignora análises históricas e estruturais” (Geiger, Pécoud, 2012, *apud*. Montenegro, Villamar, 2025, p. 5). Ao utilizar tal expressão aqui, procuro justamente apontar para tais limites e reforçar que a aceitação acrítica de tal governança acaba por naturalizar políticas determinadas por indicadores econômicos e de controle migratório, além de justificativas humanitárias, como o combate ao tráfico de pessoas, que são usadas para manter distantes migrantes indesejados. Conforme atores não estatais assumem maior preponderância na regulação migratória, a discussão em torno do tema se torna mais tecnicista, com foco em atuar na fonte dos fluxos e

¹⁹ Número que inclui apenas os refugiados oficialmente protegidos sob o mandato do ACNUR. Ao incluir as “outras pessoas em necessidade de proteção internacional”, as que estão em “situação semelhante ao refúgio” e os palestinos sob o mandato da Agência das Nações Unidas para Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA), o número sobe para 42,7 milhões), segundo o ACNUR. Ver no site “Mid Year Trends” do órgão: <https://www.unhcr.org/mid-year-trends>. Acesso em: 18 dez. 2025.

²⁰ Os países da União Europeia, por exemplo, recusaram 48,6% das solicitações de proteção internacional em 2024. E, entre aquelas que foram aceitas, 42% foram por meio do refúgio, com os 58% restantes sendo enquadrados em outros status, que têm menor grau de proteção (Ver “Asylum decisions - annual statistics” no portal Eurostat: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Asylum_decisions_-_annual_statistics#First_instance_decisions_on_asylum_applications. Acesso em 18 dez. 2025).

com boa parte das decisões acontecendo a portas fechadas, longe do escrutínio público (Lahav, 2014, p. 5).

Tal transformação no campo migratório acompanhou outras semelhantes em setores diversos das sociedades ocidentais – bem como de outras sociedades influenciadas por elas. Intensificado pelo avanço do neoliberalismo, esse compartilhamento de funções é o estágio contemporâneo do conjunto de transformações promovidas pelo avanço do que Foucault (1979) chamou de governamentalidade. Ou seja, o conjunto de técnicas e táticas de governo que emergiram no período histórico em que, mais do que preservar a integridade territorial do Estado ou fazer valer o poder do soberano, “o espaço real da luta política” se deslocou para a administração da população e de seu bem-estar, incluindo seus bens materiais (Foucault, 1979, p. 292). Referindo-se tanto ao conjunto de instituições que passaram a interagir com o Estado nessa gestão dos governados e de sua segurança quanto às tendências e vias pelas quais esse poder compartilhado se exerce, a governamentalidade age como uma racionalidade específica da contemporaneidade, definindo as “táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc” (Foucault, 1979, p. 292). Com a crescente influência da economia nos assuntos governamentais, no período neoliberal as táticas de governar passaram a ter seu sucesso cada vez mais medido em termos de eficiência administrativa, entendida como redução dos gastos estatais e inclusão de atores privados e/ou civis na tomada de decisões, em nome de uma suposta maior eficiência na gestão dos recursos. Atualizando a discussão em torno desse conceito, Lemke (2017) afirmou que:

O que observamos hoje não é uma diminuição ou uma redução da soberania estatal e das capacidades de planejamento, mas um deslocamento de técnicas de governo formais para técnicas informais e a aparição de novos atores na cena do governo (por exemplo, organizações não-governamentais) que indicam transformações fundamentais na condição do Estado [*statehood*] e uma nova relação entre o Estado e atores da sociedade civil. Isso inclui, de um lado, o deslocamento de formas de práticas que eram anteriormente definidas em termos do Estado-nação para níveis supranacionais, e, de outro, o desenvolvimento de formas de subpolíticas “por baixo” da política em sua acepção tradicional. Em outras palavras, a diferença entre Estado e sociedade, política e economia não funciona como uma fundação ou um limite, mas como elemento e efeito de tecnologias neoliberais de governo específicas (Lemke, 2017, p. 206).

Assim, ganhou espaço na administração política o que passou a ser conhecido como “sociedade civil”. No Brasil, ela surge como arena decisória sobretudo a partir da redemocratização, da publicação da Constituição de 1988 e das políticas de desestatização empreendidas na década de 1990. Autores do Direito chegaram a classificar o modelo de gestão pública brasileiro como “sociocêntrico” devido à participação da sociedade civil em

instrumentos como conselhos participativos, planos de ação e fundos financeiros (Oliveira, Keinert, 2016). Essa inserção esteve marcada pela absorção de técnicas capitalistas de governo por esse “terceiro setor” para assumir papéis institucionais na economia (Chahaira, Silva, 2024). Como resultado, “‘solidariedade’, ‘cidadania’, ‘terceiro setor’, ‘filantropia empresarial’, ‘ONG’, são palavras que pouco a pouco foram se tornando corriqueiras no vocabulário da mídia e do senso comum” do país (Conrado, 2006, p. 18).

Segundo Loescher e Milner (2011), o campo das migrações, sobretudo o da migração forçada, foi um dos primeiros a se desenhar de forma supranacional e com a interação entre várias partes. Embora o ACNUR ganhasse mandato internacional para garantir a proteção dos refugiados, tal campo não deixou de estar vulnerável a “atores não estatais que atuam como empreendedores de normas” e inserem nesta agenda interesses diversos (Loescher, Milner, 2011, p. 194). Por sua vez, Mármora (2010, p. 75) destacou como, mesmo no âmbito estatal, o poder executivo hoje precisa dividir responsabilidades com judiciário e legislativo e, no âmbito interno, discutir suas políticas com terceiro setor, igrejas, meios de comunicação e coletivos de migrantes. “O Estado tem, nesses casos, um amplo campo no qual debater e buscar consenso, externo e interno, no processo de construção de uma governabilidade migratória”, complementa (Mármora, 2010, p. 76).

Mas como acontece este amplo debate entre atores tão diversos? Em que premissas se baseia, ou que princípios ele anuncia, ao menos formalmente? Também conectada à argumentação foucaultiana, uma resposta que se apresenta baseia-se no que Fassin (2012), classificou como *razão humanitária*, ou *humanitarismo*. Paradigma que, segundo ele, passou a reger nas últimas décadas as discussões a respeito de tudo que envolve a precariedade humana. De forma bastante aproximada à descrição feita há pouco da governança migratória, Fassin afirma que o humanitarismo consiste em:

(...) um modo de governar que diz respeito às vítimas da pobreza, da falta de moradia, do desemprego e do exílio, bem como de desastres, fomes, epidemias e guerras - em suma, toda situação caracterizada pela precariedade. **Envolve organizações não governamentais, agências internacionais, Estados e indivíduos. Mobiliza compaixão e tecnologia, médicos e logísticos.** Seus locais de atuação são clínicas para pobres e campos de refugiados, uma administração social onde imigrantes indocumentados são recebidos e uma guarnição militar onde vítimas de terremotos são tratadas. (Fassin, 2012, p. IX, grifo meu).

A razão humanitária inclui toda argumentação, manifestação ou ação que se justifica pela proteção de pessoas em situação precária. Pode, portanto, abranger tanto a ação de organizações internacionais de alívio à pobreza quanto intervenções militares em outros países. Essa elasticidade do conceito não o destitui de sentido, mas serve para evidenciar a força que ganhou a “lógica da compaixão” (Fassin, 2012, p. 35) que sustenta esse regime: raramente se

admite fazer guerras pela simples soberania estatal ou territorial; mesmo as ações violentas precisam, para ter aceitação diante do público, justificar-se pelo sofrimento que elas visam remediar.

Trata-se, no entanto, de mais que uma série de justificativas com fundo humanitário, cínicas ou não; mas de uma lógica de existência e ações, uma racionalidade específica que perpassa de governos a indivíduos, e que atua com base no que Fassin chama de “sentimentos morais”: “emoções que direcionam nossa atenção para o sofrimento dos outros e nos fazem querer remediá-lo” (Fassin, 2012, p. 1). Com base nessa razão humanitária, age-se com uma série de procedimentos e regulamentações que visam, ao menos formal e discursivamente, apoiar a existência humana. Em um nível gerencial, a administração dessas ações é regida pelo governo humanitário (*humanitarian government*), que se vale de duas noções de “humano”: a condição semelhante de todos os seres humanos (*mankind*) e a solidariedade por esses semelhantes (*humaneness*).

Exemplos dados por Fassin em relação às migrações envolvem a maior concessão de residência temporária para imigrantes pobres na França por motivos de saúde, uma brecha encontrada por médicos e imigrantes para viabilizar a permanência destes no país em meio a diversas restrições; e o fechamento, no mesmo país, de um centro de abrigo a migrantes por razões humanitárias, devido à precariedade das instalações. Nota-se que, em ambos os casos, a razão humanitária utilizada se vale de uma ambivalência entre restrição e cuidado, ou entre repressão e proteção a pessoas vulneráveis. Tal contradição está inscrita na noção foucaultiana de biopolítica – o governo dos processos biológicos humanos e da sua capacidade de reprodução e manutenção – e é o que sustenta a existência do humanitarismo: sua manutenção exige tanto solidariedade nas justificativas quanto técnicas de controle nas práticas (Fassin, 2012).

A relação entre governamentalidade e humanitarismo já foi explorada por diversos autores internacionalmente, como demonstram Lynch e Schwarz (2016). Em geral, essas autoras afirmam, caracteriza-se a relação entre Estados e ONGs como uma espécie de “responsabilidade contratual” assumida pelas últimas para gerenciar assuntos de interesse público – no que elas absorvem e aplicam “modelos de mercado” que permitam a mensuração de resultados. As políticas “humanitárias”, na forma de programas de alívio à pobreza e outras vulnerabilidades, são uma das áreas mais visadas para esse convênio.

Leituras semelhantes sobre a presença do humanitarismo na governança migratória foram feitas por autores como Domenech (2013), ao falar das “políticas de controle com rosto humano”, que seriam ideias e práticas justificadas com discursos focados nos direitos humanos, mas que “buscam o mesmo objetivo que as políticas mais abertamente restritivas, prometendo

ser mais eficazes na consecução de seu objetivo: controlar os fluxos migratórios internacionais” (Domenech, 2013, p. 121). Apesar de não citar diretamente Fassin, o autor argentino trabalha na mesma chave de ambivalência dessas políticas, afirmando que elas não são uma alternativa àquelas abertamente securitárias, mas “que ambas atuam de forma imbricada ou complementar no presente momento histórico do capitalismo global” (Domenech, 2013, p. 121). Quer dizer: o governo humanitário da coletividade traz consigo relações de dominação, que acabarão por gerar novos infortúnios e renovando o discurso humanitarista. As ações humanitárias assim acabam por preencher “fugaz e ilusoriamente as contradições do nosso mundo”, tornando “a intolerabilidade de suas injustiças um tanto suportável. Daí, sua força consensual” (Fassin, 2012, p. XII).

No Brasil, trabalhos como o dossiê temático “Deslocamentos, Desigualdades e Violência do Estado” (2015) reúnem estudiosos nos campos das migrações e da segurança pública para demonstrar “as aparentes contradições entre humanitarismo e securitização no âmbito de políticas de governança migratórias e de refúgio” (Feldman-Bianco, 2015, p. 21). Vianna e Facundo (2015) demonstram, por exemplo, como solicitantes de refúgio precisam, por vezes, aumentar o grau de risco imediato de sua perseguição no país de origem para ter mais chances de obter o status no Brasil, dada a patente seletividade das autoridades que detêm esse poder nomeador.

Essa relação complexa entre humanitarismo e controle na biopolítica contemporânea se encontra no cerne nas políticas migratórias atuais, inclusive no Brasil. Cintra e Martuscelli (2025) mostraram como os vistos têm sido utilizados como instrumentos de externalização de fronteiras também nos países do chamado Sul global, a exemplo do que já faziam aqueles do Norte. Essa externalização visa “transformar a migração e os migrantes em uma ameaça à segurança do Estado” (Cintra, Martuscelli, 2025, p. 2), sobretudo nos casos em que tais migrantes são negros e pobres. Estão, assim, em consonância com Fernandes e Faria (2017), que relacionam a concomitância entre a mudança no perfil de migrantes que vêm ao país – com maior preponderância de africanos e haitianos – e a criação de novos instrumentos de controle migratório pelo Brasil. Rossi (2022) também demonstrou como, diante da fronteira cada vez mais borrada entre migrantes econômicos, migrantes forçados e refugiados em potencial, a opção do Estado brasileiro tem sido a de uma política que nivela humanitarismo e política de direitos humanos, “o que gera a distribuição desigual de vidas que merecem ser salvas e aquelas que podem ser colocadas em risco” (Rossi, 2022, p. 9).

A absorção de técnicas neoliberais na governança das migrações, assim, abriu espaço para atores diversos inserirem-se nas políticas nacionais e internacionais deste campo nas

últimas décadas. Entre eles, destacam-se as organizações religiosas, que se tornaram importantes agentes humanitários na segunda metade do século XX.

Ação social evangélica e as igrejas na esfera pública

Durante boa parte do século XX, a religião esteve fora dos principais debates sociais dentro e fora da academia. O sucesso da reconstrução do mundo ocidental com o impulso keynesiano e a decorrente melhoria do bem-estar social no período que vai do pós-guerra ao início dos anos 1970 levaram a maior parte de analistas, pesquisadores e até candidatos em eleições a desconsiderar esse elemento como influente nas dinâmicas políticas e econômicas. Na sociologia da religião, desde seu início influenciada pelas elaborações de Max Weber (Sell, 2015), os argumentos da racionalização progressiva da sociedade e do desencantamento do mundo, consolidados nas teorias da secularização, pareciam inapeláveis.

No entanto, no início dos anos 1980 tínhamos o seguinte cenário: Ronald Reagan foi eleito presidente nos Estados Unidos com apoio decisivo de movimentos evangélicos, destacando-se a Maioria Moral (*Moral Majority*) liderada pelo pastor conservador Jerry Falwell; igrejas neopentecostais espalhavam-se forte e rapidamente nos Estados Unidos e no Brasil, adotando o tele-evangelismo como estratégia, enquanto a Igreja Católica buscou responder com sua Renovação Carismática. O mundo havia se re-encantado e as ciências sociais precisaram encarar o desafio de compreender se de fato houve uma súbita mudança de rumo ou se as leituras anteriores estavam equivocadas. Os dois momentos da obra de Peter Berger, primeiro ao propor a secularização do mundo (Berger, 1985) e depois de admiti-la como equivocada (Berger, 1999), simbolizaram tal movimento.

José Casanova (1994) descreveu tal ressurgimento da religião no espaço público, iniciado nos anos 1970 e conflagrado na década seguinte, como de sua “desprivatização” no mundo moderno. Ou seja, “o fato de que tradições religiosas em todo o mundo estão se recusando a aceitar o papel marginal e privatizado que as teorias da modernidade, bem como as teorias da secularização, haviam reservado para elas” (Casanova, 1994, p. 5). As teorias da secularização não estavam de todo erradas, afirmou, já que de fato a religião deixou de ser (ao menos no Ocidente) a definidora da ordem vigente para se tornar uma esfera concorrendo com outras pela influência social – mas não havia mais como defender que ela havia se tornado assunto privado. Eleições, economia, desenvolvimento social já não poderiam mais ser discutidos sem levar em conta pontos de vista religiosos. Habermas (2008) foi outro a constatar esse ressurgimento da religião na esfera pública, indicando no início do século XXI a existência

de uma “sociedade pós-secular” em que mesmo instituições e modos de vida formalmente laicos estavam preenchidos de valores religiosos, e a “consciência pública” que herdou os valores secularistas do iluminismo precisaria se adaptar à persistência de comunidades religiosas e sua influência sobre os mais variados debates.

O humanitarismo, que sofreu de semelhante ilusão secularista nos anos de keynesianismo e desenvolvimento do Sistema ONU, também passou por essa reelaboração de princípios e práticas. De um campo dominado por organizações seculares que viam a religião como força conservadora e incompatível com o progresso (Kraft, 2017), teve a partir dos anos 1970 a chegada de entidades religiosas diversas. A católica Caritas (Souza e Ruseishvili, 2020) e a evangélica Visão Mundial (King, 2019) se tornaram exemplos notórios. Ager e Ager (2011) afirmaram que o humanitarismo, apesar de baseado originalmente em uma moral de fundo religioso, esteve “colonizado” por um “secularismo funcional” durante boa parte do último século. Esta visão segundo a qual movimentos humanitários deveriam se guiar apenas pela razão enquanto princípio universalista se mostrou autoevidente e, quando levado a povos do terceiro mundo, era carregada de uma missão civilizadora ocidentalizante (Ager e Ager, 2011).

Movimentos diversos ilustraram o retorno da religião ao espaço público e sua inserção no campo humanitário. No primeiro aspecto, Casanova (1994) cita como os principais a Revolução Iraniana de 1979; o movimento Solidariedade na Polônia com apoio papal; o papel do catolicismo na Revolução Sandinista na Nicarágua; e a reemergência do protestantismo fundamentalista na política americana, com o supracitado movimento em apoio de Reagan. Mas, em relação ao humanitarismo e ações sociais de igrejas evangélicas, foi a renovação do evangelicalismo (*evangelicalism*), corrente evangélica interdenominacional também surgida nos Estados Unidos, que passou a constituir a maior força religiosa nesse novo momento (Conrado, 2006; Elisha, 2014; Scheliga, 2016).

Tradicionalmente, o evangelicalismo consiste no amplo segmento de protestantes conservadores (incluindo denominações históricas, como batistas e metodistas, e outras pentecostais) que enfatiza, entre as práticas cristãs, a pregação direta e o espalhamento das “boas novas” do evangelho, visando a conversão individual dos não crentes. Bebbington (1989), em obra seminal sobre a história do protestantismo, descreveu quatro elementos principais que definem a prática cristã dos *evangelicals*, que se tornaram nos dois últimos séculos a corrente evangélica mais numerosa e influente nos Estados Unidos (Mariano, 2016): 1) a Bíblia como guia único e absoluto para a vida cristã; 2) ênfase da pregação em torno da crucificação de Jesus e da salvação pela fé em sua ressurreição; 3) crença na salvação pela conversão individual e de “nascer de novo” a partir da fé em Jesus; 4) compromisso com o

compartilhamento constante do evangelho em todas ações, incluindo as caritativas. Embora essas últimas sempre tenham feito parte do evangelicalismo, sua prática era, como sugerido pela descrição acima, focada na pregação direta do evangelho aos povos não crentes e oferecimento da “salvação” unicamente pela conversão e pela fé em Jesus, recusando a necessidade de os atores cristãos agirem sistemicamente pela melhoria da vida material das pessoas vulneráveis. Isso mudou a partir do I Congresso Internacional de Evangelização Mundial, evento realizado em Lausanne, na Suíça em julho de 1974 que, liderado pelos evangelistas estadunidenses Billy Graham e John Stott, reuniu 2.700 líderes evangélicos de 150 países. As discussões no Congresso deram origem ao Pacto de Lausanne, documento que propôs uma nova abordagem para o evangelicalismo, “equipar a igreja para a evangelização mundial, definir a relação entre evangelismo e responsabilidade social e buscar a unidade evangélica” (King, 2019, cap. 6, par. 4). A principal preocupação de fundo era se a igreja deveria ou não assumir posição preponderante no alívio à pobreza e outros desafios sociais; ou, se como propunham os fundamentalistas dentro do evangelicalismo, sua atuação deveria se concentrar na disseminação da Palavra de Deus pelos meios evangelísticos de abordagem mais direta (pregação nas ruas, visita às residências, etc). O documento adotado ao final do congresso recusou essa última visão, reivindicando a atuação eclesial em consonância com as demandas sociais – desde que a base para tal ação fosse, sempre, bíblica. O pacto trouxe uma “proposta teológica que enfatiza a necessidade de o indivíduo passar por uma experiência de conversão, adotando a Bíblia como única base de sua fé e prática, sendo esta experiência o sustentáculo de diversos projetos missionários e de seu posicionamento frente a questões sociais” (Scheliga, 2016, p. 128-129, nota de rodapé). A mudança de postura em relação à outrora dominante corrente fundamentalista é simbolizada pelo trecho do Pacto:

Afirmamos que Deus é tanto o Criador como o Juiz de todos os homens. Portanto, devemos partilhar da sua preocupação com a justiça e a reconciliação em toda a sociedade humana e com a libertação dos homens de todo tipo de opressão. Porque a humanidade foi feita à imagem de Deus, toda pessoa, não importa qual seja a sua raça, religião, cor, cultura, classe, sexo ou idade, tem uma dignidade intrínseca em razão da qual deve ser respeitada e servida, e não explorada. Também aqui manifestamos o nosso arrependimento, tanto pela nossa negligência quanto por às vezes termos considerado a evangelização e a preocupação social como mutuamente exclusivas. Embora a reconciliação com o ser humano não seja o mesmo que a reconciliação com Deus, nem a ação social seja evangelismo, nem a libertação política seja salvação, todavia afirmamos que tanto a evangelização como o envolvimento sociopolítico são parte do nosso dever cristão. (Stott, 2012, p. 45)

O Pacto é claro ao propor uma atitude que relaciona a expansão do evangelho a uma preocupação com a situação material das pessoas. Assume também, ao enfatizar a irrelevância de diferenças raciais e culturais entre os povos, uma visão universalizante para essa missão.

Ambos os aspectos passavam longe de ser prioridade para a corrente fundamentalista, que no início do século XX se opunha a quaisquer explicações de ordem materialista para as questões sociais, e que acabou obrigada a aceitar uma certa compartimentalização na cultura estadunidense, perdendo espaço na arena pública ao se ver vencida em questões como sua intenção de proibir o ensino do darwinismo nas escolas (Casanova, 1994).

Ao recusar tal enclausuramento e propor a ação mundana e social das igrejas, o movimento de Lausanne não propunha relativizar a importância da religião frente os problemas sociais. Pelo contrário, a intenção era justamente universalizar os objetivos evangelísticos, para além das barreiras culturais que limitavam outras correntes teológicas. Para isso, no entanto, era necessário reconhecer os erros de abordagens passadas, e aceitar uma linguagem ecumênica em defesa de todas as pessoas do mundo. Mas, para além da defesa da justiça social, o Pacto era claro em afirmar que o objetivo de tal mudança de postura deveria ser a evangelização dos espaços ocupados. Já na introdução, dizia-se: “Acreditamos que o evangelho é a boa nova de Deus para o mundo inteiro e estamos determinados, por sua graça, a obedecer à comissão de Cristo de proclamá-lo a toda a humanidade e fazer discípulos de todas as nações” (Stott, 2012, p. 19).

O Pacto de Lausanne, bem como a citação da “Grande Comissão” presente no Evangelho de Mateus, se tornaria o principal impulso para as ações sociais de agentes evangélicos, sobretudo na forma de organizações paraeclesiais²¹. Estas, conquanto dotadas de princípios inegavelmente religiosos, encontraram liberdade de ação maior que a das igrejas em si no contato com as esferas civil e estatal à medida em que seus propósitos de alívio à vulnerabilidade social se alinhavam aos dos atores seculares, e demonstrando, assim, sua afinidade com o humanitarismo contemporâneo. Dessa forma, colocaram à disposição das denominações conhecimentos e meios de ação que muito bem complementaram o *ethos* expansionista da fé evangélica, dando-lhe novo meio de inserção e aceleração. E constituíram alternativa importante às organizações católicas, mais experientes na inserção social, porém carentes desse ímpeto de ocupar todos os espaços possíveis – até pelo catolicismo ser, no caso brasileiro, maioria absoluta desde a formação do país.

Essa ênfase evangélica na ação social se espalhou de Lausanne para diversos lugares. Na América Latina, influenciou o desenvolvimento da Teologia da Missão Integral, uma abordagem que propõe a intervenção das igrejas em temas de pobreza e vulnerabilidade social

²¹ Organizações fundadas na fé que atuam fora das estruturas tradicionais das igrejas, geralmente visando evangelizar territórios não tradicionalmente cristãos.

com uma visão contextualizada em torno dos problemas da região. Liderada pelo teólogo equatoriano René Padilla, que foi um dos líderes do movimento de Lausanne em 1974, a doutrina defendia que ação social e evangelismo são as “duas asas de um avião”²², e foi um dos enquadramentos politizantes mais à esquerda que a fé evangélica já recebeu, gerando inclusive desdobramentos no Brasil, como o Movimento Evangélico Progressista (Souza, 2023). Chegou a dialogar com a vertente católica do Cristianismo da Libertação (Löwy, 2016), mas a rejeitou pela sua base considerada excessivamente materialista, afirmando: “Onde está a teologia evangélica que irá propor uma solução com a mesma eloquência, mas também com uma base mais firme na Palavra de Deus?”.

O Brasil, que desde os anos 1970 passou a experimentar crescimento acelerado do cristianismo evangélico, também foi impactado pela doutrina de Lausanne. Um dos resultados concretos foi a realização do Congresso Brasileiro de Evangelização em 1983, realizado para incentivar a atuação das igrejas para além da evangelização direta e tradicional. Segundo Conrado (2006, p. 71), o evento foi um “marco inspirador para as lideranças emergentes que assumem, a partir daí, um papel destacado na articulação dos evangélicos”, contribuindo, junto com a atuação de organizações paraeclesiais no país, como a própria Visão Mundial, para “a construção de uma proposta de envolvimento sociopolítico na Nova República” (Conrado, 2006, p. 71). O autor complementa:

Poder-se-ia argumentar que, através das décadas de 1980 e 1990, o segmento evangelical e suas lideranças estabeleceram de maneira incontestável um conjunto de práticas e discursos, sob o manto da Teologia da Missão Integral, voltadas para atuar no campo das questões sociais, e que de forma mais ou menos bem-sucedida, conseguiu sensibilizar amplos setores do protestantismo brasileiro a abandonar uma postura conservadora em relação à presença da igreja na sociedade. (Conrado, 2006, p. 73)

Burity (cf. Conrado, 2006, p. 21) foi outro analista a constatar que, ao longo dos anos 1990, “houve uma paulatina abertura para a aceitação e estímulo à contribuição da ação conduzida por grupos religiosos na área social” no Brasil, concomitantemente à abertura do Estado, no momento pós-ditadura, para maior participação da sociedade civil na implementação de políticas públicas e sociais. Tal trajetória culminou na formação de diversas organizações sociais e assistenciais de igrejas evangélicas, que passaram a concorrer com as tradicionais católicas nesse âmbito e a usar as ações sociais como projetos de inserção midiática, melhoria de sua imagem pública e de afirmação institucional perante o poder público e a sociedade. Um

²² Para essa citação e a seguinte, ler texto sobre a Teologia da Missão Integral e René Padilla publicado por David C. Kirkpatrick no site Christianity Today: <https://pt.christianitytoday.com/2021/04/morre-rene-padilla-misso-integral-america-latina-pt>. Acesso em: 19 dez. 2025.

caso notável nesse sentido é o da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), com projetos como a Associação Beneficente Cristã (ABC) e o Projeto Nordeste, que ajudaram a IURD a melhorar sua imagem e do assistencialismo evangélico como um todo, após escândalos envolvendo projetos do tipo no início dos anos 1990 (Souza, 2013). O uso dos meios de radiodifusão para propagandear as iniciativas contribuíram para esse objetivo, e a IURD logo se tornou parceira de diferentes governos para participar da implementação de políticas públicas (Souza, 2013).

Já nos anos 2000, não havia como ignorar o papel exercido pelos evangélicos na agenda social, com o próprio governo Lula, tido como mais progressista que seus antecessores, aliando-se às igrejas evangélicas para promover uma “reconstituição das pessoas, reconstituição das famílias”, realizar “um trabalho lá na ponta, aonde o Estado não pode chegar” (Scheliga, 2016, p. 132). O exemplo da Rede Evangélica de Ação Social (RENAS), formada em 2003 por dezenas de organizações e igrejas para projetar sua atuação social e ampliar suas formas de relacionamento, é simbólico. A RENAS passou a ter participação em órgãos como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), seja diretamente pela rede ou por organizações afiliadas a ela. Para Conrado (2006, p. 80), a formação da RENAS “faz parte de um conjunto de estratégias do segmento evangelical visando o reconhecimento — no seu sentido positivo, enquanto legitimidade — a fim de disputar espaços na esfera pública com outros segmentos do protestantismo”. Intensificou-se, nesse período, o processo que Burity (2007) chamou de “onguização” das entidades religiosas, referindo-se ao processo de sua formalização para se associar a políticas públicas na forma de Organizações Não Governamentais²³. Recurso pelo qual

se assume um conjunto de práticas de planejamento, monitoramento e avaliação, que fazem penetrar no discurso religioso injunções e formas de raciocínio típicas das estratégias das ONGs e, em certos casos, do discurso do Terceiro Setor (profissionalização, “secularização institucional”, gerencialismo, competitividade, eficiência, empreendedorismo, etc.) (Burity, 2007, p. 43).

Burity (2007) apontou ainda três fatores principais que contribuíram para esse avanço das organizações religiosas nas políticas públicas: 1) a descentralização das atribuições do Estado, buscando maior complementação de atores civis para suas ações; 2) a valorização da esfera local como “referência mais fundamental das práticas sociais e políticas” (Burity, 2007,

²³ Essa designação, que se tornou mais comum no vocabulário popular, acabou sendo formalizada como “Organizações da Sociedade Civil” nos marcos regulatórios de sua atuação, como a Lei nº 13.019/2014.

p. 20), favorecendo a participação de entes diversos nas variadas regiões do país; 3) a reabilitação das igrejas como atores legítimos, a partir de seu engajamento nos debates públicos e democratizantes. Em 2024, existiam pelo menos 897.054 organizações da sociedade civil ativas no Brasil, 30% delas religiosas²⁴. Apesar de minoritárias em relação às que não se declaram religiosas, elas, “articuladas em rede ou promovendo/inserindo-se em parcerias com outras entidades, acabam tendo um impacto maior do que seu relativamente diminuto tamanho e número” (Burity, 2007, p. 44).

Os debates e discursos em torno do proselitismo

Ao proceder a tal onguização, as denominações cristãs, assim como levam seus valores à sociedade civil, também serão permeadas pelos saberes seculares que ali circulam. As organizações passam a adotar, por exemplo, a linguagem secular dos editais, políticas públicas e meandros jurídicos que fazem parte da rotina das Organizações da Sociedade Civil; ao mesmo tempo, procuram nos próprios espaços oferecidos pelo Estado formas de defender os valores religiosos que as inspiram, se valendo inclusive de instrumento secularizados para isso. Ao se valer dessa espécie de “secularismo estratégico”, como cunhou Vaggione (2005), as religiões organizadas usam discursos jurídico, científico e de direitos humanos a seu favor. Isso ocorre em temas sensíveis para o cristianismo, como os debates sobre aborto, gênero e direitos de minorias sexuais, mas também de forma menos explicitamente politizada em campos da ação social e humanitária, onde as organizações paraeclesiais passaram a atuar fortemente nesse mesmo período. Nesse meio, ainda que os adotantes do Pacto de Lausanne tenham rompido com a visão evangélica fundamentalista que rejeitava qualquer ação modernizadora, eles não deixaram de seguir uma teologia com diversos pontos de contato com outras mais conservadoras, enfatizando a necessidade de conversão dos não-crentes e a Bíblia como única autoridade dentro e fora dos templos (Conrado, 2006).

Apesar de se mostrar efetivo para a inserção social das igrejas e organizações paraeclesiais, tal “caminho do meio” deixou esses evangélicos inspirados por Lausanne como alvo de desconfiança dupla: por um lado, ela vinha do campo mais conservador das igrejas, que os igualava aos atores seculares – e, portanto, afastados da missão divinamente inspirada; por outro, do mundo secular que desconfiava de intenções proselitistas. Essa conexão

²⁴ Ver “Brasil possui mais de 897 mil organizações da sociedade civil ativas” no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15591-brasil-possui-mais-de-897-mil-organizacoes-da-sociedade-civil-ativas.html>. Acesso em: 13 jan. 2026.

entre conversionismo e ação social passou a constituir “a principal faceta da complexidade assistencial cristã” (Souza, 2024, p. 45), e a questão do proselitismo religioso passou a ser constantemente levantada em relação a tal atuação.

Não se tratava, obviamente, de discussão nova. Termo com origem na Bíblia, referindo-se à chegada de novos membros ao judaísmo (Lynch, Schwarz, 2016), o proselitismo se tornou um tema divisivo na modernidade conforme choques civilizacionais colocaram em questão a sobrevivência de religiões enquanto traço cultural e étnico. O pluralismo religioso e a *cultura de direitos* firmada em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos realçaram o tema, que foi tensionado a partir de dois direitos específicos: o da liberdade de consciência e o de livre manifestação da religião. Eles se encontram manifestados no artigo 18 da mencionada declaração: “Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular” (Organização das Nações Unidas, 1948). O Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (Organização das Nações Unidas, 1966) voltou a abordar o tema, acrescentando à redação acima os seguintes pontos:

2. Ninguém será sujeito a coerção que possa prejudicar sua liberdade de ter ou adotar uma religião ou crença de sua escolha.
3. A liberdade de manifestar a própria religião ou crenças poderá estar sujeita apenas às limitações prescritas por lei e necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos e liberdades fundamentais de terceiros.
4. Os Estados Partes no presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos pais e, quando for o caso, dos tutores legais de assegurar a educação religiosa e moral dos seus filhos, em conformidade com as suas próprias convicções. (ONU, 1966).

Este último texto admite o cerceamento, em certas condições, do direito à livre manifestação de crença, que pode vir a ser contrária a “liberdades fundamentais de terceiros”. Nesse período em que se buscou levar ao mundo o ideário iluminista de um racionalismo universalizante, “proselitismo” passou a ser um termo evitado dentro e fora das igrejas. Em 1971, uma comissão conjunta formada entre o Conselho Mundial das Igrejas (órgão ecumênico) e a Igreja Católica Romana buscou separar ações “apropriadas” e “inapropriadas” de disseminação religiosa, nomeando-as “testemunho comum”, no primeiro caso, e “proselitismo” no segundo²⁵. A Associação Internacional de Liberdade Religiosa, fundada em 1893, evita o termo em sua declaração de princípios. Beach (2001), enquanto presidia a organização, usou os termos “persuasão religiosa” para retratar ações “legítimas” e “proselitismo impróprio” para

²⁵ Ver “Common witness and proselytism: a study document” disponível no site Archive.org: <https://archive.org/details/wccjwgrccwcc005>. Acesso em 18 dez. 2025

aquelas “ilegítimas”, admitindo a carga negativa sobre o termo. Como as expressões usadas sugerem, é feita uma separação binária entre ações boas e ruins, onde a noção de coerção costuma funcionar como elemento deslegitimador.

A distinção fica ainda mais difícil de ser estipulada quando se trata de ações humanitárias. A referência para essa atuação costuma ser o Código de Conduta da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (1994), que proíbe em seu ponto 3 o proselitismo de vincular “a promessa, entrega ou distribuição de assistência à adesão ou aceitação de um determinado credo político ou religioso”. Buscava-se assim tornar mais objetiva a definição do comportamento considerado ilegítimo, na forma de um condicionamento da ajuda humanitária à adesão religiosa. Mas seguir tal preceito não encerra a questão: a Visão Mundial, tradicional organização paraeclesiástica evangélica e signatária da carta, pratica o que chama “testemunho cristão”, entendendo-o como “ser cristão, viver como cristão, prestar serviço cristão e compartilhar verbalmente as boas novas sobre Jesus Cristo” (King, 2019, cap. 9, par. 38). Conforme o autor da mais vasta obra sobre essa organização, a intenção foi:

[...] reformular a questão-chave de “Onde está o evangelismo explícito?” para a mais ampla “Como deve ser o nosso ministério e como devemos fazê-lo para criar o ambiente no qual o Espírito Santo possa encorajar as pessoas a fazer perguntas para as quais o evangelho é a resposta?” (King, 2019, cap. 9, par. 38).

Ou seja, a evangelização não deixou de estar presente como pano de fundo – ou até mesmo objetivo oculto – das ações humanitárias de organizações paraeclesiásticas. Mas, em vez de propor ativamente a conversão dos beneficiados, elas buscam aumentar as chances de que esta seja procurada por eles próprios. Diversas outras organizações evangélicas adotam posturas semelhantes, buscando distinções entre o proselitismo e noções como “evangelismo” ou “testemunho” que sejam mais bem aceitas. Assim, ações como “rezar junto [dos beneficiados por ações humanitárias] sem chamá-los a aderir” (Lynch, Schwarz, 2016, p. 640) são consideradas aceitáveis em alguns casos.

Foram feitas algumas tentativas para captar as diferentes formas sob as quais o proselitismo ou as expectativas religiosas podem aparecer em ações sociais de organizações religiosas. Sider e Unruh (2004), por exemplo, criticaram a definição geral de organizações baseadas na fé (*faith-based organizations*) por colocarem sob o mesmo guarda-chuva ações e organizações bastante distintas em princípios e práticas. Esses autores sugeriram uma tipologia em que definem seis modos de presença da fé nas organizações e ações sociais, com base em elementos observáveis, como: a autodescrição, a composição da diretoria, o financiamento e a afiliação, no caso de organizações; e a linguagem, a presença ou não de conteúdo explicitamente

religioso (cultos, estudo de textos sagrados, etc) e o ambiente utilizado, no caso das ações sociais efetivamente conduzidas. Sua tipologia apresenta seis descrições básicas, que vão de “permeada pela fé” (*faith-permeated*), a com maior conteúdo proselitista, até “seculares com fé” (*faith-secular*), em que uma organização secular comanda a ação e tem o apoio operacional de agentes religiosos. Porém, embora traga elementos úteis para diferenciar diferentes tipos de organizações e programas, tal abordagem não consegue se desvencilhar da ambiguidade no discurso presente das organizações religiosas. Pois, como definir, como propõem os autores, se a fé aparece apenas de forma implícita nas ações dos agentes, mas não verbalmente? Ou considerar que, apesar de uma motivação religiosa explicitamente demonstrada nas ações cotidianas dos agentes, a participação dos beneficiários é “opcional” (Sider, Unruh, 2004, p. 124)? Ainda que se possa se aproximar de tais definições observando formalmente as ações, tais aspectos estão sujeitos a dinâmicas interpessoais e de persuasão em que a participação de alguém em atividades religiosas é, em tese, “opcional”, mas a pessoa se sinta compelida a fazer isso para ser bem quista pelos benfeitores.

Mais do que mera consequência da atuação de organizações evangélicas em ações humanitárias, a ambiguidade no discurso é um recurso estratégico usado por elas nessas ocasiões. A estadunidense Christ The Rock Church, que realiza missões internacionais em diversos continentes²⁶, não “veio aqui para converter ninguém”, segundo sua fundadora, mas tem uma Declaração de Fé em que afirma “pregar o evangelho a toda criatura e fazer discípulos de todas as nações”, além de adotar “a crença de que mais almas podem ser trazidas a Cristo através do testemunho de cuidar das necessidades dos outros do que simplesmente pregando o cristianismo” (Fiddian-Qasmiyeh, 2011b, p. 540). Trata-se, assim, de uma racionalização sobre os processos de evangelização, que visa adotar as formas consideradas mais eficientes para cumprir a “Grande Comissão”.

Outra categoria utilizada nas ciências sociais para analisar a atuação de tais organizações é o “evangelismo de estilo de vida” (*lifestyle evangelism*), identificado por Bornstein (2005) ao acompanhar ações de Visão Mundial e Christian Care na África, e classificado como “viver a vida à maneira de Cristo, dando um exemplo aos não crentes” (Bornstein, 2005, p. 50). Busca-se, com ele, fazer novos discípulos ao demonstrar humildade e preocupação com os problemas do dia a dia das pessoas auxiliadas, acompanhar de perto os projetos de desenvolvimento e construindo relacionamentos duradouros. Nessa abordagem, diz Bornstein, considera-se que a

²⁶ Ver ações no site da Christ the Rock Community Church. <https://www.christtherock.org/>. Acesso em 18 dez. 2025.

ajuda material sem sua contraparte espiritual traria o risco de não ter efeitos duradouros no caso de os beneficiários não aderirem ao cristianismo evangélico. Ela ainda é associada pelas organizações paraeclesiais ao “holismo” (Bornstein, 2005, p. 48): uma abordagem teológica que propõe um desenvolvimento integral de populações vulneráveis ao considerar melhorias de condições espirituais e materiais como indissociáveis, com as segundas sendo colocadas como recompensas de Deus àqueles que aderirem, visando aumentar sua predisposição à evangelização.

A categoria do “evangelismo de estilo de vida” foi mais tarde retomada por Flanigan (2010) que o descreveu como membros da organização evangélica “dão um exemplo aos membros da comunidade e levam os não crentes ao cristianismo construindo relacionamentos que façam com que os membros da comunidade sintam afinidade” pela organização. Novamente, identificou-se a preocupação em estabelecer relacionamentos aprofundados com os beneficiados pelas ações sociais, em que sua empatia e sensibilidade são demonstradas de forma a “persuadir os recebedores do serviço a mudar seu comportamento e talvez adotar uma nova fé” (Flanigan, 2010, p. 92). Kraft (2017) viu motivação e atuação semelhantes em igrejas evangélicas que acolheram deslocados sírios no Líbano, afirmando que enquanto tais igrejas “podem estar comprometidas a não pressionar um refugiado a se converter, elas ainda são motivadas por essa possibilidade” (Kraft, 2017, p. 14). Conversões de fato aconteceram nesse caso, e uma das pessoas que aderiram à fé evangélica o fez devido à aceitação social que a igreja lhe proporcionou no país de chegada, o que reflete outro aspecto importante desse trabalho: a possibilidade da conversão prover aos beneficiários redes sociais que possam lhe trazer outras melhorias futuras.

Parte dos proponentes da ação social pelas igrejas evangélicas, no entanto, defenderam que a mera exposição do bom exemplo cristão, esperando fomentar o desejo de conversão nos beneficiados, não é suficiente para buscar os objetivos pretendidos de evangelização em larga escala. Foi o caso do teólogo de origem anglicana Charles Peter Wagner, uma das figuras proeminentes na realização do Congresso Internacional sobre Evangelização Mundial em Lausanne em 1974. Apesar de ser um dos impulsionadores do movimento de Lausanne, Wagner entrou, pouco depois da publicação do Pacto, em conflito com as interpretações mais liberais da “Grande Comissão” presentes nesse movimento. É nesse contexto em que se insere sua obra *Church Growth & The Whole Gospel: A Biblical Mandate*²⁷ (1998), em que Wagner enfatiza a

²⁷ “Crescimento da Igreja e todo o Evangelho: um mandato bíblico”, em tradução livre

importância de se ter estratégias altamente racionalizadas para o crescimento do cristianismo evangélico. Na obra, ele lembra que a “Grande Comissão” exige textualmente fazer discípulos e batizá-los na igreja de Cristo, e que, portanto, esse deve ser o objetivo final a ser buscado em toda a ação cristã. Para isso, ele propõe um modelo de evangelismo baseado em “três P’s”: presença, proclamação e persuasão – com a maior ênfase nesta última. Afirma que as abordagens que se contentam com o “primeiro P”, ou o “evangelismo de presença”, são insuficientes à medida em que atuam sem a preocupação objetiva de fazer novos seguidores de Cristo. Deve-se, diz Wagner, ir além, passando pela “proclamação” (segundo P), que corresponde a proclamar as “boas novas” de Cristo àqueles beneficiados pelas boas ações; e chegando ao “evangelismo de persuasão” (terceiro P), o esforço ativo para fazer novos discípulos. Pois, afirma, “o evangelismo da Grande Comissão não se completa a não ser que, e até que homens e mulheres aceitem o evangelho, acreditem em Jesus, sejam incorporados à igreja como membros responsáveis” (Wagner, 1998, p. 56).

Não se deve ignorar também que essas abordagens evangelísticas nas ações sociais são, além de formas de buscar o crescimento numérico do cristianismo evangélico, maneiras de avançar com a exposição de sua religião como *moralidade correta* na esfera pública. Elisha (2011, 2014) abordou esse aspecto da ação social evangélica e classificou seu objetivo mais amplo como de “cristianização cultural” da sociedade civil. Isto é: quando atores dessa tradição religiosa buscam “infundir a sociedade civil, e todas as relações constituídas nesse âmbito, com valores religiosos e códigos morais que emanam dos ditames do protestantismo evangélico conservador” (Elisha, 2011, p. 271). Espera-se, assim, “transformar a cultura pública em um espaço de intervenção missionária” (Elisha, 2014, p. 433) inserindo em sua ação princípios políticos e econômicos específicos e ligados a como interpretam sua religião. Tal estratégia é observada pelo autor sobretudo nas ações sociais de grandes igrejas, que, como severa no capítulo 2, é o caso das que participam do caso aqui estudado: com estrutura corporativa e profundas conexões nas elites política e empresarial, elas, por um lado, substituem amplamente os agentes públicos na condução de políticas humanitárias, aumentando suas possibilidades obter novos membros e ganhando publicidade perante o público geral; por outro, cuidam para que os resultados obtidos sejam coerentes com a lógica econômica neoliberal que garante sua participação nesse modelo, estimulando comportamentos e visões de mundo que incentivem, por exemplo, a continuada redução do tamanho do Estado e o empreendedorismo individualista, combinados à fé cristã (Elisha, 2014).

Revela-se, assim, mais um imbricamento da abertura de políticas públicas à participação de organizações religiosas em meio à governamentalidade no neoliberalismo: quando guiadas

por um *ethos* expansionista e universalista, ao mesmo tempo em que financiadas e tendo sua atuação facilitada por uma elite conservadora, tais ações buscarão, além de obter novos membros para as denominações envolvidas, “elevar a publicidade da ortodoxia evangélica”, bem como criar as condições sob as quais tal ortodoxia “substitua o liberalismo secular como norma prevalescente de governança moral” (Elisha, 2014, p. 433), visando à construção completa do “Reino de Deus” na Terra.

Vejamos, nos dois próximos capítulos, como os conceitos aqui delineados aparecem na prática das ações sociais evangélicas, tomando por exemplo a atuação da Global Kingdom Partnership Network junto a migrantes ucranianas no Brasil entre 2022 e 2023.

2. “UMA FERRAMENTA TREMENDA QUE DEUS TRAZ”: IGREJAS EVANGÉLICAS E AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

Da solidão do pastor à rede internacional de igrejas

Uma rede interdenominacional de pastores, igrejas e empresários que atua com o propósito de prover apoio mútuo às ações dos membros e à expansão do cristianismo evangélico como um todo. Assim defino a Global Kingdom Partnership Network (GKPN), que foi fundada em 2007 mas somente em 2022 ganhou notoriedade fora dos círculos de elite evangélica, ao se responsabilizar pelo deslocamento para o Brasil de centenas de ucranianas, que ficaram um ano sob os cuidados de igrejas afiliadas à rede.

A criação da GKPN está diretamente vinculada a experiências pessoais de seu fundador, o pastor, missionário e teólogo brasileiro Elias Dantas. Segundo ele, a GKPN nasceu da sua percepção, enquanto pastor de uma grande igreja nos Estados Unidos, de que pessoas na sua posição são muito solitárias, pela dificuldade em encontrar pares no mesmo “nível” de liderança com quem dialogar; e, ao mesmo tempo, sujeitos a pressões de pessoas com grande influência e recursos econômicos:

(...) a vocação, esse chamado, veio fruto da minha própria necessidade em Bel Air, porque pastores de igreja grande são pessoas muito solitárias, e numa situação extremamente vulnerável. Porque se não tomar cuidado, eles começam ou elas começam a se achar verdadeiros deuses. Porque todo mundo vem pedir coisas para eles e eles são levados a dar respostas e soluções. Só Deus faz essas coisas todas. E falta *accountability*, falta prestação de conta. Falta a exortação amiga. Permitir que outros invadam sua vida para ajudar. (...). Mas foi fruto da minha própria necessidade. Eu senti que talvez fosse a necessidade de outros. E de fato é.²⁸

Assim, ele teria decidido contatar outros pastores para criar um fórum de troca de experiências que permitisse também discutir as melhores formas de atuação efetiva das igrejas no mundo visando a expansão do “Reino de Deus”.

Segundo Dantas, a GKPN já alcançou 105 mil igrejas em 108 países²⁹. Número que não parece crível, dada a quase inexistência de menções à rede mundo afora – embora acompanhando as redes sociais de lideranças da organização seja comum vê-las interagindo

²⁸ Ver “Elias Dantas - Global Kingdom Partnership Network” no canal do Youtube “Christianitatis”: <https://www.youtube.com/watch?v=gmezltINV6c>. Acesso em 18 dez. 2025.

²⁹ Ver notícias como “Primeiro grupo de refugiados ucranianos chega ao Brasil” (<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/03/18/primeiro-grupo-de-refugiados-ucranianos-chega-ao-brasil.ghtml>), acesso em 18 dez. 2025) e “Famílias ucranianas buscam uma vida nova em BH” (https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/05/01/interna_gerais.1363462/familias-ucranianas-buscam-uma-vida-nova-em-bh.shtml), acesso em 18 dez. 2025.

com pastores de grandes igrejas de outros países, inclusive em eventos organizados pela GKPN no exterior. Ele também coloca a rede como “informal”, dizendo que a GKPN “nem existe legalmente”³⁰ nem tem orçamento definido, funcionando apenas com base na confiança existente entre seus membros e na cooperação financeira mútua frente aos desafios que as igrejas enfrentam. Tal característica, afirma, colabora para manter a relação horizontal e não hierárquica entre os membros, evitando que se caia nas mesmas dificuldades que eles enfrentam enquanto lideranças pastorais. No entanto, os materiais disponíveis mostram que a GKPN é altamente hierarquizada na figura de seu líder. Na convocação para sua conferência mundial a ser realizada em 2026, é avisado que se trata de uma “rede orgânica fechada”, e que qualquer convite a terceiros que ainda não façam parte deve ser informado a Dantas, “indicando o nome da pessoa e uma rápida descrição de quem é aquela pessoa e qual seu relacionamento com a igreja”³¹. Já com relação ao seu caráter informal, a GKPN é mantida em paralelo à existência do Centro para Estudos do Cristianismo Global (tradução livre do nome oficialmente divulgado, *Center for Studies in Global Christianity*, doravante chamado CSGC) que, embora autodescrito como “uma organização sem fins lucrativos que pesquisa o desenvolvimento do Cristianismo em escala global e facilita o diálogo e iniciativas cristãs comuns ao redor do mundo”³², na verdade atua como “uma entidade legal” que facilita as ações da GKPN enquanto entidade, conforme admitido pelo próprio Dantas³³.

A GKPN é formada majoritariamente por igrejas de grande porte voltadas às classes médias de suas cidades e que comportam milhares de pessoas em seus templos. Dantas justifica essa escolha por líderes de grandes igrejas com base na “solidão” por que elas passam, assim como acontecia com ele próprio. Mas ela cumpre também objetivos estratégicos para a GKPN ter condições de mobilizar recursos e importantes contatos em suas ações internacionais. Mais do que meros lugares de adoração, essas grandes igrejas (também chamadas de “megatemplos” – *megachurches* – em parte da literatura) são símbolos arquitetônicos de suas cidades que anunciam a presença da religião ligada a um ideal de prosperidade para seus integrantes e modernização urbana para o ambiente que ocupam (Alves, 2023). E representam, nas palavras de Oro, “uma alteração em andamento no campo da disputa pela posição pública do

³⁰ Ver “Papo à Vista com o Dr. Elias Dantas, coordenador internacional do GKPN” no canal do Youtube Rentaliza Oficial: https://www.youtube.com/watch?v=OED_HNEZgeg aos 4min50s. Acesso em 18 dez. 2025.

³¹ Ver no site da GKPN: <https://gkpn.org/>. Acesso em 18 dez. 2025.

³² Ver no site do CSGC: <https://www.csghchristianity.com/about-us/>. Acesso em 18 dez. 2025.

³³ Ver “Elias Dantas - Face a Face #55 | Paschoal Piragine Jr.” No canal de Paschoal Piragine Jr. No Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=oZzTcb2e7IQ> aos 27min25s. Acesso em 18 dez. 2025.

protestantismo" (cf. Alves, 2023, p. 81). Sua localização mais habitual nas cidades pode ser descrita da seguinte forma:

Quanto ao zoneamento do entorno dos megatemplos, tem tido ampla presença em bairros de camadas médias, com tendência a ocupar áreas nobres das grandes capitais. Tais localizações pretendem atingir um grupo específico: aqueles que recorrem mais ao cristianismo evangélico (as camadas populares). Mas o megatemplo se dirige também aos frequentadores oriundos das classes médias urbanas, no intuito de se aproximar de suas demandas, como manter certo capital cultural e econômico, bem como possibilidades de distinção social. As escolhas dos lugares e sua escala física têm, portanto, finalidades estratégicas. (Alves, 2023, p. 84)

A mesma autora afirma também que essas grandes igrejas, em seu intuito de se tornar referências religiosas para as populações urbanas, costumam adotar estratégias diversas, incluindo: a) atividades religiosas e extrarreligiosas para públicos diversos, mantendo-os próximos às igrejas mesmo fora dos cultos; b) Aproximação da população mais carente por meio de serviços sociais e educacionais; c) Aproximação das entidades governamentais, sobretudo municipais, visando sua inserção em políticas públicas (Alves, 2023).

Essa descrição é bastante adequada às igrejas que se conseguiu identificar como parte da GKPN no Brasil, e que fizeram parte da chegada das ucranianas ao Brasil:

Primeira Igreja Batista de Curitiba (PR): A Primeira Igreja Batista de Curitiba (PIB-C) é uma igreja centenária, fundada em 1914 e ligada à primeira onda de expansão do cristianismo batista no Brasil, conduzida por missionários estadunidenses. O responsável pela sua fundação foi Manoel Virgínio de Souza, que veio do Alagoas ao Paraná a convite do missionário Robert Pettigrew (Miranda, 2009). Dos primeiros cultos realizados na própria casa do pastor, a igreja chegou aos dias atuais em um grande templo na capital paranaense, com localização central em área nobre na cidade, cuja construção levou três décadas e foi concluída em 2014³⁴. Trata-se de um dos “primeiros megatemplos evangélicos projetados e edificados em metrópoles brasileiras na década de 1990” (Alves, 2020, p. 63), onde reúnem-se os mais de 17 mil membros da igreja³⁵ e são realizados os principais eventos da GKPN em solo brasileiro. Foi também a primeira igreja do país a receber as ucranianas em deslocamento forçado após a invasão russa – atuando como ponto de trânsito, antes que fossem direcionadas a outras cidades.

³⁴ Informações do site da PIB Curitiba: <https://pibcuritiba.org.br/109-anos-de-historia/>

³⁵ Idem.

FIGURA 1 – Templo principal da PIB Curitiba (no bairro Batel)

Fonte: Elaboração própria.

A PIB-C é exemplo notório de outras duas características das igrejas parceiras da GKPN: a primeira é sua administração burocratizada e de inspiração empresarial. A igreja divulga anualmente nas suas redes sociais relatórios de administração e de atuação em áreas específicas como missões, comunicação, integração de novos membros, etc. A linguagem utiliza termos do jargão empresarial, como os “289 colaboradores” que a igreja diz possuir (termo que inclui os 40 pastores da igreja) e os “investimentos” em obras missionárias³⁶. Chama a atenção a transparência com relação aos números, que revelam o grande porte da atuação da PIB Curitiba: em 2023, foram R\$ 6,4 milhões gastos em missões e projetos para além de sua atuação local, o que inclui mais de R\$ 700 mil aportados em comunicação via rádio e televisão – para as quais a PIB Curitiba tem seu estúdio e profissionais próprios³⁷.

³⁶ Ver “Relatório Administração – 2023”, no canal da PIB-C no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=1el8WplegdI>. Acesso em 18 dez. 2025.

³⁷ Ver “Relatório Missões – 2023” no canal do Youtube da PIB-C: <https://www.youtube.com/watch?v=NJilUB8hytE>. Acesso em 18 dez. 2025.

A outra característica marcante é seu viés expansionista, inclusive com conexões internacionais. A PIB Curitiba tem nove congregações para além de sua sede, missionários atuando na Europa, África, Ásia e América do Sul, além de possuir congregações menores no Brasil. A PIB-C é ainda a responsável pela Associação Batista de Ação Social (Abasc), braço de inserção social da igreja que atende 3 mil pessoas na região de Curitiba, em projetos de educação, assistência social e profissionalização, entre outras áreas. A Abasc foi responsável por coordenar a obtenção de doações de fiéis e parcerias com empresas para viabilizar a recepção às ucranianas entre 2022 e 2023.

Igreja da Cidade (São José Dos Campos-SP): A Igreja da Cidade (IC) foi a segunda no Brasil a receber um grupo de ucranianas em deslocamento forçado em março de 2022. Foram 41 pessoas, algumas das quais foram redirecionadas para outras cidades do interior paulista onde havia igrejas ligadas à GKPN, como Sorocaba. Fundada em 1942 como Igreja Evangélica Batista de São José dos Campos, passou por outros nomes e, por algum tempo, também foi uma Primeira Igreja Batista. Em 2015, passou para o nome atual, já que “precisávamos de um nome que refletisse a visão da nossa igreja (...) porque nossa visão é ganhar todas as pessoas das cidades para Jesus”³⁸. A explicação se traduziu de forma bastante pragmática: naquele ano, a IC iniciou uma expansão que, até hoje, chegou a 17 outras cidades, quase todas no estado paulista (há também uma unidade em Macaé-RJ e outra em Itajubá-MG). Em São José dos Campos, a igreja afirma ter 8 endereços, e seu principal templo, o Campus Colina, foi inaugurado em 2013, com capacidade para mais de 6 mil pessoas, servindo de “nossa plataforma de preparo e envio” para os demais templos (Igreja da Cidade, 2015, p. 2).

Igreja Batista Central (Belo Horizonte): Outra igreja que recebeu ucranianas em 2022, a Igreja Batista Central (IBC) foi fundada em 1961, tem listadas em seu site 14 unidades, quase todas em solo mineiro – com exceção de um templo em Anagé (BA), no sertão baiano; e outro em Angola. Essas duas unidades refletem o caráter missionário da igreja, que tem outros agentes de missão na Espanha e junto a povos indígenas próximos a Boa Vista (RR). Seu templo mais simbólico, entretanto, é aquele no bairro belorizontino Luxemburgo, inaugurado em 2007 com capacidade que já foi referida na imprensa como de 3,2 mil pessoas³⁹. A IBC também conta com um programa de capacitação de pastores, algo bastante valorizado pela GKPN, como se verá adiante.

³⁸ Informações do site da IC: <https://igrejadacidade.net/sobre/>. Acesso em 18 dez. 2025.

³⁹ Ver “Como as igrejas de Belo Horizonte estão retomando as celebrações em meio à pandemia do novo coronavírus” no portal Revista Encontro: <https://www.revistaencontro.com.br/canal/revista/2020/07/como-as-igrejas-de-bh-estao-retomando-as-celebracoes-na-pandemia.html>. Acesso em: 18 dez. 2025.

Participaram ainda do atendimento às ucranianas igrejas como a Igreja da Família, em Sorocaba (SP); Igreja Presbiteriana Independente, em Londrina (PR); e Comunidade Vida, em Guarapuava (PR), todas com perfil semelhante às descritas acima: com templos amplos em regiões centrais das cidades que ocupam, público de classe média alta e forte atividade missionária. Sobre a Primeira Igreja Batista de Prudentópolis (PIB-P), congregação da PIB-C que foi o foco da pesquisa de campo, uma descrição mais detalhada está no capítulo 3.

Igrejas e pastores no exterior: Algumas igrejas puderam ser identificadas como parceiras da GKPN no exterior, seja pela presença de lideranças em eventos da GKPN ou pela menção à rede por tais líderes. Em comum, são todas cristãs evangélicas sem nenhuma denominação específica, possuem ao menos um grande templo e/ou uma rede ampla de igrejas e atuam para além dos países onde estão baseadas. Destaca-se a sueca Word of Life (Suécia), fundada nos anos 1980 e que desde então criou uma rede internacional com templos, escolas pastorais, treinamento de novas lideranças e ações humanitárias, inicialmente adentrando o espaço da ex-União Soviética nos anos 1990. Tem dezenas de igrejas na Ucrânia, onde estabeleceu centros de acolhimento de pessoas deslocadas internamente no início da invasão russa ao país. Desses lugares, elas foram depois enviadas para outras localidades – incluindo a parceria com a GKPN que resultou no processo migratório aqui estudado.

Outras igrejas associadas à GKPN no exterior são a Resurrection Church Beirut, no Líbano, que atua de forma descentralizada com 42 congregações⁴⁰ e atua junto a pessoas deslocadas oriundas da Síria⁴¹; Kasr El Dohara Evangelical Church, no Egito, considerada por fontes especializadas a maior igreja evangélica do Egito e do “mundo árabe”⁴² e presente nos registros da GKPN desde a criação da rede; Watoto Church, com 17 templos entre Uganda e Sudão do Sul; e Gateway Church (Estados Unidos): igreja com 6 templos no Texas e Arizona, comumente relacionada como uma das 10 maiores igrejas protestantes dos Estados Unidos⁴³.

Essa coleção de parceiros revela a preocupação de Dantas em, ao expandir sua rede, buscar lugares onde o cristianismo é minoria ou, pelo menos, enfrenta forte concorrência de outras fés – onde tradicionalmente se concentram os esforços missionários das denominações

⁴⁰ Ver o site da Resurrection Church Beirut: <https://www.rcbeirut.org/about>. Acesso em: 18 dez. 2025.

⁴¹ Ver “THE CHURCH THAT FORGAVE ITS ENEMIES” no portal Sat7: <https://sat7.org/the-church-that-forgave-its-enemies/>. Acesso em: 18 dez. 2025.

⁴² Ver “Largest evangelical ministry in Middle East heads to America”. No site Religion News: <https://religionnews.com/2024/11/21/largest-evangelical-ministry-in-middle-east-heads-to-america/>. Acesso em: 18 dez. 2025.

⁴³ Ver o ranking Outreach 100: <https://outreach100.com/largest-churches-in-america/2024>. Acesso em: 18 dez. 2025.

evangélicas. O foco em grandes templos, por outro lado, revela a preocupação com que os representantes da rede, além de capazes de angariar recursos em grande quantidade, sejam referências para as populações locais, tanto em termos religiosos quanto urbanisticamente e de forma organizacional. Esses elementos são justificados de forma clara no registro mais antigo encontrado sobre a GKPN durante a pesquisa: um encontro realizado em 2011, quando houve o “momento de explosão” do alcance da rede⁴⁴. Aconteceu então um encontro da GKPN na Coreia do Sul – país que passou por uma grande evangelização ao longo do século XX e se tornou um dos maiores emissores de missionários evangélicos para territórios não-cristãos (Qian, Zhao, 2025). Um participante deste encontro publicou um relato que traz dados sobre a composição da GKPN nesse momento⁴⁵: ela consistia em “algumas dúzias de pastores de megaigrejas de fora da América do Norte que se encontram por amizade, comunhão e para trabalhar juntos para cumprir a Grande Comissão”⁴⁶, e, para ser convidado à rede, as igrejas (ou rede de igrejas) deveriam ter pelo menos 20 mil membros. Ele afirma que algumas igrejas participantes superavam por muito esse número: “Na Coreia, 450 mil; na África; uma rede com 250 mil membros; na Índia, 80 mil”. O tema do encontro foi “lidando com o Islã”.

Em outra comunicação da rede, esta de 2015, seus membros são classificados por Dantas como “líderes do reino”, ou “indivíduos que cumprem três requisitos principais: “a. cristãos comprometidos com caráter e integridade excepcionais; líderes admirados e imitados por muitos; c. reconhecidos como modelos positivos significativos em suas regiões e países”⁴⁷. No mesmo documento, a GKPN formaliza quatro objetivos principais para sua atuação:

- a. Ser uma mesa redonda de amizade entre os principais líderes cristãos.
- b. Oferecer apoio mútuo e prestação de contas para os que estão sentados ao redor da mesa.
- c. Proporcionar um ambiente de confiança e aprendizado mútuo para líderes aos quais Deus confiou grande influência em seus países e continentes.
- d. Trabalhar juntos por um legado de transformação para a glória de Deus e a expansão do Reino de Deus.

⁴⁴ Ver “Papo à Vista com o Dr. Elias Dantas, coordenador internacional do GKPN”: https://www.youtube.com/watch?v=OED_HNEZgeg&t=80s aos 6min35s’. Acesso em: 18 dez. 2025.

⁴⁵ Apesar deste relato estar público, mantereí a fonte em anonimato, já que o próprio autor demonstrou preocupação, em seu texto, em não revelar que se tratava da GKPN, seguindo uma recomendação de anonimato por parte da rede. Mas a coincidência com o período e o local citados por Dantas como de “explosão” da rede não deixam dúvidas sobre de quem trata o relato.

⁴⁶ O mandato que, na interpretação evangélica mais comum, Jesus deixou à humanidade para espalhar o evangelho a todas as nações do mundo (Klauber, Manetsch, 2008, p. 1).

⁴⁷ Ver comunicação da GKPN intitulada “Request for a Concerted Effort for Praying for the Persecuted Church”, de 2015, disponível em <https://www.globalprn.com/wp-content/uploads/GKPN-Call-to-Prayer-letter.pdf>. Acesso em 03 jul. 2025.

Falta, no entanto, considerar outro ator importante nessa “mesa redonda” pela expansão do “Reino de Deus”: o capital privado, que ajuda a financiar as ações da rede e de suas igrejas. Dantas relata como desde a fundação da GKPN ele contou com a ajuda de empresários evangélicos que acreditavam em seu projeto. Citando um empresário industrial estadunidense já falecido, diz que “ele foi o primeiro que disse ‘não só acredito nisso, mas ando com você. Vamos lá’. E pagava no início as minhas passagens. Ele chama, Ele convence. Há um ditado em inglês que diz *‘If it's God's Will, He'll Pay the bill’*. Se é a vontade de Deus, Ele provê os recursos.”

Essa parceria também é fomentada em meio às igrejas brasileiras. O registro mais antigo de evento da GKPN com empresários por aqui encontrado foi o da conferência GKPN Marketplace em 2016 na PIB-C. Divulgado em coluna social paranaense, o evento teve como “público-alvo”:

profissionais liberais, da mídia, governo, trabalhadores do ramo do entretenimento, empresários e homens e mulheres do mundo dos negócios, o evento tem como objetivo fomentar o estudo e as discussões acerca das complexas relações entre a ética pessoal e profissional e o universo da gestão e do empreendedorismo.⁴⁸

Não fosse pelo evento ser realizado em uma igreja batista, nada na divulgação citada indicaria que se trata de uma rede religiosa. Aparece, assim, uma característica da atuação da GKPN que também se fez presente no episódio com as ucranianas: a ambiguidade discursiva. Dentro das igrejas, esse discurso tem base religiosa e admite os propósitos evangelizadores de tais ações; fora, é expresso de forma secularizada, seja no linguajar dos negócios, quando em eventos como o agora citado; ou humanitário, quando relacionado a ações como a realizada com as ucranianas.

Além disso, o amplo “público-alvo” do evento indica como, com as iniciativas junto ao empresariado, a GKPN amplia suas possibilidades de chegar aos não-evangélicos, que, ao chegarem ao evento, são inseridos em um ambiente onde o discurso religioso predomina. Um evento semelhante realizado em 2023 – também na PIB-C –, desta vez com o nome “Construindo minha equipe”, adotou a mesma estratégia: nas peças de divulgação externa, com menção apenas indireta a temas religiosos (“emocionantes testemunhos”).

⁴⁸ Ver “Grandes nomes do empreendedorismo participam do GKPN Marketplace ConeSul em Curitiba” no site Miriangasparin.com.br: <https://miriangasparin.com.br/2016/08/grandes-nomes-do-empreendedorismo-participam-do-gkpn-marketplace-conesul-em-curitiba/>. Acesso em 04 jul. 2025.

FIGURA 2 – Divulgação do evento “Construindo minha equipe” realizado pela GKPN em 2023

WWW.CONSTRUINDO MINHA EQUIPE.COM.BR

CONFERÊNCIA
**CONSTRUINDO
MINHA EQUIPE**

_ 09 A 11 DE NOVEMBRO // _ CURITIBA, PARANÁ RUA BENTO VIANA, 1200

MARKETPLACE é uma conferência para equipar líderes que desejam formar uma equipe de Sucesso. Contaremos com a presença de convidados renomados e emocionantes testemunhos!

Todo o recurso arrecadado será destinado à preparação e ao encorajamento de líderes ucranianos. Não perca a chance de participar e traga alguém com você!

JACK HOLLIS
Presidente da Toyota Motor Sales

MERCY NIWE
Especialista mundial em finanças, fundações e entidades sem fins lucrativos

ANDREW EDMISTON
CEO do IM Group Inglaterra

ANTONIO CABRERA
Presidente do grupo Cabrera e ex ministro da agricultura

Investimento por ingresso: 600 reais // 10 a 49 ingressos - 550 reais cada ingresso
50 a 99 ingressos - 500 reais cada ingresso // A partir de 100 - 450 reais cada ingresso

Fonte: GKPN Marketplace⁴⁹

Já no evento em si, pastores abençoam os painelistas presentes⁵⁰: “Eu sei, Pai, que o Senhor tem um propósito para este encontro. Eu sei, pai, o Senhor vai abençoar os palestrantes, mas também os que vão ouvir, aprender. Vai nos abençoar nas conversas, nos *networkings*, Senhor”. A programação, que conta com grandes empresários brasileiros e estrangeiros associados à GKPN e mesas redondas entre jovens líderes de negócios menores, tem toda sua programação entremeadada por sermões e devocionais, com o conteúdo girando em torno de dicas de gestão e a combinação de valores religiosos e empresariais na formação de equipes de trabalho. Um exemplo da relação próxima entre conservadorismo evangélico e valores neoliberais de que falou Elisha (2014), conforme demonstrado no capítulo anterior.

⁴⁹ Ver no perfil do Instagram “GKPN Marketplace”: <https://www.instagram.com/gkpn.marketplace/>. Acesso em 18 dez. 2025.

⁵⁰ Ver “CONFERÊNCIA CONSTRUINDO A MINHA EQUIPE - SESSÃO 1” no canal da PIB-C no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=uLhUC3hN3BY>, aos 24min10s. Acesso em 18 dez. 2025.

Eventos como esses, abertos ao público geral, são promovidos pelo menos uma vez ao ano pela GKPN. Outros, como a conferência global marcada para 2026, cujos participantes são avaliados por Elias Dantas, são reservados à elite já ambientada à rede. Completa a rede de eventos da GKPN aqueles voltados à formação de jovens pastores e líderes: geralmente divulgados sob o nome “Global Youth Movement”, são descritos como “um evento internacional focado no crescimento e capacitação de líderes de jovens e adolescentes (...). Com plenárias, workshops, painéis e ministrações sobrenaturais, ele é feito para despertar e preparar essa geração para o cumprimento da “Grande Comissão”⁵¹.

Todos esses elementos apontam para qual é o foco da atuação da GKPN, conforme a descrição feita no início desta seção: *Uma rede interdenominacional de pastores, igrejas e empresários que atua com o propósito de prover apoio mútuo às ações dos membros e à expansão do evangelho e do cristianismo evangélico como um todo*. No entanto, é notável, ao observar esse *modus operandi* e relacioná-lo ao processo migratório aqui estudado, a ausência de outras ações de cunho humanitário pela GKPN, como a realizada junto às ucranianas. É praticamente nulo o registro, na imprensa ou na academia, a menção a outras ações desse tipo conduzidas pela rede. Apenas um foi mencionado por lideranças religiosas entrevistada nesta pesquisa, a respeito de trabalhos feitos na Síria com viúvas cujos maridos foram assassinados pelo Estado Islâmico. Tal atuação envolveria a reconstrução de casas das pessoas afetadas e contou com doações de igrejas do Brasil para a sua realização, segundo uma pessoa entrevistada no campo. Segundo ela, nessas situações em que a rede atua no exterior, “nós levantamos recurso para que possa ser feito lá”⁵².

Em redes sociais, houve menção recente a ações junto a deslocados de conflitos civis em Uganda, em parceria com os líderes da Watoto Church e da ForAfrika, organização evangélica sul-africana que atua no continente com programas de “desenvolvimento”, enquanto faz com que “centenas de milhares de pessoas conheçam Jesus a cada ano, por meio dos esforços evangelísticos que estão realizando”⁵³. A GKPN atuaria ali ajudando refugiados e com “desenvolvimento econômico, plantio de igreja” em parceria com empresários brasileiros.⁵⁴

Assim, ainda que aparentemente rara, a atuação social da GKPN parece coerente com a descrição de Dantas do funcionamento da rede: facilitar a ligação entre diversas partes

⁵¹ Ver <https://gkpn.online/events/948369/global-youth-movement-brazil-capitulo-bh>. Acesso em 18 dez. 2025.

⁵² Entrevista de campo em 1 abr. 2025.

⁵³ Ver “Understanding the Times with Isak Pretorius, CEO of ForAfrika”, no canal da Destiny Church no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=soeQyKxJdaI>. Acesso em 18 dez. 2025.

⁵⁴ Ver a postagem no Instagram: <https://www.instagram.com/p/DCsE3RRRs-e/>. Acesso em 18 dez. 2025.

interessadas – pastores, empresários, missionários – em promover o avanço do “Reino de Deus” onde se enxerga a oportunidade de praticar a evangelização mediante alívio material. Enquanto a rede atua nos “bastidores” facilitando o fortalecimento desses laços e a mobilização de recursos econômicos, as igrejas na “ponta” provêm o atendimento necessário, com a expectativa de agregar os beneficiados à sua base de fiéis.

Existam ou não outros projetos como o realizado com as ucranianas no Brasil, as lideranças da GKPN parecem compreender a importância do deslocamento forçado para a expansão do “Reino de Deus”. Em certa ocasião, o líder da rede afirmou:

Os Estados Unidos recebem 2,4 milhões de pessoas todos os anos, legalmente. 1,6 milhão vem de países com tradição cristã. 800 mil, não. **Você consegue imaginar o potencial para a revitalização da igreja? Ninguém deixa seu lugar de pertencimento, seu país e sua cultura, porque está feliz lá.** Eles deixam porque estão infelizes lá, procuram outras oportunidades, então vêm com a intenção aberta, intenção clara de aprender o que é bom e o outro lado. Então **isso é uma ferramenta tremenda que Deus traz, essa possibilidade de alcançar os confins da terra sem sair de nossas cidades.**⁵⁵ (grifos meus)

Assim, nota-se que a rede considera o aumento no número de pessoas em deslocamento forçado no mundo como uma oportunidade para atuação social baseada em preceitos bíblicos. Mas, para compreender de que forma as organizações religiosas se inserem na complexa governamentalidade migratória, que é permeada por interesses e ações de múltiplos atores, é necessário explicitar o contexto atual das políticas migratórias praticadas no Brasil, no qual a GKPN se inseriu estrategicamente.

Vistos Humanitários: surgimento e uso no Brasil

A principal novidade inserida pelo Brasil em sua governança migratória na última década, que insere o país como caso paradigmático no uso dicotômico de instrumento humanitário com efeitos de controle, são os Vistos Humanitários (doravante VH), utilizados pelo país para facilitar a chegada das ucranianas em 2022.

Nos dois primeiros meses após a invasão russa à Ucrânia, pelo menos 4,6 milhões de pessoas deixaram o território ucraniano⁵⁶. Diante do maior deslocamento internacional de pessoas na Europa desde a Segunda Guerra Mundial⁵⁷, países diversos criaram instrumentos

⁵⁵ Ver “The Power of "Glocalization" | Dr. Elias Dantas” no canal de Jonathan Stockstill no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=0WrP9F8abWc> aos 9min07s. Acesso em 18 dez. 2025.

⁵⁶ Segundo o ACNUR: <https://www.unhcr.org/ua/en/news/minister-communities-and-territories-development-ukraine-and-unhcr-representative-ukraine-sign>. Acessado em 18 dez. 2025.

⁵⁷ Segundo a Organização das Nações Unidas: <https://ukraine.un.org/en/175836-war-has-caused-fastest-and-largest-displacement-people-europe-world-war-ii>. Acessado em 18 dez. 2025

migratórios para ordenar e controlar a entrada dessa nova população em seus territórios por vias alternativas ou complementares ao estatuto do refúgio. No passado, além do Brasil (Vecchio, 2023; Jubilit, Andrade, Madureira, 2016), outros países da América Latina, como Argentina, Uruguai, Peru e Equador (Freier, Luzes, 2021), e europeus como Suíça (Zimmermann, 2018), Alemanha (Tometten, 2018) e Reino Unido (Benson, Sigona, Zambelli 2024), além da União Europeia como um todo (Neville, Rigon, 2016) adotaram, em diferentes momentos, esses “caminhos complementares” para migrantes, que são definidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) como “vias seguras e reguladas para refugiados que complementam o reassentamento ao prover estada legal em um país terceiro onde suas necessidades de proteção internacional sejam atendidas” (ACNUR), 2019, p. 6).

Entre as diferentes formas complementares de proteção existentes, destaca-se a adoção dos VH. O nome oficial do instrumento varia, mas vem sendo referenciado desta forma por governos e analistas dado seu uso habitualmente atrelado a situações de deterioração das condições de vida para certa população (seja por motivos geopolíticos, de desastres naturais ou outros), e sua formalização na forma de um visto com regime especial. Na última década, se tornaram ação recorrente de Estados para, em tese, proteger grupos vulneráveis. Por um lado, tais práticas por vezes cumprem o objetivo de facilitar o processamento de grandes fluxos migratórios em uma situação emergencial (nessa modalidade, diferentemente do pedido de refúgio, os interessados geralmente podem fazer a solicitação fora do território do país de destino). Mas, por outro, recebem críticas por acabarem enfraquecendo o instrumento do refúgio, que deveria servir a tais ocasiões, e por consequência reduzem o grau de proteção às pessoas em vulnerabilidade – já que tais vistos muitas vezes têm validade determinada e retiram obrigações do Estado junto aos beneficiários (Tometten, 2018; Conselho Europeu para Refugiados e Exilados, 2016). Além disso, alguns autores classificam os VH como manobras publicitárias de governos em busca de obter credibilidade internacional com um discurso humanitarista, enquanto, na prática, repassam a terceiros a responsabilidade de garantir o bem-estar dos deslocados, promovendo uma neoliberalização da gestão migratória (Ritchie, 2018) e funcionando por vezes como “um eufemismo para implementar políticas restritivas” (Freier, Luzes, 2021, p. 288-289).

O Brasil também criou seu próprio modelo de atuação humanitarista em crises como a ucraniana. No dia 3 de março de 2022, uma semana após a invasão russa, o Governo Federal publicou, por meio dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública e das Relações Exteriores, a Portaria Interministerial nº 28, dispondo sobre a “concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária aos nacionais ucranianos e aos

apátridas” afetados pelo conflito (Brasil, 2022). Esse foi o quarto VH criado pelo Estado brasileiro, após os casos voltados para haitianos (2012), pessoas afetadas pela guerra civil na Síria (2013) e afegãos (2021). O VH para ucranianos teria duração de 180 dias e, ao final do período, as pessoas beneficiadas poderiam solicitar uma autorização de residência por dois anos. Novas portarias publicadas em agosto de 2022, março de 2023 e dezembro de 2024 estenderam a política até o final de 2025, quando perdeu validade.

O VH dado a pessoas da Ucrânia insere-se em uma trajetória de crescente securitização desse instrumento pelo Estado brasileiro. Em seu primeiro uso, com haitianos em 2012, entendeu-se o instrumento como adequado dada a inelegibilidade dessa população para receber o status de refugiado (Arôca, 2019). Depois, no VH para pessoas afetadas pela guerra civil na Síria, a intenção foi permitir a entrada célere de pessoas no país para que pudessem solicitar em solo brasileiro o status de refugiado – demonstrando assim uma complementaridade entre os dois instrumentos que poderia ser usada para acolher mais pessoas em vulnerabilidade. No entanto, a partir de 2019 essa política passou a ter mais instâncias de controle introduzidas, com a residência humanitária – que os beneficiários do VH podem solicitar uma vez que cheguem ao Brasil – passando a ser condicionada à desistência, pelo beneficiário, da solicitação do refúgio. Esse foi também o caso do VH para ucranianos (Brasil, 2022).

Recentemente, novas instâncias de controle foram implementadas sobre os VH, intensificando a tendência da política à securitização⁵⁸. Em setembro de 2023, a portaria nº 42 (Brasil, 2023) atualizou a concessão de VH a afegãos com maiores restrições: a concessão dos vistos passou a estar condicionada à “existência de capacidade de abrigo por organização da sociedade civil com a qual a União tenha celebrado acordo de cooperação”. Essas organizações são credenciadas por meio de um edital que foi publicado pelo governo brasileiro um ano depois, inaugurando o Programa de Reassentamento, Admissão e Acolhida Humanitária por Via Complementar e Patrocínio Comunitário (PRVC-PC). O Patrocínio Comunitário (PC) é uma modalidade de atendimento a migrantes forçados implementada pelo Canadá em 1976, que consiste na divisão das responsabilidades entre Estado e sociedade civil: o primeiro emite a documentação necessária para que os migrantes contemplados com o VH vivam no país, enquanto a segunda se responsabiliza pela sua integração ao país e arca com os custos da

⁵⁸ Este argumento é desenvolvido no texto “Acolhida humanitária no Brasil: potencial desperdiçado?”, de autoria de Svetlana Ruseishvili, Patricia Martuscelli e Natalia Cintra, e publicado no Portal Nexo: <https://pp.nexojournal.com.br/opiniao/2025/12/08/acolhida-humanitaria-no-brasil-potencial-desperdicado>. O texto é um dos resultados da pesquisa “Mapeamento da Política de Vistos Humanitários no Brasil”, coordenada pelas três pesquisadoras citadas nesta nota, e de que participei como assistente de pesquisa. Mats delahes em: <https://sites.google.com/view/humanvisa>. Acesso em: 12 dez. 2025.

manutenção dos migrantes em um período inicial (Cortés, 2021). A mesma exigência foi estabelecida para os haitianos na última portaria voltada a eles (Brasil, 2024a), porém sem que o edital de chamamento para organizações se candidatarem para o seu recebimento tenha sido publicado até agora. Ao final de 2025, definiu-se que de 2026 em diante qualquer VH só será concedido dentro de programas de PC (Brasil, 2025). Embora o VH para ucranianos não tenha sido incluído no PC, a menção a este programa importa porque formato do atendimento da GKPN às ucranianas se assemelhou bastante a essa política, o que será comentado em maior detalhe no texto de conclusão desta pesquisa.

A chegada das ucranianas ao Brasil

Na última portaria regulamentadora da acolhida humanitária para pessoas da Ucrânia (Brasil, 2024b), deixou de existir a previsão do VH, restando apenas a possibilidade desses migrantes solicitarem autorização de residência por motivos humanitários uma vez que já estejam no país. Dessa forma, ficou reconhecido tacitamente que o VH não era necessário para ucranianos entrarem no Brasil, já que eles não precisam de visto para entrar (como turistas) no Brasil desde 2011, podendo ficar por até 90 dias em território brasileiro apenas com um passaporte válido – período em que poderiam solicitar diretamente a autorização de residência. Reconhece-se também, assim, o baixíssimo uso do VH pela população ucraniana, em comparação com os outros casos. Os números de vistos emitidos a pessoas ucranianas ano a ano são os seguintes (acrescentou-se o ano de 2021 para comparativo com o período pré-guerra):

TABELA 2 - Vistos emitidos a pessoas nascidas na Ucrânia entre 2021 e 2025

Ano	Tipo de visto					
	Humanitário	Trabalho	Reunião familiar	Estudo	Oficial	Demais
2021	Não se aplica	211	8	4	0	1
2022	175	89	5	0	0	0
2023	7	156	1	5	6	1
2024	2	128	2	6	3	0
2025	Não se aplica	234	1	3	1	4

Fonte: DataMigra (Polícia Federal e Observatório das Migrações Internacionais)

Durante o ano de 2022 foram concedidos 175 vistos de acolhida humanitária pelo governo brasileiro a pessoas nascidas na Ucrânia. Dos solicitantes, 116 eram mulheres e 59 homens – 49 deles com menos de 18 ou mais de 60 anos de idade, faixas que não são obrigadas pela lei marcial ucraniana a permanecer no país para lutar na guerra⁵⁹. Ao todo, havia 84 pessoas com menos de 18 anos de idade entre as beneficiárias, incluindo dois bebês que não tinham um ano completo na época da concessão do visto; e 17 pessoas com 60 anos de idade ou mais.

Também durante 2022, houve a concessão de 5 vistos para ucranianos sob justificativa de reunião familiar (todas de março em diante, já com a guerra em andamento). Outras 89 pessoas solicitaram visto de trabalho entre março e dezembro de 2022, a maioria delas (66) homens, e quase todos em idade “ativa” para ir à linha de frente na guerra. As exceções à lei marcial ucraniana também incluem trabalhadores de organizações humanitárias ou voluntários, trabalhadores de ferrovias, atletas e marinheiros.⁶⁰

Assim, houve um total de 269 vistos concedidos pelo governo brasileiro a pessoas ucranianas entre fevereiro e dezembro de 2022, dos quais 175 eram VH.

Em 2023, o número de VH reduziu drasticamente. Foram concedidos apenas sete – seis mulheres adultas e uma criança. Também houve um visto para reunião familiar, 156 para trabalho, cinco para estudo, seis na categoria “oficial” e um na categoria “demais temporários”, totalizando 176 vistos. A redução se intensificou em 2024, quando foram emitidos apenas dois vistos de acolhida humanitária para ucranianas, dois vistos de reunião familiar, seis de estudo e 128 para trabalho, totalizando 141 vistos.

Foram feitas ainda, entre 2021 e 2025, 54 solicitações de refúgio no Brasil por pessoas nascidas na Ucrânia. No mesmo período, foram tomadas 99 decisões pelo Comitê Nacional para os Refugiados a respeito das solicitações feitas por ucranianos: 26 deferimentos, 10 arquivamentos, 63 extinções⁶¹. A superioridade do número de decisões em relação às solicitações se dá porque algumas daquelas se referem a solicitações feitas antes de 2022.

VH e solicitações de refúgio, entretanto, não foram os únicos instrumentos utilizados por ucranianas para vir ao Brasil no contexto da guerra. Apesar dos 184 VH concedidos entre 2022 e 2024 a essas pessoas, os dados do SisMigra, da Polícia Federal, indicam que houve, no

⁵⁹ Conforme o serviço de apoio ao turismo na Ucrânia, Visit Ukraine, em: <https://visitukraine.today/blog/1065/how-to-go-abroad-for-a-man-during-martial-law-all-possible-legal-options?srsId=AfmBOoreGzBXvhs74G15AqAb0OSsMdKv7d8VSIyRZEAsbApJyHwlPw2f>. Acesso em 18 dez. 2025

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Fonte: DataMigra (Polícia Federal e Observatório das Migrações Internacionais).

mesmo período, 955 regularizações de situação migratória de ucranianos, sendo 584 delas classificadas como amparadas pela “acolhida humanitária”, com base nas portarias do governo federal sobre VH. Tal discrepância ocorre sobretudo porque, como já comentado, ucranianos não precisam de visto para entrar no Brasil desde 2011. Como afirmam Henriques e Tesko (2024), um número de ucranianos veio ao Brasil por causa de laços familiares no país, e posteriormente solicitaram autorização de residência humanitária por ser um processo com menos exigências do que o de reunião familiar. Assim, os dados de regularização da situação migratória por motivação humanitária são “poluídos” por casos como esses, dificultando a medição do alcance desse instrumento por sua estratégia inicial.

No entanto, verificando as regularizações migratórias de ucranianos com residência declarada nas cidades específicas onde, sabe-se, viveram os grupos trazidos pela GKPN, chega-se a um número muito próximo daquele de VH concedidos a pessoas desse país:

TABELA 3 – Regularizações de situação migratória de pessoas ucranianas em 2022 nas cidades onde atuou a GKPN

Cidade								Total
Prudentópolis (PR)	Guarapuava (PR)	Maringá (PR)	Londrina (PR)	Apucarana (PR)	Belo Horizonte (MG)	São José dos Campos (SP)	Sorocaba (SP)	
26	39	28	11	12	13	33	0 (17) *	162 (179)

Fonte: SisMigra/DataMigra (Polícia Federal e Observatório das Migrações Internacionais)

* Os dados do SisMigra não mostram nenhuma regularização de situação migratória de ucranianos em Sorocaba em 2022. No entanto, foi documentado que 17 pessoas trazidas pela GKPN viveram nessa cidade, mantidas pela Igreja da Família⁶². Minha hipótese é que essas pessoas tiveram sua regularização atrelada a outra cidade de residência, e posteriormente se decidiu pela ida delas a Sorocaba.

Todas essas regularizações, com exceção de uma em São José dos Campos que se baseou no artigo da Lei de Migração a respeito da reunião familiar, têm justificativa humanitária. Além disso, os números por cidade correspondem àqueles informados sobre os grupos trazidos pela GKPN, conforme descobri na pesquisa de campo e nos registros disponíveis na imprensa. Assim, considerando também os números de Sorocaba conforme registro na imprensa local, são 179 regularizações migratórias de pessoas ucranianas nas

⁶²Ver “Famílias de ucranianos refugiados da guerra chegam a Sorocaba e igreja realiza arrecadação; saiba como ajudar”, no portal G1: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2022/05/20/familias-de-ucranianos-refugiados-da-guerra-chegam-a-sorocaba-e-igreja-realiza-arrecadacao-saiba-como-ajudar.ghtml>. Acesso em 18 dez. 2025.

idades onde atuou a GKPN durante o ano de 2022, equivalendo a pouco mais do que os 175 VH concedidos a ucranianas em 2022. Considerando que os grupos trazidos pela GKPN chegaram ao Brasil com VH, como dito pelos pastores líderes da ação ao comentar o seu “compromisso o Itamaraty”⁶³, pode-se inferir que a ação da GKPN foi provavelmente a responsável pela totalidade (ou algo próximo disso) dos VH emitidos a pessoas da Ucrânia em 2022. O que demonstra o interesse quase inexistente de pessoas desse país virem ao Brasil mesmo em uma situação de guerra aberta, e reforça que tal visto não era, desde o início, necessário.

Justificativas para um fluxo migratório pouco comum

A demanda diminuta por VH brasileiros por parte de ucranianos fica evidente quando comparada com aquelas vindas de haitianos e afegãos. Em 2023, foram emitidos 5.526 vistos de acolhida humanitária para pessoas nascidas no Afeganistão, e 3.714 para pessoas nascidas no Haiti. Já em 2024 foram 808 para afegãos e 1.154 para haitianos⁶⁴.

De fato, ao se propor a trazer as ucranianas para o Brasil, a GKPN incorreu em uma ação contraintuitiva, se considerada sob a ótica do funcionamento tradicional de fluxos migratórios: um percurso da Europa em direção à América do Sul quando, após a invasão russa, ucranianos tinham ampla aceitação no próprio continente europeu. A investigação desse ponto no processo migratório ajuda a compreender as estratégias usadas dentro e fora do Brasil pela rede de igrejas no caso aqui estudado.

O processo migratório conduzido pela GKPN foi negociado pelo fundador da rede com lideranças evangélicas na Ucrânia que prestavam um primeiro atendimento às migrantes na cidade de Lviv, extremo oeste da Ucrânia. A principal dessas igrejas é a Palavra de Vida, parceira da GKPN de origem sueca e com dezenas de templos na Ucrânia. Tal igreja estabeleceu centros de triagem e atendimento emergencial na borda ocidental da Ucrânia nas primeiras semanas de guerra em 2022⁶⁵, e membros ucranianos dessa igreja estiveram entre as pessoas

⁶³ No já citado vídeo “REFUGIADOS UCRANIANOS | Face a Face - Pr. Paschoal Piragine Jr”, no canal da PIB-C no Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=tehc_Sd6BTA, o pastor afirma que, no acordo firmado, “eles *deram o visto* mediante a gente assinar um compromisso, e o governo brasileiro vai cobrar isso da gente, de que durante um ano eles serão sustentados por nós” (grifo meu).

⁶⁴ Todos os números são do DataMigra (Polícia Federal e Observatório das Migrações Internacionais).

⁶⁵ Ler “Ucrânia: a ajuda está a caminho” no site da Palavra de Vida: <https://missionsreport.se/ukraina-hjalpen-kommer-fram/>. Texto em ucraniano lido com auxílio de tradutor automático. Acesso em: 18 dez. 2025.

recebidas pelas igrejas brasileiras⁶⁶. O acordo para esse deslocamento das fiéis envolvia dar “assistência espiritual” a elas⁶⁷, mantendo os cuidados sempre conectados a atividades religiosas.

Essa parceria denota a existência de uma rede de apoio entre igrejas evangélicas que transcende a GKPN. Quando as ucranianas estavam chegando ao Brasil, afirmou-se que foram feitos contatos entre vários atores desse segmento religioso para comportar o intenso fluxo migratório do início da guerra, primeiro dentro da própria Europa e, quando não fosse possível, acionando parceiras em outros continentes.

Nós queremos transferir as pessoas para três – quatro zonas, na verdade. A primeira delas é dentro da própria Ucrânia, porque é a última coisa que nós queremos é trazer o povo para o Brasil. Porque é muito longe, muito distante. Então, a Ucrânia é o primeiro alvo, porque tem áreas da Ucrânia que não têm guerra (...) Então é o primeiro nível. Dentro do país, porque quando passa a guerra é mais fácil [retornar], a pessoa está dentro do país. Segundo o nível são os países limítrofes. Parceria com a União Batista da Romênia, a União Pentecostal da Romênia, União Pentecostal da Polônia. E assim vai. A Igreja da Fé na Hungria. Para adotarem uma família por um ano, no mesmo princípio que estamos fazendo aqui. Se eles não têm condições, nós levantamos mantenedores no mundo que paguem parte da diferença. Em vez de receber uma família aqui, a gente ajuda a igreja lá. E a diferença é que eles estão a dez quilômetros da fronteira. Dá para ir à pé e cruzar quando acabar a guerra. Não depende de passagem aérea, não depende dessas coisas todas. Mas outros preferem ir para outros lugares da Europa. Então, só para a Itália já foram cinco ônibus. É tocante demais. Eles chegam lá, são cuidados pelos colegas da rede na Itália, e no mesmo princípio daqui. Para Portugal, para Espanha. Para a Espanha foi uma senhora *Foster Parent* com dez meninas que ela cuida. Olha que beleza, foi para lá. E outros países da Europa. E finalmente, os distantes, que são os Estados Unidos, que agora que está se abrindo, o Canadá, e o Brasil, são onde temos as igrejas se oferecendo, e aí [as ucranianas] chegam no Brasil.⁶⁸

A fala se destaca por revelar que, mesmo em um cenário em que houve ampla mobilização de governos para acomodar a população ucraniana desalojada, a GKPN e essas outras redes e associações citadas participaram ativamente do gerenciamento internacional desse fluxo, buscando garantir o lugar das igrejas na governança migratória. Para isso, esses atores precisam compreender como atuar de forma mais eficiente, considerando as tendências contemporâneas nas dinâmicas migratórias internacionais. Essas são marcadas, entre outros fatores, pela regionalização dos fluxos, com a formação de “sistemas migratórios complexos em torno de uma mesma região, onde se constroem complementaridades entre zonas de partida

⁶⁶ Conforme entrevistas de campo e conforme destacado em conversa entre o líder da Palavra da Vida, Joakim Lundqvist, e o então pastor-presidente da Primeira Igreja Batista de Curitiba, Paschoal Piragine, no Podcast “Face a Face”, disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2j0YQUHhRJEwh4kyiy3del?si=08b011ea9a0e44cb>. Acesso em: 18 dez. 2025.

⁶⁷ Conforme nota de rodapé 6.

⁶⁸ Ver “Mensagem sobre a Ucrânia - Pr. Elias Dantas”, aos 32min30s, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IAqDQVc2hn4>. Acesso em: 18 dez. 2025.

e de acolhida que correspondem a proximidades geográficas” (Wenden, 2016, p. 19) – o que ajuda a explicar porque a vizinha Polônia recebeu a maior onda de ucranianas no primeiro ano de guerra (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Reach, 2022). As redes evangélicas europeias às quais a GKPN se associou parecem ter tomado conhecimento desse cenário, e a fala do líder da GKPN indica que, assim como os Estados nacionais e os organismos do Sistema ONU, redes evangélicas transnacionais e de diferentes perfis denominacionais – batistas e pentecostais, por exemplo – agiram em conjunto para exercer papel de destaque na captação de pessoas deslocadas no âmbito Europeu.

No entanto, ainda assim vieram cerca de 180 ucranianas ao Brasil por meio da rede de igrejas. Lideranças evangélicas atuantes no processo afirmaram que “só vem para cá quem quer”⁶⁹, e que, mesmo com a disponibilização de diversas alternativas a essas pessoas em deslocamento, um bom número delas acabou vindo para o Brasil por vontade própria. Na pesquisa de campo, esse argumento foi reforçado por uma pessoa representante das igrejas que receberam as ucranianas:

[Elas vieram ao Brasil] Porque elas pediram para sair de lá. E eles escolheram vir para o Brasil. Não sei por que vieram, mas escolheram vir para o Brasil. Então, foi opção né, não foi assim, [uma ordem], “ah, vocês vão para o Brasil”. Mas, então, ele falou dos locais onde ele podia levar e essas pessoas escolheram vir para cá⁷⁰.

Já uma das migrantes que vieram ao Brasil com a GKPN, que é evangélica, afirmou que acabou optando pelo país para se manter perto de uma igreja de sua fé:

Quando nós chegamos lá em Lviv, nós conversamos com bastante refugiados e muitos pensavam sair do Ucrânia em outros países. E igreja, esta igreja, ela vai ajudar, Ela encontra contatos com outros países. Ela ajuda e procura alguns lugares para ajudar. Mas muitos países, quando a guerra começou, muitos países foi abertos para ajudar, para receber refugiados. Mas não muitos países tinham esse projeto exatamente como projeto de igreja. Em outros países, países da Europa, por exemplo Alemanha, tem projeto de governo, ajuda a refugiados. Polônia também está no projeto de governo. Governo paga, governo ajuda. Mas por que eu pensei sobre o Brasil? Porque para mim é muito importante eu estar parte da igreja. E até lá eu orei, eu falei "Deus, eu quero estar lá onde tem sua corpo, onde tem sua família". Isso é para mim muito importante. E Deus me dá esta oportunidade.⁷¹

Assim, parece que, se algumas ucranianas *escolheram* vir ao Brasil naquele momento, parece mais provável que isso tenha se dado por causa da proximidade com uma igreja de sua fé – no caso das evangélicas – ou do conforto material oferecido pela rede. Essa foi a

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Entrevista de campo concedida em 1 abr. 2025.

⁷¹ Entrevista de campo em 4 abr. 2025. Trecho com a elaboração original da interlocutora ucraniana, com o mínimo de modificações para facilitar a compreensão.

experiência relatada também por uma migrante que soube da possibilidade de vir ao Brasil por meio de uma colega sua de célula da igreja evangélica que frequentava na Ucrânia:

Minha amiga falou: "olha, tem um projeto dessa igreja no Brasil, para ficar lá algum tempo. E ela falou "vai ter dois grupos mais: um daqui uma semana, e outro daqui um mês". Como eu trabalhava, tinha muitas coisas para terminar, pensei "ah, talvez vou daqui um mês". Depois ela me liga e fala "olha, falaram que esse grupo que vai sair daqui uma semana vai ser o último grupo. Você quer e não quer?". [...] E como tinha alarmes, quem sabe quando está indo um *rocket* que pode bater em algum lugar? E tinha alarmes quatro, cinco vezes por dia. E minha irmã menor perguntou: "por que nós estamos aqui se podemos sair? Tenho medo que caia [uma bomba] aqui".⁷²

Em outro caso, uma migrante conta que, à primeira menção de ir para o Brasil, recusou por ser muito longe. Mas que, ao precisar fugir de casa e ouvir relatos positivos de outras ucranianas que já estavam no Brasil, pensou que seria a melhor alternativa para viver com as filhas (que vieram junto com ela), considerando o alto custo de vida que teria com elas em meio à guerra na Ucrânia⁷³.

Assim, a ação da GKPN foi o que catalisou a chegada de pessoas ucranianas ao país utilizando os VH. A afinidade religiosa contou a favor desse projeto na decisão que algumas pessoas tinham de tomar para se manter em segurança. Por outro lado, essa mesma relação fez com que a ação da rede de igrejas alcançasse praticamente apenas pessoas evangélicas, frustrando as expectativas iniciais de usar o processo migratório para a conversão de ucranianas não crentes. Essas estratégias da GKPN e seus resultados, bem como os fatores envolvendo o perfil religioso das ucranianas que vieram ao Brasil, são abordados em maior detalhe no capítulo 3.

Por fim, cabe mencionar outras iniciativas, menos relevantes numericamente, que aconteceram para receber e auxiliar ucranianos no Brasil. Já no início de março de 2022, um avião da Força Aérea Brasileira trouxe ao país 20 pessoas ucranianas que eram parentes ou amigos de brasileiros⁷⁴. Algumas delas foram recebidas por organizações da comunidade diaspórica ucraniana no Brasil, como a Representação Central Ucrâniano-brasileira, que proveu subsistência material, acesso a serviços de saúde e outros. Foi criado também um programa de recepção de pesquisadores e cientistas ucranianos pela Fundação Araucária, do governo do

⁷² Ver "Tudo Começa com Café: A Jornada de Halyna da Ucrânia para o Brasil | Fresh Start #001" no canal da Jovem Pan Maringá no Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=kBAMefSr_0 aos 8min15s. Acessado em 18 dez. 2025.

⁷³ Ver o já citado "REFUGIADOS UCRANIANOS | Face a Face - Pr. Paschoal Piragine Jr" no canal da PIB-C no Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=tehc_Sd6BTA. Aos 32min10s. Acessado em 18 dez. 2025.

⁷⁴ Ver "Repatriados vindos da Ucrânia já estão no Brasil" na Agência Brasil: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-03/repatriados-vindos-da-ucrania-ja-estao-no-brasil>. Acessado em 24 jul. 2025.

estado do Paraná (De Carvalho *et al.*, 2023), com apoio de universidades paranaenses. Essa iniciativa ainda está em andamento, já tendo beneficiado pelo menos 22 pessoas⁷⁵.

Em suma, a ação da GKPN, apesar de não ter sido a única iniciativa organizada para receber ucranianas no Brasil após a invasão russa em 2022, foi, de longe, a mais numerosa, e aquela que mais mobilização gerou em termos de cidades e pessoas envolvidas na recepção. Foi também a principal responsável pelo uso, ainda que baixo, dos VH a pessoas da Ucrânia por parte do Estado brasileiro.

O “evangelismo de persuasão” na ação social evangélica

Como já comentado, o processo migratório que trouxe centenas de ucranianas ao Brasil em 2022 foi iniciado pelas ações do líder e fundador da GKPN, Elias Dantas. Igualmente, foi catalisado pelo seu poder de influência perante as igrejas brasileiras parceiras da rede. Ele não poderia viabilizar tal operação sozinho, mas foi o responsável por mobilizar as igrejas que participaram da ação no Brasil, além da face pública desse processo perante a imprensa. Isso fica claro em declarações de pessoas entrevistadas, como:

Rafael: O Elias Dantas veio aqui também, ele estava nessa reunião?

P.: Veio, veio.

Rafael: Ele funcionava como uma espécie de líder desse grupo? Qual era a posição dele nessa...?

P.: Tanto é que quem, Quem falou mesmo na (...) foi o Elias Dantas. E acho que mais é ele mesmo que falou e... Eu não lembro agora assim, ao certo, quem, quais foram as pessoas que conversaram e tudo mais, mas... Veio todo eles.

Rafael: Ele que liderou essa conversa, né?

P.: Sim.⁷⁶

...

Elias Dantas. Foi a pedido dele, né? Da, da, ele que pediu o apoio dos pastores e de algumas igrejas aqui da região para ver se poderiam. E essa Igreja [...] Se propôs a ajudar um pequeno número de pessoas, que era – o que eles falam é assim: "nós vamos acolhê-los, não vamos fazer uma coisa ufanista, grandona, mas um pouquinho que seja".⁷⁷

...

O Elias Dantas, diretor da GKPN, ele entrou em contato comigo, e ele apresentou esse projeto, com a possibilidade de os ucranianos virem até o Brasil.⁷⁸

Os trechos citados acima são de pessoas com diferentes posições no processo migratório: respectivamente, uma pessoa da comunidade ucraniana no Brasil; uma que atuou

⁷⁵ Número atualizado até julho de 2025, conforme o documentário “Rodyna”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=610vzoi-OxA>. Acesso em 18 dez. 2025.

⁷⁶ Letra inicial de nome fictício. Entrevista de campo em 3 abr. 2025.

⁷⁷ Entrevista de campo em 24 fev. 2025.

⁷⁸ Entrevista de campo em 29 abr. 2025.

como voluntária para ajudar na integração das migrantes ao local de chegada; e uma pessoa representante de igreja que participou da recepção. Mas com que intenção tal processo foi colocado em movimento, trazendo para o Brasil e para igrejas brasileiras pessoas que, de outro modo, não viriam para o país? E que meios e práticas foram usados nesse processo?

Surpreendentemente para mim, uma primeira resposta para tais perguntas, com indicações da atuação com finalidades expansionistas por parte da GKPN, surgiu cedo na pesquisa exploratória. Ainda nos primeiros meses reunindo materiais sobre a rede e sua atuação junto às ucranianas, encontrei sermões feitos pelo líder da ação em igrejas que participaram dela. Nessas ocasiões, ocorridas em março de 2022 pouco antes das migrantes chegarem, Dantas contextualizava os acontecimentos da então recém-iniciada guerra na Ucrânia, e como ele, motivado pela comoção com o sofrimento de crianças órfãs deslocadas pela guerra, e utilizando contatos da GKPN próximos do governo ucraniano, decidiu agir para aliviar o sofrimento das pessoas:

(...) a Ucrânia tem 77.000 órfãos. 73.000 vivem debaixo da proteção de pais temporários, *foster parents*, até os 16 anos de idade. Mas 4000, não. 4000 vivem em orfanatos. Metade deles tem problemas de deficiência motora, mental. E nós estávamos lá e - quando a guerra começou, um dos locais onde, onde a bomba alcançou em primeiro lugar foi um orfanato. Coisa triste. Então o governo da Ucrânia, ele... O ministro da Família é da rede, o Nikolai Kuleba⁷⁹, um grande amigo, homem de Deus, membro da Assembleia de Deus. E ele então começou a receber pedidos das organizações internacionais se podiam levar algumas crianças para protegê-las. E o governo da Ucrânia permitiu. Só que entre as boas organizações vieram as ruins. E em dois dias mataram 20, 20 e poucas crianças, e cortaram em pedaços. Para vender as partes para transplante. Uma coisa horrível, miserável. Olha a que nível chega a degradação do ser humano. Crianças que já são deficientes, que já tem problemas, já nasceram numa infelicidade de não terem pais. Algumas tem problemas de deficiência, mas ela tem as partes. E aí ainda por cima esses infelizes mataram as crianças e cortaram em pedaços para venderem o coração, venderem os joelhos, venderem os olhos, venderem a, o rim para transplante de filhos de famílias que podem pagar. Crueldade, crueldade. Então, nós - vendo isso aí, eu estava lá, "eu preciso ir lá, preciso ir lá". Aí fui em nome da rede. E ali, pela graça de Deus, trouxemos, é, ajudamos ao Nikolai com 200 e poucos mil dólares. Um milagre de Deus, um milagre. Para alugar quatro trens e tirar 2000 crianças para a segurança.⁸⁰

A partir dessa ação, afirma Dantas em seus sermões, ele iniciou sua intervenção para tirar os órfãos da zona de risco; e ajudar no deslocamento de outras famílias afetadas. Ação que, segundo ele (no mesmo sermão), teria enviado milhares de pessoas para diferentes países, sempre com a intermediação de igrejas parceiras em cada um deles.

⁷⁹ Ele se refere a Mykola Kuleba (por vezes referido nos países ocidentais como “Nikolai”), que entre 2014 e 2021 foi comissário do governo ucraniano para direitos das crianças – e não “ministro da Família”, como dito por Dantas.

⁸⁰ Esse e os demais trechos de falas de Elias Dantas citados nesta seção podem ser vistos no vídeo “Mensagem sobre a Ucrânia - Pr. Elias Dantas”, disponível no canal da Primeira Igreja Batista de Curitiba no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=0OBRO-YLiB4>. Acesso em 18 dez. 2025.

FIGURA 3 – Elias Dantas em sermão na Primeira Igreja Batista de Curitiba

Na semana após a chegada dos primeiros grupos de ucranianas ao Brasil, o fundador da GKPN fez périplo por igrejas da rede para explicar a importância de demonstrar solidariedade com as migrantes e construir sua “casa missionária”, que resultaria na chegada de novos membros às igrejas. Na imagem, ele mostra ao público da PIB-C fotos suas com órfãos da Ucrânia.



Fonte: Canal da PIB-C no Youtube (captura de tela)⁸¹

Após alguns minutos dessa contextualização inicial, Dantas inicia a exposição do argumento religioso que elegera para relacionar com a ação de acolhimento às ucranianas. Ele deixa claro que o acolhimento às ucranianas deve ser baseado no principal exemplo deixado por Jesus na Terra, que é seu amor; e que a manifestação desse amor deveria culminar com a conversão das migrantes à sua religião.

Agora, a grande dificuldade é a gente entender que esta obra que eu e você temos a fazer, que na verdade é uma obra missionária, a obra de fazer discípulos, de influenciar outros com a verdade da vida, com o Verbo da Vida, com a luz da Vida, com o Pão da Vida, com a água da vida. Essa obra que a gente tem que fazer e é nosso privilégio fazer. Ela tem que estar embasada na, a coisa mais revolucionária que Jesus nos deixou, que é o amor. É o amor. O amor que se torna o fundamento da nossa casa missionária, a casa missionária do cristão, que tem três partes: tem um fundamento, que é a presença nossa amorosa em Cristo com os outros. Tem as paredes, que é a proclamação. E tem o telhado, que é a persuasão, o conquistar a pessoa, trazer para a Primeira Igreja Batista, aqui se aloca, batiza, faz sua profissão de fé. Mas tudo começa na base. Tudo começa na motivação. E a motivação é o amor. Jesus diz: "Assim como eu vos amei, amai vos também uns aos outros". João 13: 34. Ele diz "Nisto conhecereis que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros".

⁸¹ Ver “Mensagem sobre a Ucrânia - Pr. Elias Dantas”: <https://www.youtube.com/watch?v=0OBRO-YLiB4>. Acesso em 18 dez. 2025.

A metáfora da “casa missionária” é o fio condutor utilizado por Dantas para falar da recepção das ucranianas durante todo o sermão. Trata-se de uma nova ilustração para o modelo de evangelização baseado nos “três Ps” sugerido por Charles Peter Wagner (1998), abordado no capítulo 1. Nas duas pregações analisadas, na PIB-C e na Igreja da Cidade, ele aparece como modelo de ação recomendado pelo líder religioso aos fiéis, não apenas com relação às migrantes, mas em toda a vida enquanto cristãos. Como indicado no trecho acima, ela consiste em três etapas, sendo a primeira delas o “alicerce” (primeiro P, “presença”), ou o que sustenta a casa: demonstrar a quem está em dificuldades o amor de Cristo por meio de boas ações, companheirismo, sensibilidade às aflições alheias. Assim, diz Dantas, se conquista a confiança da pessoa a quem se ajuda, e se ganha a “permissão” de avançar na missão evangelizadora:

A tarefa missionária nossa de fazer outros discípulos é um privilégio e é uma responsabilidade que todos nós crentes temos. (...) É seu, dado por Deus, é um direito que você tem de continuar a obra que Jesus começou a fazer e ensinar. Mas só que tem que, na prática, o seu direito é limitado pela permissão do outro. Você tem o direito. Os anjos não vão fazer no seu lugar. Mas você tem que conquistar a permissão dos outros. Sem a permissão dos outros, você não penetra nada, não entra em nada. E para que os outros, para que nós sejamos bem-sucedidos, os outros tem que nos aceitar. E eles nos aceitam se eles forem amados por cada um de nós. A casa da Missão. A casa do evangelismo tem o seu alicerce, o amor.

Conquistada a confiança da pessoa ajudada, segue o líder da GKPN, ganha-se o direito a seguir com a segunda etapa da evangelização: colocar as “paredes” na casa missionária, ou fazer a “proclamação” (segundo P), em que se declara o que é que motiva a bondade demonstrada anteriormente. Ao falar desse momento, Dantas cita diretamente as pessoas ucranianas que seriam beneficiadas pela ação recém-iniciada das igrejas, deixando claros os objetivos:

Pensando nos ucranianos, que muitos que vão vir não são crentes, eles vão estar vendo a gente. As Bíblias andantes. No momento são [crentes, os que já haviam chegado], mas muitos que vão vir não são. Mais cedo ou mais tarde, se a gente construir bem o fundamento, eles vão perguntar "por que é que você faz isso?" É a segunda milha. Nós ganhamos o direito de falar. Então a gente proclama. É O segundo P. O primeiro é presença. O segundo é proclamação. (...) Pode ser que o Espírito Santo de Deus use esse nível para fazer um morto ganhar vida.

Por fim, após conquistar a confiança alheia e justificá-la com a vida religiosa, chega a hora de cobrir a casa missionária com o “telhado”, ou o terceiro P: o da “persuasão”. Pois, como afirmou também Wagner, não é suficiente que a pessoa ajudada seja grata e acredite em Deus: sua salvação só estará garantida – e o projeto da igreja só estará concretizado – quando aquela pessoa aderir a ela.

Porque nascer de novo é um ato divino. Mas fazer um discípulo é um ato humano. Fabricar um discípulo. Fabricar. Faça discípulo. Então é minha tarefa. Se ele vai ser um crente ou ela vai ser um crente, isso é problema de Deus. É minha tarefa trazer para o meu lado. Na prática, é a igreja local. Queremos ver os ucranianos que aqui estão amados, ouvindo a Palavra da verdade e ativos nas igrejas locais. E como é que

eu sei que agora eu concluí a minha casa do evangelismo? Quando a pessoa veio e foi batizada. Foi lá. Que o máximo que a gente vai é na confissão da pessoa, mas não, a níveis práticos é o batismo. E a profissão de fé. Entendeu? É aí. Porque ela está do meu lado.

O raciocínio é concluído com uma generalização: toda ação cristã deve seguir o modelo há pouco descrito: Fazer o bem, creditar a Deus, fazer o discípulo. Esse é o objetivo da ação humanitária praticada pelas igrejas, diz Dantas, num acesso de sinceridade:

Então, em tudo que a gente faz na área de todos nós cristãos, fazemos na área do bem. **Nós não somos agência humanitária, nós somos a agência do Reino de Deus.** Então a gente faz com o propósito de conquistar o direito de falar, e eventualmente conquistar a oportunidade de fazer um discípulo. E o discípulo é feito e continua sua jornada quando faz a profissão de fé e o batismo na igreja que eu pertencço. Então a casa do evangelismo está completa. Se Deus quiser, nós vamos ver centenas de ucranianos crendo em Cristo porque são amados, ouvem a Palavra, e batizando-se no fim deste ano nas igrejas. São servos de Jesus Cristo. (grifo meu)

Sendo Dantas o articulador inicial e central da ação da GKPN, suas palavras têm peso fundamental para responder à pergunta central da pesquisa. Parece claro que a atuação de GKPN e igrejas ao trazer as ucranianas para o Brasil foi conduzida de modo proselitista, tendo como principal objetivo fazer novos discípulos para as igrejas participantes. Isso foi feito ao modo do “evangelismo de persuasão” delineado por Wagner (1998), e não se limitando ao (embora também se valendo do) “evangelismo de estilo de vida” (Bornstein, 2005; Flanigan, 2010), ou à “presença” para lhes acolher. Nesse modelo evangelístico dos “3 Ps”, visa-se, em primeiro lugar, se fazer *presente* ajudando a pessoa em necessidade, para depois *proclamar* a motivação bíblica para tal ação e, ao final, *persuadir* a pessoa ajudada a aderir à religião. Isso garantirá, na argumentação evangélica e em conexão com a doutrina do holismo na ação social de representantes desta fé (Bornstein, 2005), não somente uma conexão próxima com Deus, mas também a manutenção da melhora material de vida obtida.

Entrevistas com lideranças evangélicas que participaram da ação também demonstram a presença desse *ethos* holístico de evangelização. Uma delas, ao ser perguntada sobre o tema, afirma:

Rafael: Como que se trabalha o equilíbrio entre trabalho humanitário e missão evangelística? Para vocês, isso é uma coisa só ou é feita alguma separação da outra?
N.: **Eu na verdade eu não vejo essa separação. A minha equipe também não. A gente trabalha com a questão da leveza, tá, porque tem um versículo que diz assim, “a alegria do Senhor é nossa força”.** Nós estamos trabalhando com vulneráveis, estamos trabalhando no âmbito da injustiça, né, essas pessoas que nós estamos cuidando, que nós estamos, na verdade, elas estão no âmbito da injustiça, elas não têm as condições que seriam as condições necessárias para viver, né, os direitos fundamentais garantidos. Então, a gente vê como nossa missão, né,... aqui, a, chegar até esses locais e fazer diferença nesse local. Então mudar o entorno. O pastor (...) sempre perguntava assim, “se a (...) sair daqui hoje, ela vai fazer falta?” Né? Então, como uma instituição constituída, uma instituição que está aqui, nós estamos enxergando o povo vulnerável e vendo qual a necessidade dele, mas sem deixar ele ficar dependente dessa ajuda. Então, o que a gente quer? Que ele se torne autônomo,

que ele saia daquela situação, mas que ele veja que ele pode ser, se sentir cidadão - não cidadão entre aspas que a gente fala, né, mas um cidadão no sentido de participação, de entender quem ele é, de compreender a realidade. Então, quando eu estou trabalhando que a criança que está conosco aprenda a ler e escrever, eu estou dando a ela um instrumental muito forte, muito importante, que é o de participar, que é o de entender a realidade dela (...) Então, quando a gente faz um projeto, a gente diz assim, eu quero que essa criança goste de literatura, goste de arte, tenha a parte física bem desenvolvida e saiba ler, escrever e contar, eu estou dizendo para a comunidade assim, “nós nos importamos que seus filhos tenham condição de compreender esse mundo e tenham condição de transformá-lo”. As meninas do (nome de bairro), por exemplo, eu tenho uma pessoa que é a (...), que o menino dela é chefe do tráfico. Ela se converteu, foi para a igreja, ela se converteu e depois foi para a igreja. E foi lá e fez o curso de costura. Ela era catadora, catadora de papel. E hoje, tem um (incompreensível), ela vive da costura. Tem uma fala dela que diz assim, o dia que ela comprou dois travesseiros, dois travesseiros novos para as filhas dela, ela chorou. E eu choro cada vez que ouço aquilo. Por quê? Porque o que a gente diz? **Quando a pessoa fica perto do Senhor e todas as outras coisas são acrescentadas. Então, aquele entorno muda.** “Ah, você quer mudar a cultura dele?” Não, não quero mudar a cultura. A gente quer que eles tenham as mesmas condições que meus netos. Ah, é meio utópico? A gente trabalha na utopia né? Porque para você fazer qualquer coisa, qualquer projeto, se você não sonhar que aquilo pode ser possível, você não faz. Thomas Edison fez 500 vezes a lâmpada até conseguir, mas ele sonhou com aquilo. E para quem não via, quem não sabia, “ah a lâmpada elétrica, deve estar louco”, uma utopia, mas para ele se tornou realidade. Para nós, a gente vive isso. Então, quando eu vejo uma criança, uma menina dançando balé com a roupinha bonitinha, com a sapatilha e toda se achando linda... puxa, a minha neta fez curso junto com as meninas do [nome do bairro]. E a gente trabalha essa convivência. Eles poderem estar em diferentes espaços, eles poderem sair, passear de ônibus. Muitos nunca saíram de um lugar, agora estão indo para campeonato em outros lugares. Então, eu vejo que isso é a nossa missão. Porque a partir do momento que eu tenho um compromisso com Deus, eu tenho um compromisso com as pessoas. Jesus não veio para ficar lá sentado, só um santo sentado, né? Veio para fazer diferença nessa sociedade. (...) Então, o cuidado é quando a gente está mostrando, assim, o que que é, né? O que que é ser homem, ser humano, do ponto de vista da, da... (...) da cosmovisão cristã, né? Eu estou olhando para a cidade com uma cosmovisão cristã. Você pode olhar de outro ponto, mas você vai querer a mesma coisa que eu. Não sei se você tem filhos, mas você vai querer que teu filho possa sair e não ser roubado o tênis dele, com certeza. (...) Então, todos nós queremos, independente do ponto de vista que a gente está. Você não quer, se você é marxista, seja o que você for, você não quer a população em situação de rua passando fome. Eu também não. Eu tenho amigas marxistas que vão lá e ajudam do mesmo jeito que eu vou ajudar aqui. Porque isso nos torna humanos, o cuidar do outro. (grifos meus)

Este trecho, que considero bastante significativo, contém todos os elementos que, em diálogo com os demais achados da pesquisa, permitem compreender a relação entre proselitismo religioso e ação humanitária na ação da GKPN.

Quando a pessoa diz, em relação à inexistência da separação entre ações humanitárias e missionárias, que “a gente trabalha com a questão da leveza”, e que “a alegria do Senhor é nossa força”, ela manifesta a mesma visão sobre boas ações e evangelização detalhada por Elias Dantas em seu sermão sobre a “casa missionária”. A ação social, nessa chave, é um caminho para o discipulado, que é visto como projeto divino, mas não pode ser baseado apenas na intenção do evangelizador: é preciso que seja justificado com ações concretas, pois são essas

que abrirão espaço, no coração de quem está sendo ajudado, para a proclamação do evangelho e, mais tarde, para a eventual conversão.

Não se trata de uma utilização explicitamente condicionada do serviço social. Nada visto na pesquisa indica que GKPN e igrejas, no atendimento às ucranianas ou em outras ações humanitárias, tenham praticado um *quid pro quo* no oferecimento da ajuda, ou condicionamento direto dela a comportamentos religiosos, como proíbe o código da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (1994). Nem poderia ser dessa forma: ainda que, na abordagem utilizada pela GKPN, o “evangelismo de presença” não seja suficiente para cumprir a “Grande Comissão”, tal presença é o primeiro e um importante passo para que o discípulo possa ser “feito” ao final do processo (Wagner, 1998): é preciso que, em primeiro lugar, a pessoa ajudada se sinta preenchida pela solidariedade alheia, que, para funcionar dessa maneira, não pode vir acompanhada de exigências. Como afirmou Dantas nos sermões analisados, “para que nós sejamos bem-sucedidos, os outros têm que nos aceitar. E eles nos aceitam se eles forem amados por cada um de nós”.

A fala de N. caminha no mesmo sentido, embora com termos que sinalizam uma leitura mais liberal dos manuais de evangelização. Sua igreja promove ações diversas em comunidades pobres, o que certamente tem impacto importante para a melhoria de condições materiais das pessoas que ali vivem. Mas todo o projeto é baseado, como admitido na fala, na “cosmovisão cristã” – o que, sob o *ethos* pragmático e expansionista evangélico, significa que o projeto se torna completo quando a pessoa ajudada adere à igreja. É “quando a pessoa fica perto do Senhor” que “todas as outras coisas são acrescentadas”, e é em resultado da conversão que alguém tem sucesso em deixar a precariedade da vida de catadora e empreender nova carreira. Além da crença religiosa envolvida, a relação estabelecida tem fundamentação empírica: já foi mostrado como a religiosidade pode promover maior coesão social por meio do suporte a pessoas vulneráveis – incluindo migrantes (Coutinho, Domingues, Sanchez, 2023) – bem como fortalecer a sua saúde mental e autoconfiança (Moreira-Almeida, Lotufo Neto, Koenig, 2006). Mas tais fatores não podem levar a desconsiderar que igrejas são, também, organizações que disputam espaço no mercado religioso, adotando diferentes estratégias para ganhar influência e popularidade. As ações sociais são uma dessas estratégias, proporcionando às igrejas, além da chance de converter as pessoas diretamente beneficiadas por tais ações, a chance de se associar ao poder público e obter notoriedade também junto à comunidade local. Dessa forma, as igrejas se tornam atores preponderantes em temas sociais, de quem são *esperadas* intervenções em temas socialmente sensíveis, e acabam de fato substituindo o poder público no cumprimento de muitas delas:

Então, se teve um incêndio, né? O pessoal já sabe que aqui é um centro de coleta [de doações para os afetados]. Então, a prefeitura mesmo já manda, já combina com a gente, para ser um centro de coleta. Porque é central, mais fácil de trazer. Acho que isso teve tanta coisa, tanta coisa, que até a prefeitura mesmo pediu se a gente não podia ajudar levando doações para o Rio Grande do Sul⁸², por exemplo. A gente tinha os caminhões, pessoas que doaram caminhão, empresas, para poder levar.⁸³ (grifo meu).

Como afirmado no capítulo 1, a corrente evangelicalismo renovado, a partir do impulso dado pelo Pacto de Lausanne em 1974, passou a atuar intensamente nas ações sociais, considerando que igrejas e organizações religiosas têm a responsabilidade de remediar o sofrimento alheio como parte de sua missão bíblica e evangelística. O Pacto afirma que ação social e evangelismo não são a mesma coisa (Stott, 2009), e as igrejas e organizações são constantemente pressionadas pelo público evangélico a não esquecer do segundo ao empreender a primeira, sob o risco de gerar desconfiança, em sua base religiosa mais engajada, de estar se afastando da Palavra de Deus. A ambiguidade demonstrada por igrejas e organizações paraeclesiais em suas ações sociais refletem essa tensão e as diferentes saídas buscadas por tais atores para equilibrar a balança entre esses dois aspectos da ação social evangélica, mantendo assim o apoio de financiadores, agentes públicos e da base evangélica. Creio que seja nesse caminho intermediário que caminha a ação da GKPN e de suas igrejas junto às ucranianas. O objetivo último é a conversão das migrantes (“se Deus quiser, nós vamos ver centenas de ucranianos crendo em Cristo porque são amados, ouvem a Palavra, e batizando-se no fim deste ano nas igrejas”, disse Dantas) e impactar culturalmente os locais onde a ação acontece; mas, para isso, é necessário e aproximar das pessoas beneficiadas e construir relacionamentos sólidos para conquistar sua confiança e admiração.

Vejamos, no próximo capítulo, como esses objetivos foram buscados efetivamente durante a ajuda às ucranianas, e quais foram os efeitos nas comunidades locais que foram palco dessas ações.

⁸² Na ocasião dos graves alagamentos que ocorreram no Estado em agosto de 2024.

⁸³ Entrevista de campo concedida em 1 abr. 2025.

3. “FELIZ POR UM LADO, MAS TRISTE PELO OUTRO”: DISPUTAS EM TORNO DO AGENCIAMENTO EVANGÉLICO A MIGRANTES

Foi mediante a promessa de encontrar incontáveis áreas de terras cultiváveis para desenvolver sua própria riqueza que os primeiros grupos de agricultores da região da Galícia, no antigo Império Austro-Húngaro, aceitaram fazer a longa viagem para o Brasil na última década do século XIX. Tais promessas eram feitas por agenciadores da recém-formada República brasileira, que buscavam atrair etnias de reconhecida habilidade no trabalho rural para habitar e desenvolver áreas ainda não povoadas do sul do país. Esses “colonos”, como eram tratados desde as primeiras legislações criadas ainda no Império para atrair tais populações, inicialmente tinham perfil ideal definido como “pequeno produtor rural familiar, preferencialmente católico” (Seyferth, 2008, p. 4). Já no final do século, sob maior influência de teorias eugênicas e de darwinismo social, havia também a preocupação étnico-racial de *embranquecer* a população nacional. Um decreto de 1890 “tornou livre a entrada de indivíduos válidos e aptos e não sujeitos à ação criminal no seu país, excetuando os nativos da Ásia e da África, os mendigos e os indigentes” (Seyferth, 2008, p. 11).

Enquadravam-se nessa descrição do *imigrante ideal*, portanto, aqueles estrangeiros conhecidos como rutenos – como eram chamados os eslavos orientais que habitavam a Galícia, região que hoje se divide entre os Estados-nação modernos da Polônia e da Ucrânia, e que logo passaram a reivindicar para si, em meio ao avanço das ideologias nacionalistas entre os séculos XIX e XX, o título de ucranianos (Andreazza, 2008). Atraídos pela “febre brasileira” (Guérios, 2007 *apud*. Prado, 2017, p. 20) que prometia riqueza em terras até então inexploradas, deslocaram-se a regiões diversas do sul do país, sobretudo no Paraná. Foram mais de 5 mil famílias da região chegaram ao Brasil nesse processo a partir de 1895. Porém, ao chegar ao local prometido descobriram que para cultivar aquelas terras e viver ali precisariam eles próprios derrubar as matas virgens e densas e construir suas moradias (Prado, 2017).

FIGURA 4 – Mapa da região da Galícia



Fonte: Site Paraná Histórica⁸⁴ (modificado)

A colônia de São João de Capanema foi uma das muitas estabelecidas por esses ucranianos. Fundada sobre terras cedidas pela administração paranaense ao governo federal para fomentar sua colonização (Governo do Estado do Paraná, 2006), se converteria em 1906 no município de Prudentópolis, assim nomeado em homenagem ao ex-presidente da República Prudente de Moraes. Apesar deste nome ligado à história brasileira, foi a identidade ucraniana que desde o início moldou o crescimento do município. Ainda no século XIX foi fundada a Prosvita, que foi “a primeira associação com a finalidade de preservar e incentivar a cultura, os costumes, os festejos religiosos e a língua ucraniana” (Prado, 2017, p. 26) na região. Também foram criadas uma escola para agricultores e uma biblioteca, além de cursos de arte e literatura ucranianas (Simionato, 2012).

No entanto, foi em torno das igrejas católicas que essas redes se estabeleceram mais fortemente. Embora o Brasil fosse também dominado pelo catolicismo, aquela população o praticava segundo o rito oriental, cerimonialmente mais próximo do que fazem as igrejas cristãs ortodoxas⁸⁵ – além, é claro, de o fazerem em seu próprio idioma. Assim, tão logo chegaram ao

⁸⁴ Imagem original em: <https://www.paranahistorica.com.br/publicacoes/parana/468/os-ucranianos-no-parana-uma-pequena-historia>. Acesso em: 19 dez. 2025.

⁸⁵ O catolicismo de rito oriental surgiu a partir da União de Brest, em 1596, quando lideranças da Igreja Ortodoxa da região onde hoje está o oeste ucraniano aceitaram a autoridade do Papa, em troca de poder manter seus ritos e liturgia conforme já o praticavam no cristianismo ortodoxo.

Brasil, os ucranianos solicitaram com urgência o envio de sacerdotes à sua região, o que aconteceu em 1897 com a chegada de um missionário da Ordem de São Basílio Magno (Guérios, 2018), que segue predominante no corpo católico prudentopolitano até atualmente. A primeira igreja católica ucraniana no Brasil foi logo aberta nessa região: trata-se da Igreja de São Miguel Arcanjo, erguida em Mallet (PR)⁸⁶. Já Prudentópolis teve primeiramente a Igreja de São Basílio, mais tarde derrubada para dar lugar ao Colégio Imaculada Virgem Maria, o mais tradicional da cidade com aulas em português e ucraniano; e ganhou definitivamente seu ícone étnico e religioso quando foi inaugurada, em 1928, a Paróquia São Josafat, até hoje o principal centro da convivência dos descendentes de ucranianos do município em torno da cultura de seus antepassados⁸⁷.

FIGURA 5 – Igreja de São Josafat



Fonte: elaboração própria

As igrejas eram, portanto, centrais para a reprodução social e cultural dos ucranianos instalados no Paraná e permaneceram como referência para reforço dessa identidade no tempo que se passou desde então:

⁸⁶ Um marco para a comunidade ucraniana no Brasil, esta igreja foi restaurada já no século XXI e ainda funciona; uma réplica do templo original foi instalado no Memorial Ucraniano no Parque Tingui, em Curitiba.

⁸⁷ Informações obtidas no Museu do Milênio, em Prudentópolis, dedicado à história da comunidade ucraniana na região.

Compreende-se que a base para o estabelecimento da vida social e cultural organizada foi a coesão em torno da igreja. Ela foi o centro da vida social em toda comunidade ucraniana, dado que, era para a igreja que se dirigiam os imigrantes com o objetivo de resolver vários problemas e, foram os padres ucranianos que ajudavam os colonos na união de forças para vencer os obstáculos de diferentes naturezas. Eles abriram escolas ucranianas, religiosas e sociais, cursos e conferências, irmandades da igreja, grupos de amadores, espaços de leitura na escola ucraniana (Ivanets, 2014). Desse modo, deu-se a amarração de seu passado cultural ao novo por meio da preservação da sua religiosidade, de seus costumes e tradições. (Hauresko, 2019, p. 15–16)

FIGURA 6 – Igrejas católicas ucranianas em Prudentópolis (PR)



Fonte: Elaboração própria (foto tirada no Museu do Milênio, em Prudentópolis)

Era a partir as igrejas que os ucranianos do Paraná se organizavam e partiam para criar outras iniciativas de manutenção das suas tradições. Destacam-se, entre elas, a Sociedade Ucraniana do Brasil (SUBRAS) – fundada em 1922 como União Ukraína do Brasil – e o Centro

Religioso Cultural Poltava, estabelecido mais tarde, em 1982. Ambos os centros têm sede em Curitiba e promovem, ainda em 2025, uma série de atividades visando manter vivas as tradições trazidas pelos rutenos da Galícia na década de 1890, incluindo o ensino do idioma ucraniano. Tais centros se ligam a outros estabelecidos nas cidades menores paranaenses, como é o caso de Prudentópolis, que conta com o grupo de dança folclórica Vesselka; e coordenam atividades com órgãos nacionais e internacionais de representação dessa diáspora – como a Representação Central Ucraniano-Brasileira (RCUB), organização fundada em 1985 e em cujo âmbito se reúnem várias outras organizações nos âmbitos religioso, cultural, artístico e educacional, entre outros, fundadas sobre tradições ucranianas; e o Congresso Mundial Ucraniano.

A construção e manutenção dessa rede a partir da primeira colonização iniciada no século XIX atraiu para o Paraná mais ucranianos ao longo do século seguinte. Assim, o Estado passou a concentrar a maior parte da população de origem ucraniana residente no Brasil. Repete-se na imprensa, em organizações da comunidade ucraniana⁸⁸ e também em trabalhos acadêmicos sobre a história dessa comunidade, a informação de que são cerca de 500 mil as pessoas descendentes de ucranianos que vivem no país, e 80% destas estão no Paraná (Ramos, Olinto, 2020; Henriques, Tesko, 2024; Czaikowski, s/d). Em Prudentópolis, segundo as mesmas fontes, 75% da população é descendente de ucranianos. A origem de tal número não é indicada em nenhum desses trabalhos, o que traz dúvidas sobre a sua precisão. Mas creio não ser questionável que de fato a maior parte de tal população esteja em terras paranaenses, considerando o histórico acima descrito e o tradicional funcionamento dos fluxos migratórios internacionais, com as pessoas deslocadas procurando os agrupamentos onde encontrarão outros de sua nacionalidade ou etnia, visando maior facilidade de adaptação e integração econômica (Massey *et al.*, 1993).

Apesar da distribuição dessa identidade ligada à Ucrânia em diferentes regiões paranaenses, Prudentópolis, com seus 49.393 habitantes⁸⁹, seguiu sendo a representação mais concentrada e destacada dos esforços para a sua manutenção. O município tem ainda o ucraniano como idioma cooficial e um dos mais antigos periódicos criados pelos primeiros migrantes ucranianos, o jornal *Prácia*, criado em 1912, ainda em circulação – embora hoje ele seja impresso totalmente em português. Destaca-se ainda a presença do Museu do Milênio,

⁸⁸ A utilização do termo “comunidade” foi encontrada no campo, utilizada sobretudo por atores desse grupo. Refleti sobre sua reprodução e o risco de, ao utilizá-lo, incorrer em algum tipo de essencialização do que significa “ser ucraniano” e “participar da comunidade” no Brasil. Mas decidi seguir com ele ao notar que, de fato, existe um grupo de pessoas, organizações e relações constituídas de longa data que mantêm esse coletivo funcionando de forma coerente sob o que eles consideram a tradição ucraniana trazida por seus antepassados.

⁸⁹ Segundo o Censo de 2022. Ver em <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 22 dez. 2025.

fundado em 1995 na ocasião do centenário do início da migração ucraniana à região, na preservação de itens históricos acumulados ao longo desse período. Os principais lugares de manutenção de tal identidade, no entanto, seguem sendo as igrejas católicas ucranianas. Mantêm-se ainda hoje funcionando os mais de 30 templos nessa condição existentes no município, e em algumas delas, como a igreja matriz São Josafat, ainda se realizam cultos em ucraniano.

Compreende-se, assim, porque a população de Prudentópolis se afligiu intensamente quando a Ucrânia foi invadida pela Rússia em 2022; e porque os meios organizados da comunidade ucraniana na cidade e no Paraná como um todo se mobilizaram para ajudar seus compatriotas. E, pelas mesmas razões, se compreende porque foi um choque para essas pessoas quando, em meio aos seus esforços, uma rede de igrejas evangélicas tomou a dianteira nesse processo e anunciou que iria levar à cidade, pelos seus próprios meios, algumas dezenas de deslocadas ucranianas. No município com 88% de católicos⁹⁰ e chamado no âmbito paranaense de “capital da oração” devido ao grande número de templos dessa religião espalhados pelo território, não seria nenhum deles que prestaria o apoio mais amplo a essas migrantes em necessidade; mas sim uma pequena igreja evangélica que vinha tentando se firmar há tempos na cidade, e recém havia conseguido se instalar em uma pequena sobreloja no centro da cidade: a Primeira Igreja Batista de Prudentópolis (PIB-P), congregação da PIB-C estabelecida na cidade em 2019 e priorizada pela GKPN na recepção às ucranianas que saíram de seu país com direção ao Brasil em 2022.

“Tinha que ir alguém com origem ucraniana”: o expansionismo batista em Prudentópolis

O empresário evangélico Andriy⁹¹ vivia na cidade ucraniana de Lviv quando foi convidado, em 2019, a se tornar um missionário numa pequena cidade brasileira onde uma igreja batista buscava abrir uma congregação. Após refletir sobre o que seria uma mudança radical em sua vida, ele considerou que se tratava de um chamado divino. Mudou-se para Prudentópolis com sua esposa Olena e daria início aos esforços para o que seria a terceira tentativa da PIB-C de estabelecer uma igreja na cidade de tradição ucraniana.

Tanto a história do missionário ucraniano – que saiu de Prudentópolis após o fim do processo migratório de 2022 – quanto as repetidas tentativas de expansão da PIB-C na região

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Nome fictício, assim como o da esposa, citada linhas abaixo.

são de conhecimento das pessoas, evangélicas e não evangélicas, que interagiram com ele em Prudentópolis. Ouvi de pessoas com distintos perfis sociais e religiosos que aquele não era o primeiro esforço visando à criação de uma igreja batista no município:

A Igreja Batista, PIB de Curitiba, fez três tentativas para plantar uma igreja batista em Prudentópolis. Eles tinham um carinho em relação a Prudentópolis e queriam investir lá. **Só que não estava dando certo, porque lá a comunidade ucraniana era muito fechada.** Então (...) eles entenderam que tem que tinha que ir alguém com origem ucraniana.⁹² (grifo meu)

A chegada deles a Prudentópolis foi fruto de uma complexa articulação internacional envolvendo entidades batistas no Brasil, Ucrânia e nos Estados Unidos para viabilizar a ida do casal a Prudentópolis para quebrar a resistência da comunidade ucraniana local às igrejas evangélicas. Eram vários interesses envolvidos: a Junta de Missões Internacionais, importante órgão da estadunidense Convenção Batista do Sul (maior convenção batista do mundo), já planejava junto ao Seminário Teológico Batista Ucraniano intensificar o envio de missionários da Ucrânia para outras regiões quando soube, por um conhecido brasileiro, do desejo que tinha a PIB-C de expandir suas atividades em uma região de tradição ucraniana. Os contatos logo os levaram a Andriy e Olena, que aceitaram a missão e tiveram suporte financeiro da PIB-C por dois anos enquanto buscavam estabelecer a igreja. A chegada do casal de ucranianos atraiu a curiosidade dos descendentes locais, e encontros pequenos começaram a acontecer ainda na sua própria casa. O grupo cresceu e mesmo a pandemia não foi impeditivo para que, menos de dois anos após a chegada, a PIB-P fosse aberta em uma rua logo atrás da prefeitura do município.

⁹² Entrevista etnográfica durante o campo.

FIGURA 7 – Primeira Igreja Batista de Prudentópolis



Fonte: elaboração própria

Assim, quando a Ucrânia foi invadida pela Rússia e a GKPN prontificou-se a trazer ucranianas para o Brasil sob cuidados de igrejas evangélicas, Prudentópolis foi a primeira cidade a ser considerada. O líder da PIB-C é próximo de Dantas, atua no conselho da GKPN e a igreja que era liderada por ele frequentemente recebe eventos promovidos por essa rede internacional. A escolha pela cidade foi justificada pelas lideranças com a maior facilidade que haveria de integrar as deslocadas naquela cidade onde já viviam muitos descendentes de ucranianos. Tal opção foi explorada nas entrevistas desta pesquisa, questionando, por exemplo, porque aquelas pessoas, que vinham de grandes cidades ucranianas, não seriam alocadas em Curitiba – que também tem marcos históricos ucranianos e poderia ser um cenário minimamente mais parecido com as cidades de origem das migrantes:

Rafael: por que não se optou por ter famílias que ficassem em Curitiba e se optou, você achou melhor que elas fossem para... [Prudentópolis]

N [Interrompe]: Primeiro, pela questão da barreira da língua, lá eles iam ter pessoas, porque lá em Prudentópolis, a maioria fala, você vai lá, a maioria fala ucraniano, né? Essa é uma questão. E também que a gente gostaria que eles ficassem perto, então a gente alugou um prédio. Porque como eles estavam... já tinham várias perdas, né. E aqui eles iam ficar muito longe, um pra lá, outro pra cá. **E já veio antes, né, o processo**

de que eles iriam pra lá, tem uma pessoa da Ucrânia que era nosso pastor lá, eles são evangélicos, né, então teve todo um clima, né, pra que fosse pra lá.⁹³

Ficou evidente que houve diferentes motivos para a escolha (uma imaginada proximidade cultural com outros ucranianos que facilitaria a adaptação, a possibilidade de alocar todo o grupo num mesmo prédio), mas que, independentemente deles, *já havia uma predisposição* (“já veio antes, né”) a escolher essa cidade por causa da presença de um pastor ucraniano na PIB-P. Assim, a escolha por Prudentópolis revela um movimento estratégico da PIB-C de expandir seu alcance em uma área em que exercia pouca influência “porque lá a comunidade ucraniana muito fechada”. Esse “fechamento” se deve à tradição católica da comunidade local, em que a PIB-C visava se inserir com seus repetidos esforços para abrir uma igreja. Tanto o envio do missionário a Prudentópolis quanto, mais tarde, das demais ucranianas, indicam a expectativa por parte da igreja batista de fortalecer e expandir a congregação local que funcionava na cidade, e que a PIB-C lutava há anos para conseguir estabelecer, contribuindo assim também para atingir objetivos expansionistas da comunidade batista internacional.

FIGURA 8 – Sinalização em português e ucraniano na Primeira Igreja Batista de Prudentópolis



Fonte: elaboração própria

A estratégia de expansão se encontra em sintonia com o que é praticado em movimentos organizados e profissionais de *plantação de igrejas*, ou *Church Planting Movements* (Garrison,

⁹³ Entrevista de campo concedida em 1 abr. 2025.

1999). Criados, assim como a GKPN, com o objetivo explícito de expandir o “Reino de Deus” por meio da multiplicação e fortalecimento de igrejas evangélicas, tais movimentos, como Redeemer City to City e Atos 29, têm origem no Norte Global, mas precisam de multiplicadores que residam no local onde se pretende expandir para que o crescimento crie raízes. Pois somente assim as redes sociais locais se formarão organicamente, trazendo às igrejas plantadas familiares, amigos e outras pessoas próximas àqueles primeiros convertidos. A PIB-C utilizou estratégia semelhante, ao notar que, em uma cidade com uma cultura específica enraizada por mais de século, enviar alguém com capacidade de inserção nesse meio era fundamental para o sucesso da operação. A igreja compreende, assim como os movimentos de plantação de templos citados, que a evangelização é mais efetiva quando não baseada puramente em argumentos teológicos, mas nos relacionamentos e no cuidado com aqueles que se quer evangelizar (Elisha, 2014). Dão, assim, uso atualizado e estratégico para os missionários, em que o aspecto do conhecimento da cultura local na área de interesse é central para o sucesso da iniciativa.

Avanço evangélico em meio ao neoliberalismo

Foi abordado no capítulo 1 como, ao incorrer em ações sociais, igrejas e organizações evangélicas se valem também de sua ambivalência enquanto atores humanitários e religiosamente motivados para obter novos membros. O discurso ambíguo entre humanitarismo e conversionismo usado para cativar e obter novos fiéis em ações sociais também se mostra útil a esses atores para legitimar sua atuação perante o Estado e o público. Afinal, mais do que obter novos convertidos individualmente, as ações sociais de igrejas evangélicas visam também difundir seus valores na esfera pública, onde concorre com outras visões de mundo. Esse processo que Elisha (2014) classifica como “cristianização cultural” visa, diz o autor, tornar o ambiente cultural e político do local de atuação mais propício à atuação das igrejas e sensível às suas mensagens de fundo proselitizante, trazendo também consigo as normas morais de um protestantismo conservador.

Esse esforço inclui mensagens liberalizantes e que reduzam a importância do poder público. Dessa forma, no início do processo migratório, lideranças da GKPN diziam com orgulho à imprensa que toda a ajuda às ucranianas seria providenciada apenas com recursos das igrejas e fiéis, baseada no “amor de Deus” e que “nós não temos um tostão e nem estamos

procurando valor nenhum de governo”⁹⁴, enquanto a GKPN efetivamente se valia de um convênio com o governo federal, mediante a emissão dos VH às ucranianas. Para além disso, buscavam utilizar a estrutura estatal para obter mais benefícios que lhes potencializassem a visibilidade pública: divulgação do governo estadual do Paraná em março de 2022 indicava que a ação da GKPN teria apoio seu e da prefeitura de Prudentópolis para “construção das casas” na cidade⁹⁵. Esse intento, que, a despeito do caráter provisório da vinda das ucranianas ao Brasil, daria presença mais proeminente para a PIB-C na cidade, não foi concretizado, mas indica que existiam planos da rede de igrejas para se beneficiar da comoção vigente com a Guerra na Ucrânia para amplificar os efeitos de suas ações.

Paralelamente, buscava-se enfatizar, junto às comunidades locais e às próprias migrantes, o poder de mobilização e a pretensa autossuficiência das igrejas para conduzir o processo migratório, inclusive limitando as opções das ucranianas para obter mais ajuda em solo brasileiro. Foi o caso quando uma delas sofreu uma reprimenda após buscar recursos de programas de assistência social durante sua estada no Brasil:

E lá em (...), que tinha um valor menor, eles entraram com documentação para receber uma ajuda do governo. Acho que era 200 reais que o governo estava dando na época. Uma coisa assim. E aí ela queria aquele dinheiro. Meu, eu fiquei brava. Falei “querida, olha o tanto, o que você ganha. Só para você fazer o mercado é o meu salário do mês”. Sabe? Era coisa de dois mil reais na época, né? Fora o dinheiro que ganhava. Eu falei, meu, esses dois mil reais, você não está comprando seu arroz e feijão. (...) Então, assim, eles não tinham despesa com nada, os dois mil reais eram para eles, livres. E aí ela queria esses 200 reais. Aí eu fiquei brava. Falei, “meu, isso é ingratidão”. Porque eu sou bocuda também, né? Falei, “você tá sendo ingrata”. “Ah, não, é porque não sei o quê”. Falei, “ó, é o seguinte, se você quer ir atrás desse benefício, você pode ir, eu não vou te ajudar, porque não tem necessidade. Tem alguma coisa te faltando?”. Porque sempre a gente perguntava, “precisa de alguma coisa? Precisa de alguma coisa?”. Sempre estava nessa. A gente tinha o dia, eu levava para eles em dinheiro, mais 1.500 reais em dinheiro para eles passearem, para eles comprarem as coisas. Então, eles tinham uma grana boa, né? E aí, eu fiquei bem brava com ela. Depois, ela veio conversar,. Mas foi essa questão mesmo que eu falei, “gente, não tem limite, não, né? Já estão tão abastecidas, vocês querem mais o quê?”.⁹⁶

O depoimento mostra aspecto importante da ação social das igrejas evangélicas, que, ao expandir-se paralelamente ao avanço do neoliberalismo, se tornou fortemente influenciada por essa doutrina econômica (King, 2019; Hefferan, Adkins, Occhipinti, 2019; Reis, 2023). Trazem, assim, mensagens de desregulamentação das relações sociais e de estímulo ao

⁹⁴ Ver no vídeo “Família decidirá se fica no Brasil após guerra na Ucrânia, diz pastor voluntário | NOVO DIA”, publicado no canal da CNN Brasil no YouTube, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eXvgMBuJNc> aos 3m40s. Acesso em: 27 out. 2025.

⁹⁵ Ver “Paraná recebe 29 refugiados da guerra na Ucrânia e cria força-tarefa com serviços de apoio”, no site do Governo do Estado do Paraná, disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Parana-recebe-29-refugiados-da-guerra-na-Ucrania-e-cria-forca-tarefa-com-servicos-de>. Acesso em 1 dez. 2025.

⁹⁶ Entrevista de campo concedida em 17 mar. 2025.

empreendedorismo individualista. Atendem, assim, também a desígnios das elites econômicas que financiam tais ações, como as redes empresariais que, como vimos, são atuantes na GKPN. É importante frisar que tal relação não é exclusiva às organizações evangélicas ou religiosas. As organizações seculares da sociedade civil também são inevitavelmente influenciadas pelos ideais neoliberais ao buscar financiadores que exigirão, nas ações patrocinadas, resultados compatíveis com sua atuação. Essa relação problemática foi descrita por Lynch e Schwartz (2016 p. 644) como “proselitismo de financiador” (*donor proselytism*), em que organizações “configuram seus programas de acordo com as percepções dos financiadores”, em geral criando métricas para medir o *sucesso* da ação de acordo com as expectativas existentes.

Assim, ao aproveitar os espaços dados pelo Estado nas políticas humanitárias, usando quando necessário as estruturas públicas à disposição, elas também buscam substituir essas mesmas estruturas no imaginário do público e das pessoas beneficiadas. Junto com os “sentimentos morais” (Fassin, 2012) que baseiam num primeiro momento as intervenções inseridas no humanitarismo, faz-se presente nas ações sociais dessas igrejas um *ethos* autônomo e desregulamentador das relações sociais, que pretende atribuir à própria igreja todos os benefícios da ação conduzida. Estratégia já adotada por outras entidades religiosas que intermedeiam processos migratórios, como a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e sua “doutrina da autossuficiência” (Ruseishvili, Teodoro, 2023, p. 73) ao atuar no programa de interiorização de venezuelanos no âmbito da Operação Acolhida; e em ações sociais de outros tipos conduzidas por denominações evangélicas fortemente influenciadas pela Teologia da Prosperidade, como a IURD (Rosas, 2012). Assim, a forma como ações sociais de atores baseados na fé se desenrola tende a ser determinada “pelas demandas ideológicas da elite conservadora, que minimiza reformas sociais sistêmicas em favor de desenvolvimento comunitário liberalizado, bem-estar privatizado e uma forte ênfase na responsabilidade individual” (Elisha, 2014, p. 450).

Cabe salientar, no entanto, que no caso da GKPN o efeito dessa pretensa autossuficiência era limitado, dado o caráter assumidamente provisório da migração que deixou as migrantes mais dependentes do caráter assistencialista da ação; enquanto, nos outros casos citados, essa doutrina avança para incentivar tal *ethos* autônomo nos próprios beneficiados, por meio da busca por emprego (caso da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias); ou nos próprios fiéis, que concorrem para assumir posições de destaque nos programas sociais mais duradouros (caso da Universal).

Redes evangélicas e seus efeitos nas migrações

A parceria da GKPN com outras igrejas e redes evangélicas, que, como já demonstrado, foi fundamental para a rede captar e trazer ucranianas ao Brasil, pode levar a crer que esse projeto visava atender apenas pessoas evangélicas. Mas não foi esse o caso. Como já comentado ao longo do trabalho, as ações sociais fazem parte de um projeto de inserção das igrejas e organizações evangélicas na esfera pública, para a qual uma atuação sectária teria pouco sentido. Além disso, não se pode desconsiderar o objetivo pragmático contido nessas ações de obter novos membros para as igrejas a partir da conversão das pessoas atendidas.

O campo trouxe dados claros mostrando que, quando planejou trazer ao Brasil famílias ucranianas, a GKPN esperava incluir um número relevante de pessoas não evangélicas. Isso fica evidente pela expectativa declarada por uma das lideranças no início do processo de que “muitos vão se converter”⁹⁷ durante o período que passariam no Brasil; e pela expectativa demonstrada por Elias Dantas ao empregar o “evangelismo de persuasão” (Wagner, 1998) na ação junto às migrantes, visando a obtenção de novos membros. Na ocasião, Dantas disse textualmente que “se Deus quiser, nós vamos ver centenas de ucranianos crendo em Cristo porque são amados, ouvem a Palavra, e batizando-se no fim deste ano nas igrejas”.

No entanto, os dados obtidos também mostram que, na concretização da ação pela GKPN, a maioria das ucranianas atendidas era de evangélicas, e que em alguns casos já frequentavam igrejas que faziam parte da rede – como a já citada Palavra de Vida.

A notícia dessa iniciativa da rede de igrejas parece ter corrido pelos canais evangélicos na Ucrânia entre fevereiro e março de 2022, a ponto de pessoas saírem de cidades mais ao leste em direção a Lviv, onde sabiam que igrejas evangélicas tinham estruturas de acolhimento e meios de sair do país em guerra. Esse parece ter sido o caso de uma família que Elias Dantas menciona em suas pregações:

E aí uma mulher saiu de sua casa em Mariupol - Mariupol está cercada pelas tropas e completamente destruída - com a sua neta. Com 56 anos e a sua neta, para encontrar-se com o grupo lá no nosso centro em Lviv. E não é que uma bomba matou as duas? Situação terrível, terrível. Então, mais do que nunca, nós temos que ajudar essas pessoas.⁹⁸

Foi também o caso de pelo menos uma das migrantes que vieram ao Brasil em 2022 – até então frequentadora de igreja da Palavra de Vida:

⁹⁷ Ver o vídeo “REFUGIADOS UCRANIANOS | Face a Face - Pr. Paschoal Piragine Jr” em https://www.youtube.com/watch?v=tehc_Sd6BTA à 1h02m36s. Acesso em: 18 dez. 2025.

⁹⁸ Ver o vídeo “Mensagem sobre a Ucrânia - Pr. Elias Dantas”, aos 11min05s, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IAqDQVc2hn4>. Acesso em: 18 dez. 2025.

Eu tinha uma irmã da igreja, ela mais velha, ela para mim como mãe espiritual, porque ela falava sobre Jesus para minha mãe, depois para mim. Por causa da que ela fala, nós conhecemos Jesus por isso. E ela tinha um problema com o coração. Ela precisava de cirurgia. E ela falou "Vamos sair da cidade. Na território mais calma". (...) Mas ela falava "ai eu não consigo viajar sozinha. Eu tenho problema com meu coração. Vamos juntos". Então eu pensei "Ok, [por até] um mês vamos". E nós saímos da cidade. Nós chegamos na cidade de Lviv. Lviv, se você sabe, na Ucrânia é mais longe, esse é outro ponto de nosso país. E lá também nos acolhe, acolheram, a igreja. Também a igreja evangélica. Ele ajuda. Ele também recebe refugiados. Ele dá para eles a oportunidade de viver algumas semanas para ele ter oportunidade de procurar um apartamento ou trabalho ou viajar na outra cidade. E nós vamos exatamente lá. E lá nós escutamos sobre este projeto (...) Muitos igrejas aqui no Brasil. Ele reuniu para ajudar sua irmã irmãos da Ucrânia. E começou o projeto.⁹⁹

Dados do campo mostraram que, assim como nos casos relatados acima, a origem mais comum das migrantes atendidas pela GKPN eram grandes cidades no centro e leste da Ucrânia, como Kyiv, Donetsk e Kharkiv.

Assim, esse foi um dos fatores que, de início, colaboraram para que no mínimo boa parte do contingente de ucranianas atendidas pela GKPN no Brasil tenha sido de pessoas evangélicas: frequentadores da Palavra da Vida ou de outras igrejas evangélicas procuraram, num momento de emergência, representantes de sua fé para lhes proteger; e, ao saber de uma iniciativa também de igrejas evangélicas para sair do país em segurança, preferiram essa alternativa a se arriscar sozinhas ou aceitar a ajuda de governos ou organizações seculares na Europa.

A grande maior parte dos interlocutores – incluindo lideranças de igrejas, representantes da comunidade ucraniana e migrantes – descreve o perfil das migrantes em 2022 como apenas de evangélicas, ou ao menos majoritariamente evangélicas. As justificativas variam: lideranças religiosas dizem que as migrantes se descreviam como evangélicas e tal perfil era perceptível em suas atitudes (como conhecer e cantar louvores em ucraniano), linguagem corporal e frequência nos cultos durante a permanência no Brasil. Além disso, essas lideranças reconheciam que a GKPN estava auxiliando igrejas parceiras na Ucrânia recebendo seus fiéis. Já membros da comunidade ucraniana demonstraram uma noção de que igrejas evangélicas se importam apenas com seus fiéis, além de se ressentirem da falta de interesse das migrantes em conhecer os sítios históricos e atividades culturais dessa comunidade, tradicionalmente católica, e repetirem o que ouviram das próprias migrantes, nos casos em que houve contato direto com a comunidade tradicional, se descrevendo como evangélicas; por fim, as migrantes ucranianas com quem tive contato reconheciam as demais como evangélicas.

⁹⁹ Entrevista de campo em 4 abr. 2025. Trecho com a elaboração original da interlocutora ucraniana, com o mínimo de modificações para facilitar a compreensão.

FIGURA 9 – Ucrainianas participam de culto ao serem recebidas na PIB Curitiba em 20 de março de 2022



Fonte: Brunno Covello/Folhapress¹⁰⁰

Há o reconhecimento de que havia exceções. Uma pessoa representante das igrejas diz, por exemplo, que houve pelo menos uma ucraniana fazendo o programa de discipulado (necessário para se batizar na igreja batista) e se convertendo, cumprindo assim, em casos pontuais, a expectativa verbalizada por Elias Dantas de atrair novos fiéis. Já entre membros da comunidade ucraniana, alguns que tiveram relacionamento mais próximo com migrantes afirmam que “alguns eram” evangélicos, mas outros “aproveitaram a oportunidade porque a igreja ofertou essa ajuda”¹⁰¹; e que “tinha algumas pessoas que não iam à igreja, mas quando ficaram sabendo que poderiam ir para o Brasil com as igrejas, elas também viajaram” porque nutriam a expectativa de que a guerra se encerraria rapidamente, permitindo o pronto retorno à Ucrânia¹⁰². Mas a indicação sempre é de que se tratou de uma minoria.

É provável também que esse perfil tenha sido reforçado por uma espécie de *vício de origem* da ação. Após a GKPN trazer emergencialmente os fiéis de igrejas parceiras na Ucrânia, esses primeiros grupos podem ter incentivado outros a chegarem posteriormente, criando uma rede migratória que acabou canalizando a GKPN como um meio de salvação para evangélicos na Ucrânia, ainda que os objetivos da rede fossem mais amplos que isso. Em uma das cidades

¹⁰⁰ Retirada da matéria “Chegada de ucranianos a Curitiba tem culto, blindagem e expectativa de recomeço”, no site da Folha de S. Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/03/chegada-de-ucranianos-a-curitiba-tem-culto-blindagem-e-expectativa-de-recomeco.shtml>. Acesso em: 19 dez. 2025.

¹⁰¹ Entrevista de campo concedida em 3 abr. 2025.

¹⁰² Entrevista de campo concedida em 5 abr. 2025.

que receberam ucranianas, por exemplo, todas as pessoas eram evangélicas e de um mesmo núcleo familiar ampliado, vindo da mesma cidade na Ucrânia. Assim, em casos como esse, a própria rede de igrejas parceiras da GKPN, enquanto principal meio de captação de migrantes para essa ação, pode ter acabado por definir o perfil majoritário dos grupos que chegaram ao Brasil.

“Isolamento” ou “proteção”? Discursos conflitantes no acolhimento a migrantes

Ao proceder à coleta de dados nesta pesquisa, me deparei com uma variedade de discursos e qualificações a respeito da ação da GKPN junto às migrantes ucranianas. Algo que era em certa medida esperado, dadas as diferentes origens, fundamentos éticos e visões de mundo dos atores que, conforme indicações trazidas pela pesquisa exploratória, haviam interagido durante o atendimento a tais migrantes: de um lado, igrejas evangélicas que gerenciaram sob seus preceitos religiosos o que foi publicizado como uma ação humanitária; de outro, uma comunidade ucraniana enraizada e fundada nas tradições e costumes da primeira onda migratória com direção ao Brasil, ainda no século XIX, que incluem a organização em torno de igrejas católicas greco-romanas. Indicações da existência de conflitos entre essas duas partes na disputa pela legitimidade para liderar a recepção às ucranianas surgiram cedo ao iniciar os contatos visando à pesquisa de campo, e se inserem num contexto de múltiplos interesses envolvidos em meio às oportunidades oferecidas pela retração estatal (e paralela ascensão dos atores civis) na governança migratória. Esses diferentes interesses aparecem refletidos nos discursos utilizados por esses grupos para constituir, nomear e determinar condutas, visando fazer valer posições de poder em meio ao “jogo estratégico entre liberdades” (Foucault, 2004, p. 285) que constitui, em importante medida, a governamentalidade. Como veremos, termos imputados por atores diversos para classificar a relação entre igrejas e migrantes, como “proteção”, “isolamento”, “liberdade” e outros, visam, mais do que descrever ações, firmar posições legítimas perante o que se discute – e o que, no passado, se praticou.

O que se pretende aqui não é chegar à uma pretensa verdade factual que repouse em algum lugar desse espectro discursivo; mas sim entender como tais discursos, e suas respectivas contradições, revelam aspectos importantes de um processo migratório que teve efeitos simbólicos significativos: apesar do baixo número de pessoas envolvidas, recebeu atenção midiática devido ao espaço que o conflito entre Rússia e Ucrânia ocupava nos noticiários; mobilizou o governo brasileiro para a disponibilização de um novo VH; e teve grande importância para esses grupos que disputaram a proeminência em sua concretização, à medida

em que estava em jogo, para ambos, a reivindicação de uma *legitimidade para se fazer o que se faz*, com efeitos concretos para as dinâmicas da governança migratória praticada no Brasil.

Essa disputa em solo brasileiro se iniciou pouco após invasão da Ucrânia pela Rússia. Diante das notícias sobre a guerra e o fluxo migratório iniciado por ela, os descendentes de ucranianos no Brasil começaram rapidamente a organizar esforços para ajudar, de formas diversas, seus compatriotas. Já no dia 3 de março, foi oficializado o lançamento do Movimento Humanitas Brasil-Ucrânia, capitaneado pela Representação Central Ucraniano-Brasileira (RCUB). Participavam, além desses membros tradicionais da comunidade ucraniana no Brasil, atores da iniciativa privada e representantes de instâncias governamentais locais do Paraná, também de origem ucraniana; e representantes de organizações evangélicas atuantes na recepção de migrantes internacionais sem vínculo étnico ou nacional estabelecido com a Ucrânia¹⁰³.

Com o propósito de “ajudar o povo ucraniano que sofre em decorrência dos ataques relacionados à invasão do exército russo”, o Humanitas participou das primeiras iniciativas de envio de doações humanitárias à Ucrânia a partir do Brasil, utilizando aviões da Força Aérea Brasileira. Integrantes do movimento relataram dificuldades nesse processo, tanto devido a questões sanitárias, com burocracias que dificultavam o envio de medicamentos, quanto à própria falta de meios para enviar os materiais, esbarrando na longa distância e na recusa de companhias aéreas e marítimas em fazer o transporte. Com isso, os esforços de doações passaram a se concentrar no envio de recursos financeiros. Chegou a ser desenvolvida uma plataforma eletrônica que conectaria diretamente famílias ucranianas em necessidade e brasileiros interessados em ajudá-las financeiramente, mas a iniciativa foi freada pela falta de meios para garantir a confiabilidade na destinação das doações.

Outra forma de possível ajuda gerou grande expectativa nesses atores: a de receber e ajudar, no Brasil, famílias ucranianas que fugiam da guerra. Esperava-se poder receber um grande número delas, confiando no que essa comunidade ucraniana considerava serem laços fortemente estabelecidos entre ucranianos de lá e descendentes daqui.

A: fui chamada para trabalhar junto com os refugiados aqui, ucranianos, que a gente esperava que viessem umas 50 mil pessoas. (...) A gente conseguiu, junto com a comunidade, levantar justamente lugar para 50 mil pessoas no Paraná inteiro.

Rafael: Mas por que havia expectativa de tanta gente vir para o Brasil?

A: a gente achou que viriam porque aqui tinha a comunidade ucraniana e, na verdade, não vieram. A maior parte ficou na Europa porque querem voltar logo, estão lá. (...)

¹⁰³ Ver “Lançado o Movimento Humanitas Brasil-Ucrânia” no site da Metrópolia Católica Ucraniana São João Batista, disponível em: <https://metropolia.org.br/noticias/lancado-o-movimento-humanitas-brasil-ucrania/>. Acesso em 18 dez. 2025.

No fim, não vieram tantos. teve uma expectativa muito grande da comunidade, uma comoção grande, toda essa preparação, e, no fim, não vieram tantos.¹⁰⁴

Enquanto tais planos eram feitos, representantes evangélicos que faziam parte do Humanitas se ligaram a outra iniciativa que pretendia trazer ucranianas ao Brasil: as igrejas ligadas à GKPN, representadas localmente pela PIB-C. Um canal de contato entre Humanitas e GKPN foi estabelecido para realizar esforços conjuntos no início de março de 2022, mas divergências surgiram logo. No centro desse desentendimento estava uma disputa velada sobre quem lideraria esse acolhimento, uma vez que ele se desenhasse possível: enquanto a comunidade ucraniana se julgava legitimada para estar em tal posição devido à sua ligação histórica com o país e à rede de contatos estabelecida entre os vários descendentes de ucranianos no Brasil – que seriam, imaginava-se, atores naturalmente habilitados para prestar apoio aos que chegassem do país em guerra –, as igrejas percebiam que não precisavam dessa bagagem para seguir com seu plano: elas tinham os recursos financeiros exigidos para essa operação, obtidos junto aos parceiros religiosos e privados da GKPN e em campanhas de doações junto aos fiéis; e meios de mobilizar essa chegada, com os contatos feitos por Elias Dantas na Ucrânia e com as próprias igrejas no Brasil servindo como infraestruturas iniciais de recepção. No meio desse caminho, a interlocução próxima da GKPN com o governo brasileiro de então facilitaria os trâmites migratórios, com a emissão dos VH mediante a assunção, pelas igrejas, da responsabilidade pela manutenção do bem-estar das pessoas que chegariam.

A “ajuda” da comunidade ucraniana esperada pelas igrejas era, na verdade, circunstancial e praticamente resumida à tradução nas interações entre ucranianas e brasileiros. Enquanto isso, a comunidade de origem ucraniana esperava poder usar sua capacidade de mobilização para viabilizar o plano desses atores de receber essas pessoas com o apoio dos descendentes locais. Perceber que estavam ficando em segundo plano na ajuda a seus compatriotas gerou profunda insatisfação nesses atores, que passaram a acreditar que estavam sendo usados oportunisticamente pelas igrejas:

O nosso entendimento era que de fato eles queriam fazer esse vínculo, nos ajudar nesse sentido, mas eles não deixaram isso claro. Então nós imaginamos que eles queriam fazer todo esse trabalho de dar esse suporte, Mas diante disso, eles desenvolveriam algum trabalho, algum projeto e entrariam com pedido de ajuda do governo federal. Só que para nós isso não ficou claro, sabe? Então, acredito que pelo fato de nós sempre insistirmos nas reuniões, “qual vai ser efetivamente o trabalho de vocês? O que é? O que de fato vocês farão? Vocês acolherão? Terão famílias que acolherão? Terão casas de retiro, casas que possam realmente dar esse suporte? Terão médicos?”. Sabe, sempre fazíamos as perguntas e eles falaram “não, vamos ajudar no transporte”, [e nós perguntávamos] “mas como é o transporte? Quando vocês vão pagar o transporte, vocês buscarão esses, esses refugiados no aeroporto, e do

¹⁰⁴ Entrevista de campo concedida em 10 jan. 2025.

aeroporto, levarão para a Polícia Federal, na Receita Federal e levarão para o destino deles”, de acordo com esse cadastro todo que nós tínhamos? Então eles nunca conseguiram nos esclarecer sobre isso. Aí que, de tanto nós pressionarmos querendo saber, eles realmente pularam fora, desistiram do trabalho.¹⁰⁵

Um episódio específico simbolizou esse descontentamento da comunidade ucraniana: a produção de uma cartilha com informações sobre o Brasil, a história da imigração ucraniana no país e os direitos de migrantes internacionais no país – bem como os procedimentos necessários para permanecer no Brasil, seja pela Autorização de Residência para fins de acolhida humanitária ou pela solicitação do status de refugiado. Integrantes do Humanitas dizem que produziram esse documento a pedido de representantes das igrejas, que mantinham contatos com o governo brasileiro. Mas, no documento publicado¹⁰⁶, que tem assinatura do referido ministério e da Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Humanitas não foi creditado ou mencionado, gerando revolta nesse grupo.

Nós, da nossa parte, ficamos muito sentidos porque, por exemplo, eles colaboraram lá, (...) eles intermediaram lá um trabalho que, na verdade, foi feito pelo nosso comitê, o nosso pessoal, que foi a tradução também para o ucraniano de uma cartilha do refugiado. Então, se você pegar essa cartilha lá, você vai encontrar o nome, a sigla de todas as instituições, menos a instituição da nossa comunidade. Colocaram os nomes individuais de quem ajudou na tradução, mas o nome da nossa instituição como Representação Central da comunidade ucraniana e o Comitê Humanitas não foi colocado.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Entrevista de campo concedida em 22 jan. 2025.

¹⁰⁶ Chamado oficialmente de “Cartilha de Direitos Humanos para Ucranianos Migrantes e Refugiados no Brasil”, foi lançado em 27 de junho de 2022.

¹⁰⁷ Entrevista de campo concedida em 14 jan. 2025.

FIGURA 10 – Capa da cartilha de direitos humanos para ucranianos migrantes e refugiados no Brasil



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – governo do Brasil

O episódio marcou o florescimento dessa insatisfação por parte da comunidade ucraniana, que, para além do crédito formal pela participação na elaboração da cartilha, esperava ser reconhecida como ator central no recebimento das migrantes que chegariam ao Brasil naquela época. No entanto, tal grupo foi deixado de lado pelas igrejas que viabilizavam a migração, sobretudo depois que esse desentendimento inicial se converteu em discussões acaloradas no ambiente virtual em que ambas as partes se reuniam – o que culminou na dissolução completa da colaboração.

Por sua vez, os representantes das igrejas relacionam o rompimento de relações justamente ao que consideraram um ambiente hostil promovido pelos representantes da comunidade ucraniana, exemplificado em preconceito contra os evangélicos e posicionamentos que consideravam como de ordem política. Essa explicação se direciona principalmente a uma pessoa da comunidade ucraniana que vocalizou as insatisfações de seu grupo contra as igrejas.

O problema é o seguinte. Tinha um cara que (...) fazia parte do grupo, e o cara começou a centralizar e ser o figurão. E isso não no lado do pastor Elias, mas nesse grupo, que é geral, um grupo de todos que iam ajudar, onde havia várias pessoas ucranianas, pessoas representativas de órgãos. Mas esse cara começou a... Realmente a gente percebia que era ele que aparecia, ele que queria decidir, ele que queria estar

à frente. E não funcionam assim as coisas. Então eu percebi uma dissolução onde nós saímos desse grupo. Saímos literalmente. Não fizemos mais parte desse grupo. Tanto é que esse grupo não foi para a frente.¹⁰⁸

Igrejas e comunidade ucraniana passaram então a trabalhar separados. E embora os últimos tenham elaborado seu próprio plano de recebimento de compatriotas no país, possibilitando acolhimento a algumas pessoas que chegaram por meios alheios à ação das igrejas, e ajudando a elaborar o programa do governo paranaense que recebeu pesquisadoras ucranianas em convênio com universidades do Estado, esse grupo acabou afastado daquela que foi a principal iniciativa para receber migrantes ucranianas no Brasil.

O ressentimento em meio à comunidade ucraniana cresceu conforme se observou a chegada das migrantes e o tratamento inicial dado pela GKPN a elas. Enquanto realizava grandes eventos para celebrar a chegada das ucranianas e demonstrar sua capacidade de organização e o alcance de seus recursos, atendendo tanto a curiosidade dos fiéis que colaboravam financeiramente quanto a da imprensa que ainda cobria com destaque os desdobramentos da guerra entre Rússia e Ucrânia, a rede de igrejas buscava blindar as migrantes de contatos externos e prover por conta própria todas suas necessidades. Essa postura – parte de uma estratégia de inserção desses atores na governança migratória, conforme comentado no capítulo 1 – ficou evidente no processo logístico que envolveu o recebimento das pessoas que ficaram em cidades paranaenses: após chegar ao Brasil, elas eram mantidas por algumas semanas em uma chácara, onde eram prestados, por médicos trazidos pela igreja, cuidados iniciais. Também nessa fase, foi feita pela PIB-C parceria com órgãos públicos para a vacinação em massa das migrantes contra a Covid-19. A necessidade de isolamento temporário foi justificada pelas igrejas como uma espécie de quarentena para evitar o espalhamento desse vírus ou a piora de condições médicas que as migrantes traziam consigo. Após esse período, elas eram encaminhadas à cidade que os receberia em definitivo, sob cuidados da igreja local.

Esse arranjo deu início a uma percepção, por parte de membros comunidade ucraniana, de que GKPN e igrejas trouxeram as ucranianas ao Brasil para as manterem isoladas de qualquer contato com pessoas de fora do ambiente religioso – nos depoimentos mais extremados, comparações foram feitas com comunidades terapêuticas¹⁰⁹. Essa percepção se tornou dominante entre membros desse grupo conforme o atendimento das igrejas às migrantes

¹⁰⁸ Entrevista de campo concedida em 14 mar. 2025. Trecho editado para evitar a identificação de pessoas.

¹⁰⁹ Instituições que oferecem “acolhimento e tratamento – via internação – para pessoas com transtornos decorrentes do uso problemático de substâncias psicoativas” (Cortez *et al.*, 2020, p.5) e que em sua grande maioria são administradas por OSCs evangélicas com recursos do Estado. São constantemente alvo de críticas pelas práticas isolacionistas dirigidas aos internos, bem como pelo teor proselitizante de sua abordagem religiosa.

se desenvolveu: aspectos como a residência das famílias em um mesmo edifício e o uso de um veículo para as levarem, todas juntas, a cultos ou eventos sociais eram entendidos como uma blindagem proposital do “rebanho das igrejas” a contatos externos, enquanto a exposição seletiva à imprensa ou às comunidades locais, em eventos promovidos pelas igrejas, geravam a impressão de que igrejas tratavam migrantes como “animais de circo”¹¹⁰. Esse descontentamento da comunidade ucraniana levou a questionamentos sobre eventuais maus tratos e violação de direitos das migrantes, a quem essas pessoas não conseguiam acessar; e o dito “isolamento” das migrantes pelas igrejas se tornou a maior queixa dessa comunidade em relação à atuação da GKPN, bem como o principal ponto de dissonância entre depoimentos dos dois grupos ao longo da pesquisa de campo.

Algumas ocasiões simbolizam essas alegações e apareceram em múltiplos depoimentos feitos a mim. Uma delas foi um evento realizado em Guarapuava (PR) pela GKPN em maio de 2022 para receber, na presença de dezenas de migrantes, embaixadores e outros representantes diplomáticos de diversos países visando mostrar os cuidados que as igrejas estavam tomando com as ucranianas. Estiveram presentes diplomatas representando Ucrânia, Estados Unidos, União Europeia, Canadá e Reino Unido. Além de conhecer formalmente as ucranianas e ouvir seus relatos sobre a fuga da guerra e a acolhida em solo brasileiro, eles visitaram os apartamentos de algumas famílias – cujas adultas falavam inglês e assim puderam interagir com praticamente todos. A imprensa foi convidada e algumas reportagens, em tom positivo e laudatório à ação das igrejas, bem como trazendo elogios dos embaixadores à “tradição acolhedora” do Brasil, foram publicadas¹¹¹. Ao relembrar o episódio, interlocutores na comunidade ucraniana criticaram o que entenderam como o caráter exploratório desse evento em relação à imagem das migrantes: apontou-se que foram usadas como trunfo midiático para as igrejas e, com essa aparição pública, a GKPN se blindou de permitir novos e mais aprofundados contatos posteriormente.

E isso, com isso, por exemplo, de Guarapuava, de levar tantas autoridades e tudo, era um... (...) era muita publicidade, muita coisa, como se tivesse um troféu de guerra que você mostrasse e tal, tudo. Então, achei algo muito... como se tivesse uma espetacularização, glamurização de receber o refugiado, tudo isso me chocou.¹¹²

¹¹⁰ Tanto essa expressão quanto a anterior entre aspas foram literalmente usadas por pessoas interlocutoras nas entrevistas para descrever a ação da GKPN.

¹¹¹ Ver “Refugiados ucranianos recebem visita de embaixadores” na plataforma Globoplay, disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10573417>; e “Ucraniana refugiada em Guarapuava se emociona em visita de embaixadores: ‘Depois de tudo, as pessoas sorriem pra você’” no portal G1, disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2022/05/12/ucraniana-refugiada-em-guarapuava-se-emociona-em-visita-de-embaixadores-depois-de-tudo-as-pessoas-sorriem-pra-voce.ghtml>. Acesso em: 18 dez. 2025.

¹¹² Entrevista de campo concedida em 14 jan. 2025.

Independentemente das questões concernentes à relação entre comunidade ucraniana e GKPN, o episódio é característico de uma estratégia de publicizar a atuação social das igrejas, visando ganhar credibilidade junto à sociedade por seu atendimento às migrantes. Elementos de tal postura são: a realização do evento em uma das igrejas participantes da ação; a convocação dos embaixadores de potências geopolíticas do Norte Global que tomavam, naquele momento, a posição em defesa da Ucrânia, além da imprensa local; e a escolha de uma das poucas migrantes (segundo depoimentos do campo) que falavam inglês fluente para simbolizar esse momento. Foi um dos exemplos claros de utilização midiática do humanitarismo por parte das igrejas encontrados durante a pesquisa, com vistas a se credibilizar como atores humanitários ilibados. A menção à “tradição acolhedora” do Brasil com a emissão dos VH, por outro lado, reforça como o caso atua a favor dos atores estatais que estimulam a inserção de atores civis na governança migratória. Eventos para “comemorar” a chegada e o acolhimento às ucranianas pelas igrejas foram realizados em várias das cidades participantes da ação da GKPN¹¹³.

FIGURA 11 – Recepção a ucranianas na Primeira Igreja Batista de Curitiba



Fonte: José Fernando Ogura/Governo do Estado do Paraná¹¹⁴

¹¹³ Ver, por exemplo, o caso de Maringá, no vídeo “Refugiados ucranianos são recebidos com festa na Unicesumar em Maringá”, no canal da TV Unicesumar no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=0GXdDHIJjBA>. Acesso em: 17 dez. 2025.

¹¹⁴ Imagem original na matéria “Paraná recebe 29 refugiados da guerra na Ucrânia e cria força-tarefa com serviços de apoio”, no site do Governo do Estado do Paraná: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Parana-recebe-29-refugiados-da-guerra-na-Ucrania-e-cria-forca-tarefa-com-servicos-de>. Acesso em: 19 dez. 2025.

Em outro episódio gerador de diversas queixas, a GKPN foi acusada de não permitir aos cônsules honorários ucranianos, pessoas de tradicional atuação na comunidade que assessoram informalmente a embaixada ucraniana no Brasil, de ter acesso às migrantes que foram levadas a São José dos Campos (SP). A pedido da embaixada, os cônsules buscavam conhecer as condições de atendimento dessas pessoas, obter seus documentos e muni-las dos contatos das representações oficiais ucranianas no país, caso necessitassem de apoio. Foram relatadas dificuldades no contato com o grupo que ficou no interior paulista, devido a resistência dos representantes da igreja local.

Então, eles nos blindaram para falarmos com esses refugiados. Mas nós tivemos uma situação em São Paulo onde o cônsul, nós tivemos que acioná-lo porque uma ucraniana entrou em contato com uma pessoa que conhecia alguém do Brasil, e essa pessoa entrou em contato com o Comitê Humanitas e falou que estavam com dificuldades de comunicação e tudo mais. E então pediram ajuda. Foi quando conversei com uma ucraniana que fala muito bem o português, fala inglês, e ela esteve sempre à disposição. E junto com o cônsul eles foram até o local que eles estavam hospedados, que era um... acho que era uma chácara de retiros, né? E lá, quando eles chegaram, os ucranianos queriam conversar com eles, falar, explicar, pedir, perguntar. Estavam cheios de dúvidas. E as pessoas que estavam ali orientando eles na casa, né, que estavam cuidando deles, não permitiam que eles conversassem. Foi quando então o cônsul se posicionou, falou "Olha, eu estou aqui representando a embaixada, né? E estou com uma tradutora que conversará, verificará a documentação deles, e precisa saber quais são as dúvidas deles, né?". E imediatamente esse pastor apareceu lá. Assim, passou uma hora, né, daquela conversa, tentaram desvirtuar a conversa, né? Mas enfim, não sabemos o motivo que eles estavam blindando essas pessoas, né? Qual era a razão.¹¹⁵

Tais episódios reforçaram a impressão negativa da comunidade ucraniana em relação às igrejas. E deram margem a conclusões agregadas a tais observações, como as de que as migrantes eram mantidas à margem dos serviços públicos ou que eram proibidas de fazer contato com qualquer pessoa externa às igrejas. Essa impressão negativa se aprofundou nos meses seguintes, conforme as ucranianas, já vivendo nos apartamentos cedidos a elas, eram transportadas coletivamente para os templos, e os convites para conhecerem os sítios históricos ligados à cultura ucraniana eram declinados. Ávida por aprofundar o contato com as migrantes recentes, a comunidade ucraniana em Curitiba e Prudentópolis acumulou frustrações por não conseguir atingir esse objetivo. Em um dos casos relatados, uma tentativa de aproximar migrantes novas e descendentes antigos de ucranianos por meio da culinária teria fracassado por iniciativa do pastor da PIB-P:

P: Um fato que aconteceu muito inusitado. Nós pensamos, “vamos aproveitar o povo, né? Oferecer para elas”. Elas podiam fazer uma culinária ucraniana típica, e aí a gente paga para elas. Sabe, queríamos integrar. Conversamos, né? Tudo acertado. E elas ficaram felizes da vida e já estavam procurando – a mulher já passou todos os ingredientes que era para comprar e tudo mais, que elas iam em três ou quatro, né?

¹¹⁵ Entrevista de campo concedida em 22 jan. 2025.

Iam dar o curso para a comunidade que quisesse, mas seria no [local do evento]. Fomos lá, fizemos visita, tudo. E aí o pastor não permitiu, disse "quem quiser fazer o curso, elas vão dar curso lá na Igreja Batista". Então, isso seria para a comunidade em geral. (...) As pessoas se inscreveram, pagaram inscrição para fazer o curso de culinária. E na última semana.... não tinha, não saiu o curso. Então a gente percebeu nesse sentido, entendeu?

Rafael: Isso você ouviu, de que a igreja não permitiu, você ouviu diretamente do pastor, ou foi a pessoa?

P: Não, a pessoa, a pessoa mandou por escrito... que o pastor não permitiu. Que ele disse que eles vão oferecer cursos lá [na igreja]. Inclusive eles montaram cozinha, eles ganharam uma cozinha industrial de Curitiba de alguém, né? Inclusive, ele veio oferecer para nós a parte da cozinha que não coube lá. Eu disse "mas nós não temos onde por, né?". Não sei se era... de uma das linhas, toda inox, toda, toda bem-feita. E eles montaram um restaurante lá em cima, uma cozinha. Então acho que eles montaram lá um espaço pra eles fazer as refeições. Acho que eles fazem, né, você pode ir lá, compra ingresso e pode se alimentar lá. Mas assim, para nós, o único baque foi esse que, esse realmente o pastor não permitiu porque ele falou que eles vão oferecer lá dentro.¹¹⁶

Porém, em outros contextos, a participação das migrantes em eventos era permitida, e até incentivada:

P: Por exemplo, tinha FENAFEP, a Festa Nacional do Feijão Preto¹¹⁷, que era em agosto. Então, tudo, tudo o que vinha o pessoal comprava, assim, 30 reais o pedaço, porque era dos refugiados, entendeu? Sabe, todo mundo quis ajudar.

Rafael: Aí dessa eles participaram?

P: Isso, na FENAFEP. E na praça também. Porque aqui tem a Feira do Agricultor de manhã, no sábado de manhã, a partir de 6h30, todo sábado tem. Os agricultores trazem seus produtos a partir das seis, seis, seis e meia já começam a vender. Então elas traziam também para vender aqui. Então, tipo, a gente tentou, assim, de incluir em tudo o que deu, né? Porque nem tudo era permitido, né?

A “proibição” do pastor, assim, não era absoluta como indicado na fala sobre o outro evento. No mínimo, a depender do local e da ocasião, a participação das migrantes e um contato maior delas com a comunidade local aconteciam. Pode-se considerar que tal cálculo acontecia em termos de um possível *controle de danos*: em vez de enviar as migrantes a uma atividade externa gerida por estranhos em local terceiro, a igreja preferiu realizá-la em seus próprios domínios – já que tinha os meios para isso –, onde elas seriam supervisionadas mais de perto. Em outros casos em que o ambiente já era conhecido – como o da Festa Nacional do Feijão Preto, que aconteceu com grande presença dos habitantes da cidade em um conhecido centro de eventos – não havia restrições.

¹¹⁶ Entrevista de campo concedida em 3 abr. 2025.

¹¹⁷ Prudentópolis se destaca economicamente pela produção de feijão preto. A referida Festa celebra essa cultura anualmente em um grande evento. Sobre isso, ver a notícia “Desfile com megapanela e 2 mil kg de ingredientes para feijoada gigante: conheça peculiaridades de festa tradicional do Paraná”, no portal G1, disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2025/08/14/desfile-com-megapanela-e-dois-mil-quilos-ingredientes-feijoada-gigante-conheca-peculiaridades-festa-tradicional-parana.ghtml>. Acesso em: 18 dez. 2025.

Os elementos já mencionados da ação da GKPN, enquanto um projeto para se legitimar como atores *humanitários*, permitem sugerir que a exposição das ucranianas acontecia a depender dos efeitos imaginados que tal ocasião teria para essa imagem cultivada pelas igrejas. O evento em que a participação das migrantes foi cancelada de última hora seria apenas para as migrantes e parte da comunidade ucraniana, enquanto a FENAFEP é um evento tradicional de Prudentópolis, realizado paralelamente à comemoração do aniversário da cidade, e que reúne grande público. Diante dessa audiência, e estimulando a produção gastronômica das ucranianas, poderia ser dado mais um passo na exposição dos efeitos positivos do atendimento das igrejas. Contribui para tal afirmação o convite feito pelo prefeito de Prudentópolis à época ao presidente da República Jair Bolsonaro para comparecer à Feira. Em ofício enviado ao mandatário, o prefeito afirmou:

Assim, temos a honra de dirigir o presente expediente à Vossa Excelência, para convidá-lo a estar presente conosco nesta oportunidade, prestigiando este grande evento de toda a nossa região, sendo também recepcionado pela nossa comunidade ucraniana e pelos refugiados que encontram-se acolhidos em nosso município, vindos da Ucrânia.¹¹⁸

Bolsonaro não foi a Prudentópolis na ocasião – compareceu à cidade apenas no mês seguinte, em setembro, durante sua campanha presidencial. Não há registro de encontro do ex-presidente com as migrantes ou representantes das igrejas. Mas o convite feito pelo prefeito – buscando atraí-lo utilizando a imagem das ucranianas deslocadas pela guerra – combinado à participação delas na feira vendendo seus alimentos sugere que, caso Bolsonaro atendesse ao convite, a ocasião seria usada estrategicamente, possivelmente em parceria com as igrejas.

Assim, a comunidade ucraniana ficou, de maneira geral, à margem do principal fluxo migratório envolvendo sua nacionalidade para o Brasil em um momento de especial tensão para eles. Sem encontrar formas de estabelecer os contatos culturais desejados, não conseguiram ser, para essas pessoas, a presença confortadora que suas próprias famílias, também migrantes forçadas décadas atrás, não tiveram no passado; nem mostrar, da forma como desejavam, a essas ucranianas como mantinham as tradições de seus antepassados em um país distante por tanto tempo. Mais: viram o papel de principal ajudante das migrantes ficar com atores que eram estranhos à sua realidade e à sua noção de *ucraneidade*: igrejas evangélicas que em sua visão atravessaram, com acordos ocultos, interesses próprios e grandes somas de dinheiro, um processo que eles esperavam liderar. Como me disse uma pessoa interlocutora, as igrejas

¹¹⁸ Ver “Ofício nº 322/2022” da prefeitura de Prudentópolis, disponível em: <https://folhadeirati.com.br/wp-content/uploads/2022/09/1dba54e0-prudentopolis-oficio-convite-fenafep-presidente-bolsonaro.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2025.

“queriam a ajuda, queriam a doação, mas não queriam que ninguém tivesse contato com eles [migrantes]. Isso foi... bem, isso foi o pior para nossa comunidade, sabe? Foi o mais duro para nossa comunidade.”¹¹⁹

Por sua vez, a GKPN e as igrejas participantes do atendimento enxergam suas ações como cuidados necessários para garantir a segurança das pessoas pelas quais estavam se responsabilizando. Representantes das igrejas negam que tenham exercido qualquer imposição restritiva à mobilidade e às interações das ucranianas, mas ressaltam que havia a preocupação em mantê-las unidas como grupo, dado o contexto vulnerável de sua migração; e que essa opção acabava sendo bem recebida por elas, dado que já eram familiares ao ambiente evangélico e que criaram um círculo social próprio em suas igrejas. Uma reportagem publicada na ocasião da chegada do primeiro grupo de ucranianas ao Brasil reflete essa argumentação¹²⁰. Nela, a jornalista afirma que “tentou entrevistar os refugiados, mas eles foram blindados pela organização da igreja, que impediu qualquer contato com o repórter. No domingo, os ucranianos foram escoltados até o templo por um cordão de segurança para evitar que a reportagem conversasse com eles”. Mesmo quando uma migrante fluente em inglês teria se disposto a falar com a jornalista, ela “foi impedida pela organização”, de acordo com o texto, que trouxe a justificativa das igrejas para a blindagem: “Entrevista pessoal não, só com a gente aqui. Aliás não tem ninguém que fala português. Eles concordaram em serem filmados, mas sem colocá-los em bloco [cercados por repórteres] porque estão viajando há sete dias. São muitas histórias de dor.”

As lideranças evangélicas interlocutoras da pesquisa dizem também que não havia nenhuma restrição a visitas das migrantes às igrejas católicas tradicionais da imigração ucraniana:

Os ucranianos tinham liberdade total para ir e visitar as igrejas como eles queriam. Mas a maioria, acho que eu já falei, a maioria deles eram da igreja evangélica, praticamente todos. No nosso grupo, eles foram visitar algumas igrejas [católicas], mas eles participaram [religiosamente] conosco [evangélicos]. E eles tinham liberdade para se reunir sozinhos se precisassem, e às vezes faziam isso, mas eles sempre estavam no culto, porque fizeram amizade dentro da nossa igreja.¹²¹

Havia, entre as lideranças evangélicas, forte preocupação com os efeitos de interações externas sobre o destino das migrantes. Esse argumento foi manifestado já no período em que

¹¹⁹ Entrevista concedida em 10 jan. 2025

¹²⁰ Ver “Chegada de ucranianos a Curitiba tem culto, blindagem e expectativa de recomeço”, no site da Folha de S. Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/03/chegada-de-ucranianos-a-curitiba-tem-culto-blindagem-e-expectativa-de-recomeco.shtml>. Acesso em: 19 dez. 2025.

¹²¹ Entrevista de campo concedida em 29 abr. 2025.

os primeiros grupos chegavam ao Brasil, ao citar erros que via na atuação de outras organizações junto a migrantes vulneráveis.

A maioria das organizações sem fins lucrativos, o objetivo deles é tirar da zona de guerra ou de perigo, e colocar numa nova, alocar o grupo para uma nova realidade, e os abandona. As mulheres ucranianas que são tiradas, muitas delas são tiradas da zona de guerra, quando chegam fora, os ônibus estão esperando. E os desonestos, isso é comprovado, estão esperando lá com os ônibus e as direcionam para ônibus, seguram o passaporte, se elas têm o documento, e a partir daí elas são prostitutas sexuais. Já são centenas, senão milhares, de mulheres e crianças. Meninas que estão sendo levadas para as capitais europeias para serem abusadas sexualmente. A maldade humana é uma tragédia. Qual é a resposta para isso? A resposta para isso só está num lugar: na igreja. Então nós temos que montar alguma coisa (...) A igreja, nós temos todos os recursos que nós precisamos para uma tarefa bem-sucedida, integral.¹²²

O discurso dialoga com a estratégia das igrejas, comentada há pouco em relação ao evento em Guarapuava, de garantir uma exposição positiva de sua atuação junto às migrantes. Ao realizar ações sociais, igrejas evangélicas trazem à esfera pública o forte componente moral que costuma acompanhar sua fé, aliando à lógica da compaixão (Fassin, 2012) que caracteriza o humanitarismo um aspecto de retidão moral que deve acompanhar aqueles que trabalham pelo “Reino de Deus”. Essa postura é necessária inclusive para manter o apoio da base de fiéis e dos financiadores à ação, que, apesar de proposta como humanitária, não poderá sobreviver sem satisfazer também aspectos ideológicos de sua base de apoiadores (Elisha, 2011, 2014). Ao mesmo tempo em que buscam se legitimar como os únicos atores capazes de promover, como afirmado acima, “uma tarefa bem-sucedida, integral”, as igrejas precisam se alinhar aos aspectos morais e políticos que permitem que tais ações aconteçam, preocupando-se em não parecer *progressistas demais*. Esse dilema esteve presente em outro episódio relatado por representante das igrejas a mim:

E eu não sei de onde, não tenho ideia de onde apareceu um rapaz na nossa igreja também, que trabalha com o pessoal, não só refugiado, mas imigrante também. (...) Ele apareceu, brotou aqui do meu lado, e ele falava russo. E o ucraniano, a maior parte deles fala o russo ao invés do ucraniano, mas eles entendem as duas línguas. Então foi uma mão na roda também. Então eles iam toda semana na casa dos ucranianos, levavam para passear. Eles só fizeram uma “caca” depois, antes deles irem embora definitivamente, que eles levaram [algumas migrantes] no carnaval de rua aqui. E aí foi um desastre, porque foi um carnaval, eles tiveram que andar, e assim, o pessoal se pegando, o pessoal beijando, essa confusão toda, né? Então isso foi, eles saíram com essa, eu imagino que eles saíram com essa impressão, “ah, então, falam mesmo do carnaval do Brasil, é essa nojeira aqui mesmo”, sabe? (...) Mas assim, foi uma experiência para eles. Tudo vale nessas horas. Conhecer a luz do Brasil e a sombra do Brasil também. Foi muito bom.¹²³

¹²² Ver “O DRAMA DOS REFUGIADOS UCRANIANOS E NOSSA OPORTUNIDADE DE SERVIR! - DR. ELIAS DANTAS | 29.03.2022” no canal da Igreja da Cidade no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=IAqDQVc2hn4>. Acesso em 18 dez. 2025.

¹²³ Entrevista de campo concedida em 17 mar. 2025.

A desaprovação ao contato das migrantes com o carnaval reforça como a missão em que as igrejas se veem como protagonistas não se conforma ao acolhimento afetivo, material e até mesmo espiritual; mas envolve também a observação de normas morais, políticas e econômicas (lembramos também da reprimenda sofrida por uma das migrantes por ter buscado apoio adicional em programas sociais do governo brasileiro) a serem observadas por esses sujeitos e cultivadas junto à sociedade. Segue-se, assim, com o já referido projeto de “cristianização cultural” da sociedade civil (Elisha, 2011, 2014), visando tornar dominantes na esfera pública o código moral que baliza suas ações. Embora de menor repercussão e sem nenhuma gravidade para além da moralidade estrita evangélica, o episódio decorre justamente de um afrouxamento inesperado na “tarefa integral” provida pela GKPN. Evitava-se dar oportunidade a tais acontecimentos garantindo que os voluntários que ajudassem as migrantes nas suas tarefas do dia a dia fossem membros das igrejas – conhecendo, assim, as normas culturais a serem observadas. Mas nem sempre era possível, e, em alguns casos, como no da citação acima, também se buscava ajuda de pessoas de fora, incluindo descendentes de ucranianos em suas regiões que frequentavam igrejas católicas ucranianas¹²⁴ e outras que pudessem ajudar com o idioma falado pelas migrantes – o que deu oportunidade a esses acontecimentos que tiveram caráter insólito para as igrejas. Por outro lado, essa flexibilidade demonstrada em algumas cidades e o bom humor com que a pessoa interlocutora citada acima encarou o episódio, sugerem que tal controle social sobre as migrantes buscada pelas igrejas variou conforme o local e as lideranças locais envolvidas.

Fissuras e insuficiências na ação “integral” das igrejas

Como notado no fim da seção anterior, o controle social pretendido pelas igrejas, seja entendido como “proteção”, como justificado por estas, ou como “isolamento” na visão da comunidade ucraniana, apresentou falhas que colocaram as migrantes ucranianas em situações indesejadas pelos seus benfeitores. Outros casos desse tipo merecem ser relatados, a fim de apontar para os limites de uma ação pretensamente totalizante em meio a uma política que, inserida no contexto da governamentalidade, tende a ser permeada pelos diferentes interesses envolvidos – inclusive os próprios interesses individuais das migrantes.

Apesar de frustrada a expectativa geral da comunidade ucraniana em formar laços com as compatriotas que chegaram em 2022, alguns casos específicos de amizade se formaram. Em

¹²⁴ Isso não aconteceu em Prudentópolis, mas em outras cidades envolvidas na ação da GKPN.

um deles, a pessoa interlocutora Q conheceu uma das migrantes devido à aproximação entre os filhos de ambas na escola. Descendente de ucranianos, Q conhecia o pastor responsável pela PIB-P, mas disse não ter tido resposta dele quando fez contato visando colaborar com a recepção às ucranianas. O que acabou aproximando Q de uma das famílias foi a curiosidade de seu filho por crianças recém-chegadas na escola e que falavam apenas ucraniano. A novidade foi manifestada a Q, que fez contato com a mãe recém-chegada. Foram necessárias algumas tentativas até que houvesse interação mais profícua entre as duas, e o que as acabou aproximando em definitivo foi a disposição de Q em ajudar com uma necessidade rotineira da ucraniana recém-chegada:

Por várias vezes eu tentei contato com elas. Elas estavam andando na rua, daí eu tentava falar, mas elas eram bem fechadas, assim, elas não davam muita abertura para qualquer um, né, tipo “não falo com estranhos”. Até que um dia, de tanto que meu filho insistiu, ele fez eu ir para a escola, eu fui e encontrei com ela lá dentro. E aí eu comecei a falar ucraniano, e aí ela sentiu segurança quando eu comecei a falar ucraniano com ela. E a partir daquele momento nós nos tornamos amigas. Então, a gente dava carona, nós começamos a dar carona para essas crianças. Daí já não era mais só ela, porque assim, eles eram uma “máfia” [rindo]. “Ah, mas você vai dar carona pra ela, tem que levar fulano e fulano também”. “Ah, então tá bom, então fulano e fulano também vão”. Então chegou um dia que a gente estava quase que virando uma van já.¹²⁵

A amizade então formada evoluiu para a ajuda de Q a algumas migrantes com compras e outras interações. Ajuda semelhante à dada em outras cidades em que igrejas que receberam famílias não tinham núcleos de origem ucranianas entre seus fiéis, e assim recorreram ao auxílio de outras pessoas. Em Prudentópolis, havia o pastor ucraniano que cumpria essa função, contribuindo para o maior controle pela igreja local das interações das migrantes – mas, a julgar pelo relato de Q, havia carências que não estavam sendo supridas. “Apesar da igreja dar tudo, teve situações que elas não tinham um tênis, um calçado, nada assim, então, bem precária a situação”.

A partir da confiança obtida dessa família, Q assumiu para si a tarefa de ajudá-la paralelamente ao atendimento prestado pelas igrejas. Afirmar tê-las auxiliado financeiramente, ajudando-as a iniciar os preparos das comidas ucranianas para vender na cidade, além de também tê-las encaminhado para atendimentos no sistema de saúde quando necessário. Além do convívio constante na casa de Q, que era constante e acontecia com conhecimento do pastor local, segundo essa pessoa.

¹²⁵ Entrevista de campo concedida em 3 abr. 2025, assim como as outras declarações da mesma pessoa citadas em seguida.

Com esse contato mais próximo estabelecido, Q notou também estremeceamentos na relação entre igreja e migrantes. Apesar de notar que estas, todas evangélicas segundo sua percepção, participavam com avidez das atividades na PIB-P – o que ela presenciou visitando a igreja algumas vezes –, Q observou como algumas famílias se comportavam de forma mais “rebelde” que outras. Um exemplo era a própria família de sua nova amiga, que, após conhecer à distância uma ucraniana que morava no Rio de Janeiro, foi visitá-la sem que – segundo Q – o pastor da PIB-P soubesse. A situação se complicou quando uma de suas filhas teve um problema de saúde que exigiu tratamentos a altos custos durante a viagem – fazendo com que a igreja fosse avisada e, no fim das contas, precisasse arcar com esses gastos.

Segundo Q, tal situação gerou um desconforto que fez com que a própria igreja desejasse o pronto retorno das ucranianas à Europa assim que possível.

Q: daí teve um... “Por que que vocês foram? Quem que deixou vocês irem?”

Rafael: Que azar, né? Porque bem quando ela viajou teve esse problema...

Q: Ela poderia ter tido aqui, e aí então...

Rafael: E aí passa por rebelde também, né? Por ter viajado e deu errado...

Q: Isso, porque daí ela já tinha aprontado muito, então tipo, por azar... Mas a igreja pagou as custas do... Então, eles não queriam ver [essa família] nem pintada de ouro [ri].

Esse não foi o único relato sobre migrantes que procuraram pessoas da comunidade ucraniana em Prudentópolis a quem se afeiçoaram para viajar sem o conhecimento da igreja local. Segundo outra pessoa que relatou episódio semelhante (que identifiquei pela letra O), esse comportamento se devia, mais do que a uma proibição expressa por parte do pastor, a um receio de criar atritos com seus mantenedores.

Rafael: E vocês viajaram esse período, ela não contou para a igreja dela?

O: Não, ela não contou para a igreja que ela foi. Daí, assim, antes dela voltar para a Ucrânia, né? Ela... Ela foi conhecer a igreja nossa, que é a igreja greco-católica ucraniana aqui, porque eles não podiam ir conhecer.

Rafael: Não podiam? Ela te falou isso? Que proibiam eles?

O: Eu não sei como é que era o sistema lá, mas ela não...

Rafael: O que ela te disse sobre isso? Que realmente a igreja não permitia ou só tinha um medo, um receio?

O: Acho que é um medo e um receio porque eles estavam vivendo às custas da igreja batista, e aí como ir participar de uma outra igreja, sabe? Acho que é como se fosse uma traição, e os ucranianos são muito fiéis nesse lado, sabe? Aí depois, quando ela já soube que ela ia voltar, ela já quis conhecer tudo, tudo, tudo das igrejas. A parte ucraniana, o museu, por exemplo.¹²⁶

Essas situações evidenciam, em primeiro lugar, os limites do atendimento pretensamente “integral” das igrejas às migrantes. Apesar de buscar cercar suas beneficiárias de apoio material e religioso, esse atendimento tinha como consequência a limitação da

¹²⁶ Entrevista de campo concedida em 2 abr. 2025.

formação, pelas ucranianas, de redes sociais diversas que as ajudassem a suprir outras carências proporcionadas pelo deslocamento forçado. A forma como se iniciou a amizade entre Q e uma das migrantes demonstra isso claramente: apesar de ganhar da PIB-P um apartamento mobiliado e ter viabilizada a inserção de seus filhos na escola local, ela tinha necessidades rotineiras – como o deslocamento até a escola – que só foram atendidas pela formação de novas amizades. Já foi amplamente explorado na Sociologia como, no contexto migratório, migrantes com redes sociais mais diversificadas têm maior acesso a recursos, informações sobre emprego e integração social (Massey, 1993; Mendes, Mueller, 2024; Truzzi, 2008b); e também como mulheres migrantes com filhos, como a ucraniana que Q conheceu, tendem a ser penalizadas com a formação de menos laços sociais, resultando, por exemplo, em menor acesso a empregos (Augusti, 2025). Ademais, o caso relatado por Q é um exemplo ilustrativo da complementaridade entre “laços fortes” e “fracos” em relações interpessoais teorizada por Granovetter (1973): enquanto os primeiros – representados, nesse caso, pelas conexões providas pelas igrejas – podem ser vitais para apoio emocional e suprir necessidades primárias, os últimos – incluindo amizades feitas casualmente –, embora menos intensos, têm a importância de trazer às pessoas recursos externos, podendo inclusive permitir a conexão com novas redes.

Além disso, as viagens empreendidas pelas migrantes sem o conhecimento de seus mantenedores – um caso semelhante ao da pessoa que visitou o carnaval, mas com consequências maiores – mostram como esse controle social pode ser furado pelos próprios sujeitos da ação social das igrejas caso elas tenham interesses diversos daqueles delimitados por elas. Este tema diz respeito a importantes consequências do próprio formato desse processo migratório, que também é bastante semelhante ao do recém implementado Patrocínio Comunitário. No regime de governança migratória, em que governos, organizações internacionais, agentes civis e religiosos buscam interagir e maximizar as instâncias de controle sobre as pessoas migrantes visando obter resultados de acordo com seus interesses específicos, podem escapar a essa conta os próprios interesses dessas pessoas, que eventualmente serão distintos de todos esses outros. Mezzadra (2004), ao abordar o “direito à fuga” (*right to escape*) aplicado às migrações, já mostrou que tanto abordagens teóricas sobre fluxos migratórios quanto o próprio sistema que a governa tendem a minimizar a capacidade de agência desses sujeitos, que buscarão, utilizando múltiplas formas de subjetividade, quebrar os padrões e limites pretensamente objetivos que autoridades e outros agentes de controle tentam colocar às suas ações.

Casos como esses, entretanto, mostraram-se minoritários na pesquisa de campo, tanto em relação a amizades mais aprofundadas entre migrantes e moradores locais quanto a episódios de fugas ao comportamento esperado pelas igrejas. Mas não porque se tenha observado uma sintonia completa entre migrantes e igrejas – ficou patente que, para além de alguns passeios turísticos promovidos pelas igrejas e voluntários, poucas oportunidades de interação social foram promovidas pelas parceiras da GKPN. O que o campo indica é que, passado o clima de “novidade” da chegada das ucranianas, as próprias igrejas deixaram de procurar oportunidades de expor a sua *boa ação*, e também as migrantes pareceram pouco motivadas a buscar situações e interações que tivessem o potencial de estender sua estada no Brasil. O que traz indícios sobre problemas na sua adaptação ao país que não puderam ser endereçados pela GKPN a tempo ou de forma a mantê-las no país por mais tempo após encerrado o período de um ano previsto para a ação.

Embora não seja possível afirmar categoricamente o que convenceu a maior parte das ucranianas a escolher a migração para o Brasil em 2022, os depoimentos disponíveis e elementos como a religiosidade das migrantes levam a crer que migrar com o apoio de uma organização de sua fé, e que garantisse apoio material a médio prazo, trazia uma oportunidade de se manter em segurança e com alguma qualidade de vida. Mas, assim como ucranianas nos países europeus, as que vieram ao Brasil nutriam igualmente, naquele primeiro ano de guerra, esperanças de retorno rápido ao seu país.

Entre as mais de 6 milhões de pessoas deslocadas internacionalmente a partir da Ucrânia após a invasão russa, o maior contingente permaneceu na Europa – realidade que ainda persiste, com o número de pessoas se refugiando fora do continente europeu representando, hoje menos de 10% do contingente que está na Europa¹²⁷. Embora a prioridade desses deslocados seja permanecer em segurança nos países que os receberam, a intenção de retorno uma vez que fosse considerado seguro sempre esteve presente. Relatórios do ACNUR periódicos sobre a situação dos ucranianos em deslocamento forçado mostram que, em maio de 2022, 81% expressavam essa esperança (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2022). Em agosto de 2024, o percentual caiu para 61%, refletindo a resignação frente ao prolongamento do conflito (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2024), mas ainda representando uma alta expectativa de retorno quando possível. Cumprir esse desejo é mais fácil quando se está perto de casa – um dos elementos que ajudam a explicar as dinâmicas de regionalização de

¹²⁷ Ver o portal “Ukraine Refugee Situation” no site do ACNUR: <https://data.unhcr.org/en/situations/ukraine>. Acesso em: 3 dez. 2025.

fluxos migratórios já comentadas neste trabalho e, conseqüentemente, porque poucas pessoas se interessaram em vir ao Brasil em 2022.

Foram vários os relatos que mencionaram uma expectativa de retorno rápido das migrantes no Brasil para a Ucrânia. Eles vieram tanto de representantes das igrejas quanto de outras pessoas que tiveram significativa interação com elas.

Quando eles chegarem, eles estavam fugindo das bombas, e cada família tem sua história dolorida. Então, nos primeiros dias, semanas, nós ouvimos várias histórias, abraçamos eles, choramos juntos. E eles perguntavam assim: "quando nós vamos poder voltar para a Ucrânia?" E a resposta foi "quando vocês quiserem". Então [percebemos que] todo mundo estava pensando que guerra logo iria acabar. Então eles já chegaram com uma ideia de que iriam voltar.¹²⁸

Para colaborar com a integração das ucranianas ao Brasil, a GKPN prometia, além da ajuda material e apoio espiritual, ajuda na busca por emprego e aulas de português. As aulas foram providenciadas logo após a chegada dos grupos, buscando diferentes perfis de professores a depender da disponibilidade em cada cidade: em alguns casos, membros da PIB-P descendentes de ucranianos assumiram essa tarefa; em outras cidades, foram buscados fiéis que haviam morado na Ucrânia ou na Rússia ou professores de carreira com conhecimento dos idiomas desses dois países. Os relatos sobre esse processo diferem, como se pode ver nos exemplos abaixo. Enquanto membros da comunidade ucraniana dizem que o ensino e a consequente adaptação foram precários (primeiro exemplo), representantes das igrejas afirmam que foi possível ensinar de forma satisfatória, considerando as condições não ideais da migração (segundo exemplo):

Foi muito difícil a adaptação deles. O idioma português é muito difícil para eles. Tiveram muita dificuldade. E assim como eles sabiam – e a intenção deles realmente era de não permanecer no Brasil. Então não existia o esforço para aprender o português.¹²⁹

...

Depois que eles chegaram, eu já fui atrás de uma professora para português, para eles aprenderem o português, para dar mais autonomia para eles. Porque, a princípio, essa parceria da GKPN é de um ano. Um ano vocês têm casa, comida e roupa lavada. [A pessoa dizia a eles] "Se vocês quiserem ficar no Brasil ou em qualquer outro país, aí vocês precisam arrumar emprego, né?" Esse movimento, realmente. Então, a nossa igreja, pelo menos um ano eles iriam ficar. E a gente não tinha como ficar o tempo todo com eles, né? Não no sentido de que a gente não tinha esse tempo disponível. Mas é que é até constrangedor, né? Como se eles precisassem de babá o tempo todo. Então, a gente pegou uma professora, ela ensinava português. Então, foi bem legal. Toda semana, eles tinham duas vezes aula de português. Então, isso que era gostoso. Eles eram bem assim, sabe? Eles iam e encaravam o desafio. (...) . É na casa deles,

¹²⁸ Entrevista de campo concedida em 29 abr. 2025.

¹²⁹ Entrevista de campo concedida em 22 jan. 2025.

nas paredes, tinha o alfabeto do português. “Bom dia”, “boa tarde”, sabe? “Como vai?”. “Eu preciso disso”. As frases, assim, tinha na casa deles inteira.¹³⁰

A busca por emprego, por outro lado, teve dificuldades reconhecidas por praticamente todos os interlocutores. Não somente pela questão do idioma, mas também pelo próprio perfil socioeconômico das migrantes – classificado como de classe média ou alta que vivia em grandes cidades ucranianas. Profissões das migrantes citadas por esses interlocutores incluem psicóloga, engenheira e empresária, por exemplo – ocupações que não se consegue continuar exercendo facilmente após uma migração emergencial, principalmente em cidades interioranas como as que receberam a maior parte das ucranianas. Entre as poucas que conseguiram emprego no país, relatou-se ocupações como “limpeza, corte de carnes e comércio”¹³¹. Uma pessoa da comunidade ucraniana apontou como essa disparidade entre ambientes de saída e chegada das migrantes era um tema de preocupação desde o início:

O emprego que era mais comum era na lavoura... então teria que ver muito bem o perfil de quem estaria indo para lá, porque a cidade, sendo pequena, não tendo tantas indústrias, era limitado, e até mesmo a realidade das pessoas da cidade era de concluir os estudos de ensino médio e partir para alguma cidade maior para fazer seu curso superior. E a maioria não retorna, fica onde estudou ou vai adiante buscando novos horizontes.¹³²

Outro fator bastante citado para justificar as dificuldades de adaptação das ucranianas ao Brasil foi a constante aflição destas com a situação dos homens que ficaram no país para lutar na guerra. Tais menções vieram de todos os grupos com que interagi, e ressaltam, para além da preocupação com a vida daqueles que ficaram, a constante comunicação que havia entre eles e suas famílias no Brasil – que receberam, em alguns casos, telefones celulares para utilizar e, assim, conseguiam manter contato à distância. Isso refletia, por exemplo, em pressão dos homens para que suas famílias voltassem logo, nos casos em que suas cidades na Ucrânia estavam longe do foco do conflito; e em uma dificuldade mais ampla das migrantes focarem suas atenções na vida que passavam a levar no Brasil. Interlocutores afirmam que a guerra no país de origem, bem como a situação dos familiares que ficaram na Ucrânia, era assunto diário nas conversas, e motivo de grande preocupação quando o confronto atingia as regiões em que tais pessoas estavam.

Por exemplo, direto eu acordava com ligação aos gritos de “soltaram uma bomba na minha rua. Eu não sei se eu vou ter pra onde voltar. Eu não sei se eu vou ter casa”. Aí, [vamos ver se] tem notícia [das famílias das migrantes]? Não, porque como estourou

¹³⁰ Entrevista de campo concedida em 17 mar. 2025.

¹³¹ Ver “Refugiados no Brasil, ucranianos pedem para voltar à Europa”, no portal da revista Veja, disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/refugiados-no-brasil-ucranianos-pedem-para-voltar-a-europa/>. Acesso em: 18 dez. 2025.

¹³² Entrevista de campo concedida em 3 abr. 2025.

a bomba, não tem internet, não tem contato. Era um estado de alerta constante. É horrível. Nossa, Deus me livre.¹³³

Também o controle que as igrejas procuraram exercer sobre a rotina das migrantes, abordado em seção anterior deste capítulo, provavelmente contribuiu para a sua inadaptação ao Brasil. Ainda que igrejas e comunidades religiosas sejam tradicionais lugares de integração para migrantes ao lhes prover redes sociais que favorecem a busca por emprego e acesso a serviços (Butikofer, Oliveira, 2024), esse efeito tem mais chances de se concretizar quando resulta em mais possibilidades para além daquele espaço religioso, ajudando na construção daqueles laços fracos (Granovetter, 1973) comentados anteriormente que ajudam a criar novas relações de interdependência na sociedade de chegada. No caso da ação da GKPN, os relatos obtidos indicam que as igrejas eram fins em si mesmos e atuaram mais como barreira para a interação mais ampla das ucranianas com a comunidade externa do que no seu incentivo. A solidariedade dos fiéis, porquanto desse alguma segurança e convivialidade momentânea para as migrantes, não incluiu modos efetivos de promover a sua incorporação às cidades brasileiras, por meio, por exemplo, de empregos, moradia para após encerrada a ajuda das igrejas, etc.

No entanto, mesmo na relação com a comunidade ucraniana local houve dificuldades relevantes que prejudicaram a integração. Conforme explicado no início deste capítulo, essa comunidade estabelecida no Paraná descende, sobretudo, de pessoas de vilarejos rurais da região da Galícia que vieram à América do Sul ainda no século XIX, seguindo as promessas de terras férteis para cultivarem. Foi em torno dos costumes tradicionais e da convivialidade rural que essa comunidade se desenvolveu, mantendo, por muitas décadas, “uma visão de mundo essencialmente camponesa e tradicional” (Hauresko, 2019, p. 6), que reflete nas ainda reproduzidas tradições religiosas, gastronômicas e culturais dessa comunidade. Por outro lado, segundo os interlocutores, as ucranianas que chegaram em 2022 vieram majoritariamente de grandes cidades no centro e no leste ucraniano, como Kyiv, Donetsk e Kharkiv. Mesmo no caso em que a origem era em cidades menores, estas eram próximas a grandes cidades como as citadas acima, onde as ucranianas trabalhavam em profissões industriais ou liberais. Para além de diferenças no modo de vida – 1) a dificuldade de adaptação trazida pela mudança de profissionais de grandes cidades a pequenos municípios onde a predominância do emprego disponível é rural e em pequenos comércios; e 2) a predominância de evangélicas entre as migrantes, contraposta à tradição católica da comunidade local –, na maior parte dos casos nem mesmo o elemento mais comum da interação social era compartilhado: as ucranianas que

¹³³ Entrevista de campo concedida em 13 mar. 2025.

chegaram em 2022 falavam, majoritariamente, russo como primeira língua, enquanto a comunidade do Paraná fala uma versão do ucraniano que se manteve, via de regra, desatualizada após a migração de seus antepassados.

Esse foi um fator de relativo choque para os descendentes de ucranianos que foram ajudar as recém-chegadas em sua adaptação. Mesmo no caso da pessoa interlocutora Q, que ficou bastante amiga de uma das famílias que chegaram com a GKPN:

Nossa, eu via aquelas crianças de uma das famílias. Elas davam risada, porque elas não falavam ucraniano elas falavam russo. Então para elas é como se a gente estivesse falando errado, o ucraniano. É como se fosse um deboche. E a mãe também não falava, ela falava um ucraniano muito ruim. Mas assim, eles tentavam, porque eles eram daquela região que não tinha ucraniano, Kharkiv. Então lá é tudo russo. Aí não tinha como culpar ela, sabe? Ela tentou.¹³⁴

Nota-se que, para Q, nem se considerou que as migrantes eram de fato ucranianas, já que eram de uma região em que “lá é tudo russo”. Frase que reflete, também, a politização de questões de identidade em meio à guerra entre os dois países.

Em outros depoimentos, a chegada de pessoas que eram ucranianas, mas falavam russo e eram orgulhosamente evangélicas foi motivo de absoluto espanto:

E eles realmente não se misturavam. Às vezes assim, a gente passava na rua, eles falando russo... russo [ênfatisa]!. Você não escutava ucraniano deles. Isso é mais pura verdade. E assim, você pensava assim, “meu Deus, qual o destino”, né? Porque... Estão numa cidade que é ucraniana, e assim, falando russo [ênfatisa novamente]. Em uma igreja batista.¹³⁵

A fala resume a contradição entre a expectativa gerada na comunidade ucraniana pelo processo migratório (alguns esperavam receber cerca de 50 mil pessoas, lembremos) e a realidade encontrada: as ucranianas que viriam para, esperava-se, *sentir-se em casa* em Prudentópolis, na verdade falavam russo, eram evangélicas e pouco interesse demonstravam pelos seus símbolos culturais, religiosos e históricos da comunidade.

Mais do que um simples desencaixe cultural, tratou-se de um choque com conotações políticas – e não apenas por causa do contexto atual de guerra entre Rússia e Ucrânia. A Galícia, região de origem dessa comunidade, manteve-se independente do domínio do Império Russo ao longo de sua existência, fazendo parte do Império Austro-Húngaro após a dissolução da República de Duas Nações em 1795. Sob esse império, sofreu menor pressão por se adequar culturalmente aos soberanos políticos do que nas regiões hoje ucranianas que estiveram sob o jugo do czarismo russo. Isso permitiu que a região se mantivesse ucranofalante e ali a cultura ucraniana pudesse “ter um relativo florescimento e desenvolvimento” (Segrillo, 2023, p. 314),

¹³⁴ Entrevista de campo concedida em 2 abr. 2025.

¹³⁵ Idem.

convertendo-se, na contemporaneidade, em região com forte sentimento nacionalista e rejeição às ambições imperialistas russas. A comunidade ucraniana no Brasil se orgulha dessa trajetória e, no contexto da guerra iniciada pela agressão russa ao território ucraniano, se tornou ainda mais combativa aos símbolos russos. Por outro lado, muitas das pessoas na Ucrânia afetadas pela invasão russa não refletiam criticamente sobre o uso do idioma, que é comum em muitas regiões do país (Caltabiano, 2024). Notar esse perfil das novas migrantes chegou a ser ofensivo para alguns membros da comunidade:

Depois de um tempo eu descobri que eles tinham passaporte russo. Eu não vi, não pedi para me mostrar, mas ele [um migrante] me falou que tinha. Isso me deixou... eu não simpatizei com esses assuntos, percebi que eles eram mais russos que ucranianos. Mas na hora do aperto, eles viraram ucranianos, vamos dizer assim.¹³⁶

Tal sentimento não pode ser generalizado para toda a comunidade ucraniana, mas serve como indicativo das diferenças existentes com relação ao grupo que chegou com a GKPN. Junto com o fato de acabarem ficando à margem do processo migratório conduzido pelas igrejas, tal constatação deixou parte dos descendentes de ucranianos decepcionados com todo esse período. Aqueles que foram chamados pelas igrejas para ajudar na adaptação das migrantes e que conviveram mais de perto com elas durante o período de um ano, parecem ter sido os mais afetados. Uma dessas pessoas disse que as migrantes “fizeram turismo aqui, e depois simplesmente voltaram”¹³⁷.

A combinação de todos esses fatores (dificuldades no aprendizado do idioma, falta de empregos para as migrantes, a ligação emocional à situação do país de origem em guerra, o controle social pelas igrejas e diferenças culturais com a comunidade ucraniana), parece ter sido decisiva para que, após completado o período de manutenção das migrantes pelas igrejas, praticamente todas tenham decidido sair do Brasil em direção à Europa. Em alguns casos, tal decisão foi tomada ainda antes desse prazo, como mostram os depoimentos abaixo (o primeiro de membro da comunidade ucraniana, o segundo de representante de uma das igrejas):

Teve uma professora aqui que foi lá ensinar eles a falar português. Mas eles não gostaram da professora, não conseguiam entendê-la. E percebi que eles já não tinham muito interesse em ficar no Brasil. Tinha uma senhora que nem queria conversar comigo, ela vivia fechada no apartamento. E seis meses depois, muito antes do prazo final, ela voltou à Ucrânia. Então eles não tinham propósito nenhum aqui.¹³⁸

...

Eles chegaram aqui em março. Quando chegou no mês de agosto, mais ou menos, como os homens ficaram lá, teve duas moças, uma veio com dois filhos e com os pais, e a outra veio com um filho – esse maior – e a mãe. Os maridos ficaram na Ucrânia,

¹³⁶ Entrevista concedida em 31 jan. 2025.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Entrevista de campo concedida em 31 jan. 2025.

e os maridos começaram a pressionar para elas irem embora, porque eles estavam num local relativamente seguro, não estavam na guerra, eles estavam só à disposição do Exército, então eles começaram a pressionar. Então, quando foi final de outubro, essas duas precisaram ir embora. Elas conversaram com a gente, tudo mais. A gente falou “pelo amor de Deus, vocês estão livres, ninguém tá preso aqui”. Então, elas precisaram ir embora.¹³⁹

Nota-se que, no segundo caso, o retorno aconteceu para a própria Ucrânia, mesmo com a guerra em andamento – o que também indica como a experiência no Brasil vinha sendo considerada negativa por ao menos parte das migrantes. Já na maior parte dos relatos sobre os retornos para a Europa, indicou-se que as ucranianas iam para países europeus onde havia outras iniciativas, de igrejas evangélicas ou programas governamentais, com benefícios materiais para deslocados da guerra. Irlanda e Alemanha foram os países mais citados.

São pouquíssimos os casos de ucranianas que permaneceram no país após um ano. Os que foram relatados são todos de pessoas jovens e com poucos ou nenhum vínculo familiar na Ucrânia, que sofreram menos com esses fatores de risco à adaptação e conseguiram oportunidades profissionais ou de estudo. A fé evangélica, em conjunção o contato com a igreja que foi mantido mesmo após o fim do auxílio material, também contou a favor dessa permanência, que foi concebida por uma das pessoas como obediência aos desígnios de Deus.

Ações sociais e seus resultados para o expansionismo evangélico

Demonstrei neste capítulo como a ação da GKPN junto às ucranianas seguiu um padrão, já observado na literatura, de atuação de igrejas e organizações evangélicas para se credibilizar como os atores humanitários mais competentes e moralmente preparados para ajudar pessoas em vulnerabilidade. Tal intento se soma ao modo de ação proselitista dos “três P’s” (com ênfase no terceiro, o da “persuasão”) demonstrado por Elias Dantas ao se basear nas proposições de Wagner (1998). Assim, nota-se uma iniciativa estratégica de utilizar instrumentos de alívio ao deslocamento forçado, como os VH, para atingir objetivos religiosos. Cabe observar que resultados esse tipo de ação pode ter trazido para igrejas que participam dela e para o cristianismo evangélico como um todo.

Foi possível notar, por exemplo, que a rede fez um grande esforço de divulgação de sua ação com as ucranianas no início do processo. Foram identificadas 29 matérias na imprensa sobre o assunto com declarações de lideranças da GKPN. A grande maioria de veículos regionais das cidades onde a ação ocorreu, mas também houve divulgações de abrangência

¹³⁹ Entrevista de campo concedida em 17 mar. 2025.

nacional (em veículos como Folha de S. Paulo e G1 – neste caso com reprodução do Jornal Nacional) e internacional (matérias no site da National Public Radio dos Estados Unidos e DW da Alemanha). Vinte e três das 29 matérias são do período de chegada das migrantes, publicadas entre 18 de março e 23 de maio de 2022, quando a atenção ao conflito na Ucrânia era constante. As demais são de 2023, quase todas noticiando a saída das ucranianas do país por vontade própria ou inadaptação local.

Como já analisado, ocasiões de exposição das migrantes ucranianas à imprensa e a autoridades internacionais, como o evento em Guarapuava, foram aproveitadas pela GKPN como oportunidade para propagandear a “qualidade” do seu atendimento. Enaltecia-se, neles, o poder de mobilização das igrejas e o caráter acolhedor da sociedade brasileira que recebia aquelas pessoas, refletindo assim a parceria feita por GKPN e o governo brasileiro para a concessão dos VH às ucranianas. Assim, nos meses iniciais da ação, pode-se dizer que uma exposição relevante foi alcançada pela rede de igrejas.

No entanto, tal atenção ao caso logo arrefeceu, como demonstra o grande vácuo de exposições na imprensa entre maio de 2022 e fevereiro de 2023. Essa tendência segue a própria rotinização dos impactos Guerra na Ucrânia, que, depois de gerar grande comoção nos momentos iniciais, passou a receber atenção apenas protocolar nos noticiários. A “fadiga da compaixão” (Moeller, 1999) existente na atenção midiática a guerras e outras situações entendidas como crises humanitárias acaba por afetar a percepção do público sobre esses episódios, gerando, em um primeiro momento, sensacionalismo e, posteriormente, dessensibilização sobre a situação das pessoas envolvidas. Esse movimento é parte constituinte do regime do humanitarismo: a presença dos sentimentos morais no entendimento dos assuntos políticos, afirma Fassin (2012), reflete tanto a solidariedade dos observadores quanto a admissão da desigualdade do mundo em que vivem. Essa contradição entre assistência e dominação, embora evidente, não pode ser resolvida nesse paradigma, e a necessidade de desviar o olhar de tais situações faz com que governantes, doadores, demais agentes e o próprio público demonstrem, gradualmente, “desgaste dos sentimentos morais até que eles se convertam em indiferença e até mesmo agressividade direcionada às vítimas de infortúnios” (Fassin, 2012, p. 3). Dos alvos da compaixão, por outro lado, espera-se o reconhecimento da ajuda alheia e a humildade de aceitá-la sem grandes demandas. Essa relação esteve presente no caso das ucranianas que vieram ao Brasil: ajudadas pelas igrejas e contando com a solidariedade do público no primeiro momento, demonstraram a gratidão necessária (como diante da imprensa e embaixadores no evento em Guarapuava); beneficiaram-se da ajuda financeira das igrejas e, diante de suas vontades que poderiam ser vistas como transgressoras por seus

benfeitores, realizaram-na em segredo (como na viagem de uma das migrantes ao Rio de Janeiro); como não estavam presentes as condições para sua adaptação mais profunda ao país, esperaram silenciosamente o fim do período de ajuda para depois retornar à Europa e buscar, lá, melhores condições.

Esse declínio da compaixão demonstrada limitou os possíveis benefícios da exposição do caso para a GKPN e as igrejas se legitimarem como a melhor solução de acolhimento para migrantes vulneráveis. As poucas divulgações da ação em 2023 se referem à saída das migrantes do país devido à falta de adaptação local, o que não conta a favor da ação das igrejas. Assim, apesar de uma comoção inicial, não parece que a ação da GKPN tenha obtido sucesso em deixarão público geral uma impressão marcante sobre o atendimento de igrejas evangélicas a migrantes vulneráveis. O próprio desconhecimento geral do público sobre caso – demonstrado por praticamente todas as pessoas a quem apresentei minha pesquisa durante o período de sua realização – é evidência disso.

Outro aspecto que parece ter frustrado a GKPN foi o número menor que o esperado de ucranianas vindo ao Brasil, e, entre elas, a grande predominância de evangélicas. Frases ditas no início do processo, como “se Deus quiser, nós vamos ver centenas de ucranianos crendo em Cristo porque são amados, ouvem a Palavra, e batizando-se no fim deste ano nas igrejas”, e o esforço em espalhar em diferentes igrejas as instruções para a construção da “casa missionária” denotam uma expectativa, no início do processo migratório, de que a GKPN poderia se beneficiar do fluxo intenso de cristãos católicos e ortodoxos para fora da Ucrânia. Também vimos como lideranças evangélicas falou sobre como considera as migrações um campo de especial importância para obter esse crescimento. Porém, houve pouca oportunidade para isso. Durante o campo, em declaração que considero simbólica, uma pessoa representante das igrejas me disse, quando perguntada sobre o perfil das migrantes que vieram ao Brasil:

Rafael: As pessoas que chegaram aquele ano já eram frequentadoras de igrejas da rede da GKPN?

M: Eles frequentavam igrejas evangélicas já, todos eles eram evangélicos. **A gente ficou feliz por um lado, mas triste pelo outro**, porque a gente estava se programando, né? Imagina, eles vão conhecer Jesus aqui com a gente, né? Mas eles já tinham uma caminhada [na religião], já.¹⁴⁰ (grifo meu)

Como já abordado, o próprio modo de funcionamento das redes evangélicas acabou por limitar os efeitos dessa ação sob o ponto de vista da diversidade religiosa. Restaram casos pontuais, como o relatado no trecho abaixo:

¹⁴⁰ Entrevista de campo concedida em 17 mar. 2025.

Rafael: A proporção era o que, três quartos que já eram [evangélicas], um quarto que não era?

N: Ah, eu não fiz a... a gente não fez essa... A gente não faz, não fez. A gente só percebeu que não era, né? Então, a maioria... Como ela foi para a igreja, eu quero ir também, e a igreja trouxe.

Rafael: Claro, claro.

N: Então, lá não teve assim, “ah, você é evangélico, nós vamos te salvar”. “Você não é, você vai ficar aqui para morrer”. Quem foi procurar a igreja, veio. E aqui também, não pegou assim, “você é evangélico, você não é”. Então, eu não posso assim, para você, ah... **Eu sei só de uma, porque ela fez discipulado, mas não sei se teve mais ou não.**

Rafael: Não, eu sei, é só para saber a proporção.

N: E também, assim, porcentagem. Nós também não pedimos carteirinha. Não pedimos carteirinha. Então, eu não sei mesmo.¹⁴¹

No entanto, foi comentado diversas vezes neste trabalho que a expectativa em ações sociais de igrejas e organizações evangélicas vai além do conversionismo individual: espera-se impactar o próprio ambiente social e cultural das regiões envolvidas com o bom exemplo dado. Nesse sentido, no caso da PIB-P parece ter havido algum benefício decorrente da ação junto às ucranianas. Na cidade onde a PIB-C não conseguia penetrar diante da resistência dessa comunidade de origem católica, a chegada de um grupo de migrantes de seu país gerou curiosidade, interesse e adesão de alguns dos moradores antigos. Embora o número de conversões seja desconhecido, somente o fato de essa igreja – que por anos resumiu-se a reuniões de poucas pessoas na casa do pastor local – estar hoje estabelecida e com uma série de atividades parece um êxito para os que planejaram a ação. Diversas declarações obtidas em campo indicam esse crescimento – respectivamente, de uma migrante, de um membro da comunidade ucraniana e de uma pessoa representante das igrejas:

Rafael: Os ucranianos aqui já vieram - você percebeu se alguns passaram a ser batistas também, depois de um tempo?

R.: Muitas pessoas.... é...

Rafael: Se converteram?

R.: Se converteram.

Rafael: Ucranianas, descendentes?

R.: Não só ucranianos, cidadãos desta cidade.¹⁴²

...

Rafael: Essa igreja local, a Igreja Batista aqui, ela também tem pessoas da comunidade ucraniana que foram para lá?

P.: Tem. Tem Alguns que foram. Foram até por questão de ajudar. Esses aqui foram na questão de ajuda no começo, para [ensinar a] língua e tudo mais. Foram várias pessoas assim. Tem muitos que não estão hoje mais, mas na época foi muita gente.¹⁴³

...

¹⁴¹ Entrevista de campo em 1 abr. 2025.

¹⁴² Entrevista de campo em 4 abr. 2025.

¹⁴³ Entrevista de campo em 3 abr. 2025.

Então foi boa a adaptação desse grupo que estava [em Prudentópolis], porque muitas pessoas chegaram na igreja querendo conhecer eles¹⁴⁴

No culto que visitei na PIB-P, mais de 40 pessoas se reuniam, com uma proporção não desprezível de descendentes de ucranianos – e tal número foi descrito como habitual pelos interlocutores no campo. Número que pode parecer pequeno em uma cidade com dezenas de igrejas católicas que ainda se mantêm ativas; mas que representa o sucesso de outra organização em furar um bloqueio que parecia intransponível até que líderes batistas de Brasil, Ucrânia e Estados Unidos organizassem o envio um missionário ucraniano à cidade; e, posteriormente, a chegada de um grupo de migrantes ucranianas atraísse a atenção de toda a cidade para a igreja. É preciso ponderar que tal ação ainda é recente, e efeitos mais duradouros do crescimento da igreja ainda restam por ser vistos. Mas, até onde pude observar, houve benefícios para a estabilidade dessa congregação da PIB-C na cidade de colonização ucraniana, que a igreja curitibana há tempos buscava.

Também foram relatados, em distintas cidades, aumento das contribuições financeiras dos fiéis às igrejas após a ação, bem como maior interesse deles por questões migratórias e em receber outros grupos por meio das igrejas:

A nossa igreja trabalha com o movimento de células, de pequenos grupos, né? Então a gente tem um grande encontro no domingo e durante a semana as pessoas se encontram nas casas. Então, nesses pequenos movimentos também, nesses pequenos encontros, a gente viu esse movimento, de que você tá conversando algum assunto – e eu falo isso porque eu visito mais de uma célula, né, que eu sou supervisora de célula aqui – então a gente percebe assim, as pessoas falam mais, “ah, lembra quando os ucranianos estiveram?” “Ah, lembra quando, sabe?” “Ah, mas nossa, lá agora tá difícil, imagina como tá”. Então quando a pessoa olha que tem uma crise num determinado país, hoje ela não vê só essa questão, “ah, tá todo mundo em guerra mesmo”. Sabe? Mas hoje vê esse olhar, fala, “nossa, eu preciso orar por essa nação. Eu preciso olhar... Tem alguma coisa que a gente pode fazer pra essas pessoas?”. Quando deu aquela... Foi no Iraque, né? No Irã? Não... Que assumiu aquele pessoal lá no ano passado, atrasado?

Rafael: No Afeganistão ou na Síria?

M: Foi no Afeganistão. Do Talibã. E as pessoas começaram a me perguntar se iam vir pessoas para cá. Porque eles queriam. Então, esse movimento de amor, de fazer pelo próximo, ele aflorou demais, demais no coração das pessoas.

...

A gente tem três frentes financeiras, né? Então tem o dízimo, que as pessoas dão todos os meses, a gente tem as ofertas, que as pessoas mandam aleatoriamente, e tem as ofertas missionárias. Então essa oferta missionária, ela teve uma grande mudança. E essas ofertas, elas são destinadas para os nossos trabalhos sociais aqui no Brasil. Então é como se a igreja tivesse movimentado mais, sabe? Mobilizou mais essa parte também. Porque se eu não posso ir, se eu não tenho esse chamado de ir, de deixar tudo e ir, eu posso contribuir em oração e financeiramente. Então as pessoas entenderam isso, porque viram os ucranianos aqui.

¹⁴⁴ Entrevista de campo em 29 abr. 2025.

Esses resultados são interessantes por dois motivos principais: primeiro, por abrir espaço para mais ações sociais no campo migratório pelas igrejas. A observação, no primeiro trecho, de fiéis interessados pelo conflito no Afeganistão e possível chegada de migrantes demonstra como parece ter ganhado tração nas igrejas a ideia de que elas podem ser uma tábua de salvação para tais pessoas – inclusive no caso de migrantes estigmatizados, como são os afegãos, diferentemente dos ucranianos. Em segundo lugar, mostra também uma adesão de parte do público evangélico à atuação social pelas igrejas, em contraposição a correntes mais conservadoras que veem como riscos nessas ações a baixa efetividade das conversões e a ação conjunta com governos, que poderia gerar interferência secular nas atividades religiosas.

Esses resultados parecem encorajadores para a ampliação da atuação de igrejas e organizações evangélicas em ações como a aqui estudada. Como veremos adiante, tal estratégia tem ganhado importância para esses atores, que estão se inserindo em novas oportunidades abertas pela governança migratória brasileira.

CONCLUSÃO: O CENÁRIO FAVORÁVEL PARA AÇÕES SOCIAIS EVANGÉLICAS NO CAMPO MIGRATÓRIO

Nesta pesquisa, procurei responder à seguinte pergunta: em que medida as ações sociais de organizações e igrejas evangélicas direcionadas a pessoas em deslocamento forçado são condicionadas por expectativas de fidelidade ou adesão religiosa? Para isso, busquei compreender como se relacionam ação humanitária e proselitismo religioso no atendimento a essas pessoas vulneráveis, tomando como caso empírico o atendimento da Global Kingdom Partnership Network (GKPN) a ucranianas no Brasil em 2022.

A revisão da literatura mostrou que existe uma constante tensão entre objetivos expansionistas e princípios humanitários na ação social evangélica. Tal tensão se manifesta sobretudo na necessidade enfrentada por esses atores de cumprir tanto o objetivo de fazer avançar o “Reino de Deus”, promovendo o crescimento do cristianismo evangélico; quanto o de adequar seu modo de ação às expectativas dos atores seculares que participam da governança das ações consideradas humanitárias.

A resposta mais comum das lideranças e denominações evangélicas tem sido a de atuar de forma ambígua, evitando as acusações de atrelar o oferecimento de ajuda à coerção pela adesão religiosa das pessoas beneficiadas, mas sem negar a base bíblica que impulsiona suas ações. Classificam, assim, suas ações em termos de “testemunho” ou “evangelismo”, oferecendo a ajuda sem exigências de contrapartidas, mas enfatizando aos beneficiários que sua salvação só se completa quando há a conversão ao cristianismo. No entanto, formas distintas de reproduzir esse modo de ação foram praticadas por essas organizações, refletindo debates existentes no meio evangélico sobre a forma mais eficiente de buscar cumprir, por meio das ações sociais, a “Grande Comissão”, ou a missão deixada por Jesus de “fazer discípulos em todas as nações”. Essa variedade de interpretações de tal mandato se resume pelos “três P’s” praticados por essas organizações: “presença”, “proclamação” e “persuasão”. Leituras mais liberais da “Grande Comissão”, como a do “evangelismo de estilo de vida” (Bornstein, 2005; Flanigan, 2010), atêm-se ao “primeiro P”, esperando que a presença inspirada no exemplo de Cristo sensibilize os atingidos pela ação social de forma que eles queiram, por iniciativa própria, aderir à religião; enquanto outras mais ortodoxas, como a do “evangelismo de persuasão” (Wagner, 1998), enfatizam a necessidade de passar pelos “três P’s” e, assim, elaborar estratégias racionalizadas de persuadir os beneficiados pela ação a se juntarem à sua igreja.

Para além da conversão individual e do crescimento das igrejas diretamente envolvidas nas ações, a ação social evangélica visa também expandir a influência da moralidade cristã na esfera pública. Neste intuito que foi classificado na literatura como “cristianização cultural” da sociedade civil (Elisha, 2011, 2014), busca-se publicizar essas ações nas comunidades envolvidas de modo a propor a ação evangélica como a única capaz de responder adequadamente aos desafios sociais. Para isso, os atores religiosos carregam consigo as mensagens de seus aliados políticos e financiadores que favorecem a expansão da atuação de todas as partes envolvidas: desregulamentação das relações sociais e incentivo ao empreendedorismo individualista, bem como demonização da ajuda governamental.

Assim, é com base na racionalidade neoliberal e em meio às crescentes oportunidades gerada pela retração estatal no governo de políticas humanitárias, que a ação social evangélica prospera. Foi demonstrado, utilizando a categoria foucaultiana da governamentalidade (Foucault, 1979) e as proposições de Fassin (2012) acerca do humanitarismo, como o encontro entre essas duas tendências na segunda metade do século XX, em meio ao avanço do neoliberalismo, abriu espaço para a inserção de atores e interesses diversos na administração da vida em sociedade e especialmente nos temas envolvendo vulnerabilidades sociais. O campo das migrações tem oferecido importantes oportunidades nesse sentido, em meio à crescente escolha dos Estados nacionais em priorizar instrumentos alternativos ao estatuto do refúgio, e como os VH, que flexibilizam proteções enquanto oferece renovadas possibilidades de controle dos fluxos migratórios com a participação da sociedade civil.

O caso aqui estudado traz evidências de como esse rol de transformações agora citadas acontece na prática. Foi possível notar como a ação da GKPN junto às ucranianas foi planejada com base praticamente literal na doutrina do “evangelismo de persuasão” proposto por Charles Peter Wagner (1998), sendo guiada desde seu início pela expectativa de converter pessoas e expandir o alcance das igrejas envolvidas. A frase “nós não somos agência humanitária, nós somos a agência do Reino de Deus” proclamada pelo líder da ação, não apenas deixa clara essa intenção, como também demonstra como organizações de sua fé veem e se inserem nas ações humanitárias: como um meio para atingir objetivos concretos em uma missão divinamente inspirada.

A pesquisa de campo mostrou também que, para além dessa estratégia para utilizar a ação social como meio de expansão evangélica, a GKPN investiu em meios para impactar amplamente o ambiente social e cultural das cidades onde a ação ocorreu. Isso incluiu: 1) a utilização de contatos e mensagens políticas e moralizantes durante o atendimento, reforçando valores do neoliberalismo (não utilizar “valor nenhum de governo”, repreender quem recorreu

a programas sociais públicos, etc); 2) a publicização da ação, notada em momentos como o evento realizado em Guarapuava para mostrar as pessoas atendidas e suas novas casas a um grupo de embaixadores e à imprensa; e 3) a priorização da cidade de Prudentópolis para capitanear sua ação, visando quebrar a resistência de uma comunidade ucraniana que era “muito fechada” a igrejas evangélicas, e onde a principal parceira da GKPN nesse caso, a PIB-C, tinha dificuldades em abrir uma congregação. Os resultados obtidos pela rede de igrejas com tais estratégias incluíram o estabelecimento e fortalecimento da PIB-P, com a conversão de moradores locais e membros da comunidade ucraniana; a conversão pontual de algumas migrantes não evangélicas; e o maior engajamento da base de fiéis das igrejas nas ações sociais promovidas por elas, aumentando as expectativas de evangelização de mais pessoas por esse meio.

Durante o período da ação junto às ucranianas, a GKPN e as igrejas participantes, que cuidaram para que essas migrantes recebessem apoio material completo em sua vida no Brasil, buscaram exercer um controle sobre sua rotina e interações sociais mais amplas, e assim se credibilizar como única instituição capaz de fornecer um atendimento “integral” a elas. Essa postura, que incluiu deslocamentos conjuntos para as atividades nas igrejas e recusa à participação das migrantes em certas atividades propostas pela comunidade no entorno, foi justificada sob a necessidade de proteção das pessoas vulneráveis contra pessoas que poderiam se aproveitar delas. Ao mesmo tempo, foram buscadas oportunidades estratégicas de exposição pública das ucranianas, visando mostrar às comunidades locais os efeitos positivos da ação das igrejas.

No entanto, a ação da GKPN enfrentou limites que reduziram de forma importante os impactos pretendidos: o principal deles foi a incapacidade de atingir um número relevante de ucranianas não evangélicas, o que inviabilizou o projeto inicialmente traçado de que “Se Deus quiser, nós vamos ver centenas de ucranianos crendo em Cristo porque são amados, ouvem a Palavra, e batizando-se no fim deste ano nas igrejas”, como afirmou o líder da rede em certa ocasião. O campo indicou que o próprio modo de funcionamento da ação, em que a GKPN se conectou a igrejas evangélicas parceiras na Ucrânia, condicionou esse resultado, à medida em que quem procurou essas igrejas para se abrigar no país do leste europeu já professava essa fé. Outro fator limitador do alcance da ação foi o baixíssimo interesse de deslocadas ucranianas pelo Brasil, uma vez que tinham ampla aceitação para abrigo na Europa. O único fator motivador para que elas viessem ao Brasil parece ter sido a proximidade com igrejas de sua fé – e, mesmo nesse caso, sua motivação parece ter se dissolvido após os primeiros meses, conforme as condições para adaptação local eram muito longe de ideais. Ambientes muito

diferentes dos de origem, falta de empregos condizentes com seu perfil, o contato constante com a guerra na Ucrânia e os familiares que ficaram, combinados à certeza de que as igrejas seguiriam lhes mantendo financeiramente até o final do prazo previsto, fizeram com que a maior parte ficasse no Brasil apenas por conveniência até que o período de ação se encerrasse, segundo a maior parte dos relatos obtidos.

Além disso, a pesquisa revelou como ponto sensível nesse caso a disputa entre GKPN e a comunidade ucraniana tradicional do Paraná pela liderança no processo migratório, com essa última terminando por ficar em posição coadjuvante e sem o acesso esperado às migrantes em um momento de especial tensão para essa comunidade, que acusou a GKPN de “isolar” as migrantes do convívio social. Foi constatado que esse controle social promovido pelas igrejas também limitou as possibilidades de integração das migrantes e a formação de novas redes sociais por elas. Por outro lado, o convívio de algumas migrantes com a comunidade ucraniana também revelou incongruências entre os dois grupos, que têm origens geográficas e culturais distintas. Diferenças como o uso do idioma russo pelas migrantes, frente ao nacionalismo ucraniano da comunidade estabelecida, geraram ressentimento nessa última, ainda que algumas amizades tenham sido formadas em decorrência desse contato.

O estudo revelou também aspectos da atuação de igrejas e organizações evangélicas em fluxos migratórios que, ainda que tenham sido abordados aqui, merecem atenção pormenorizada em pesquisas futuras. O principal deles se refere às crescentes oportunidades abertas pelo Estado brasileiro para atuação proeminente de organizações da sociedade civil (OSC) no gerenciamento de fluxos migratórios – sobretudo dentro da política de VH e Acolhida Humanitária, conduzida no país desde 2012. Tal característica foi recentemente ampliada pelo Estado por meio do programa de PC, sob o qual a concessão do VH acontece somente mediante à recepção dos beneficiários por uma organização da sociedade civil credenciada. Ficou evidente, ao analisar a ação da GKPN entre 2022 e 2023, como esta se assemelha ao formato praticado no PC, que foi instaurado de forma oficial poucos meses depois da saída das ucranianas do país. As semelhanças incluem o período do atendimento (um ano) e o seu conteúdo (exigência da organização oferecer auxílio com a documentação, apoio logístico e abrigo – moradia e alimentação, por exemplo –, além de aulas de português). No PC, as OSCs ainda têm a prerrogativa de indicar quais migrantes serão beneficiados, selecionando-os no país de origem, como fez a GKPN. Tais características inserem-se, assim, na trajetória de crescente preocupação com a securitização da governança migratória demonstrada pelo Estado brasileiro (em diversas administrações) em suas políticas humanitárias, que incluem, ao lidar com migrantes vulneráveis, o afastamento paulatino da utilização do sistema internacional de

refúgio em favor da concessão de VH. A portaria do final de 2025 que condiciona qualquer VH no futuro a programas de PC indica um prosseguimento desta tendência, que pode abrir novas chances de atuação para organizações da sociedade civil. A julgar pelo que já vem sendo praticado no PC a migrantes afegãos, igrejas e organizações evangélicas parecem dispostas a aproveitar tais oportunidades: das seis organizações já habilitadas pelo governo brasileiro para recebê-los no Brasil, três são ligadas a igrejas ou redes cristãs evangélicas¹⁴⁵. A constatação do proselitismo exercido no caso aqui estudado, em que uma rede de igrejas se inseriu em uma política do Estado e assumidamente atuou não como *agência humanitária*, mas como *agência do “Reino de Deus”*, sugere cuidados na condução dessa política, que, espera-se, atingirá pessoas de diferentes perfis culturais e religiosos.

Assim, o caso da GKPN também enseja estudos mais aprofundados sobre a atuação de organizações religiosas em políticas consideradas humanitárias e no campo das migrações. Embora esta relação esteja longe de ser novidade, ela parece deixar de ser uma “tácita ‘divisão de trabalho’” (Souza, Ruseishvili, 2020, p. 543) entre atores civis e estatais para se tornar uma terceirização explícita de funções a agentes religiosos. Tais agentes são habilitados para o trabalho por causa de seu *ethos* propício à ação caritativa, fundado em suas tradições assistenciais; e por, em tese, “contar com recursos próprios, dispondo de estrutura organizacional relativamente fixa e de recursos humanos incentivados por motivos não utilitários, mas sim de caráter moral” (Souza, Ruseishvili, 2020, p. 543). Porém, a nova fase dessa cooperação, marcada pelo PC e pelo avanço das igrejas e organizações evangélicas na sociedade civil e sua atuação mais propensa ao proselitismo, podem trazer novas premissas e consequências a ela, que merecem ser investigadas a fundo. Sobretudo considerando o crescente interesse desses atores em atuar no campo migratório: mapeamento da Associação CASA identificou, em 2024, 88 organizações e igrejas cristãs evangélicas que “desenvolvem ações de apoio a refugiados e migrantes no Brasil”¹⁴⁶.

Outro aspecto que se destaca é o da amplitude das redes transnacionais evangélicas. A ação da GKPN parece ter advindo de uma *oportunidade* identificada pelo fundador da rede, em decorrência de sua rede de parceiros existente na Ucrânia e da possibilidade de beneficiar igrejas brasileiras com uma ação midiática, aproveitando-se da grande comoção então existente com a Guerra na Ucrânia. Ainda que não tenha sido possível verificar como se deu o

¹⁴⁵ Notadamente, as organizações Panahgah, MAIS e Vila Minha Pátria. A relação de organizações habilitadas pode ser conferida no site do Ministério da Justiça: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/patrocinio-comunitario/instituicoes-habilitadas>. Acesso em: 10 dez. 2025.

¹⁴⁶ Ver detalhes no site da organização: <https://associacaocasa.org.br/mapeamento-2024>. Acesso em: 17 dez. 2025.

funcionamento de tais redes para além do Brasil, as afirmações sobre os vários parceiros essa fé que agiram acomodando migrantes ucranianas em países europeus chama a atenção para esse aspecto. Assim como a articulação internacional que permitiu o envio de um missionário ucraniano para o Brasil, abrindo espaço para o estabelecimento da PIB-P, tal acontecimento demonstra o funcionamento de uma rede de atores que visa competir, com sua inspiração religiosa, com as mais tradicionais redes étnicas transnacionais que costuma fomentar o deslocamento internacional. Mesmo no Brasil, onde o alcance da ação da GKPN se mostrou aquém do desejado pelos idealizadores da ação, o sucesso foi maior do que o obtido pela comunidade de origem ucraniana em seu intento de abrigar compatriotas no país. A capacidade das igrejas de mobilizar pessoas e dinheiro junto ao capital privado e à base de fiéis parece ter feito a diferença nessa disputa, algo que merece investigação detalhada em pesquisas futuras.

Cabe ressaltar também os efeitos que o cenário aqui analisado pode ter para o campo religioso brasileiro e para as dinâmicas internas ao cristianismo evangélico. O caso aqui estudado demonstra o grande poder de mobilização de um segmento evangélico que tem depositado expectativas e angariado recursos para cumprir por meio de ações sociais a “Grande Comissão”. Trata-se de apenas uma das várias estratégias que têm sido usadas por igrejas e organizações da fé evangélica, que têm crescido em popularidade a cada Censo no Brasil, para não apenas cumprir tal mandato, mas ocupar também um espaço proeminente no imaginário público. A participação de diferentes denominações evangélicas no funcionamento da GKPN, o engajamento de igrejas que, além de grandes organizações, são ícones urbanísticos em sua cidade, e a interligação da rede com agentes públicos, entre outros aspectos, mostram o potencial que há nessa atuação para sensibilizar o público de outras fés. Será importante seguir observando essas iniciativas para compreender com maior clareza, também, quais são os limites dessa evangelização que começa pelo bom exemplo, e que demanda grande investimento em infraestrutura e capital humano enquanto a organização em questão precisa demonstrar, para ganhar legitimidade, que não está interessada apenas, ou prioritariamente, na expansão religiosa. Convém observar também que, ao mesmo tempo em que as várias estratégias evangélicas para expandir sua fé são complementares no desígnio compartilhado de ganhar o mundo para o “Reino de Deus”, elas podem conflitar e, à medida em que a religião se torna massiva, divisões geradas por insatisfações diversas também se multiplicarão. O último Censo no Brasil gerou discussões sobre tais divisões ao mostrar um arrefecimento no crescimento evangélico em relação às edições anteriores e sugerir que a religião é mais fragmentada e menos monolítica do que seus partidários costumam admitir (Toniol, 2025). Enquanto ainda se discute os motivos para esse arrefecimento, lideranças evangélicas certamente agirão para retomar, ou

mesmo manter o atual impulso de crescimento vivo, valendo-se do ambiente de “destraditionalização cultural inédita” (Pierucci, 2013, p. 50) que o Brasil vive em termos religiosos desde que iniciado o declínio do catolicismo, e que fomenta “um regime bastante desregulado de livre concorrência entre as mais diferentes formas de expressão religiosa” (Pierucci, 2013, p. 51). As ações sociais provavelmente continuarão sendo um meio utilizado pela fé evangélica para seguir com esse avanço, o que torna necessários novos estudos sobre as variadas formas de proselitismo presentes nas organizações que se destinam a ela.

Deve-se observar, também, que o exemplo da GKPN, conquanto seja representativo de tendências da atuação social evangélica observados na literatura nacional e internacional, não deve sugerir uma generalização a respeito dessa atuação, ou esconder o fato de que o proselitismo é tema de debates e preocupações internamente às igrejas. Durante a realização deste mestrado, pude conhecer e outros exemplos de organizações evangélicas que admitem a necessidade de relativizar a importância da evangelização frente às necessidades sociais enfrentadas pelas pessoas em vulnerabilidade. Convém, nesse ponto, lembrar que, se o cristianismo evangélico é recorrentemente – e de forma fundamentada – ligado ao conservadorismo moral e político, tal relação não pode ser generalizada nem irrefletida; e que a sua inserção no campo da ação social é também uma maneira de abrir espaço a correntes mais progressistas dessa fé e permitir sua exposição à influência de outros valores relacionados aos direitos humanos, que incluem o direito à liberdade religiosa. Nesse ponto, possivelmente as ações sociais sejam o elemento da atuação evangélica mais pervasivo a outras visões de mundo, o que pode levar a mais debates e novas influências sobre as práticas de igrejas e organizações.

Esse ponto leva à observação final: seja por meio das ações sociais, da pregação explícita, pelos meios de radiodifusão ou outros recorrentemente utilizados pelos cristãos evangélicos, nenhum segmento social parece estar, hoje, mais mobilizado a mudar o mundo do que os integrantes desse segmento. O *ethos* da Reforma que colocou os protestantes investidos na ação neste mundo para ganhar o próximo, sobretudo a partir do impulso calvinista analisado por Weber (2004), renovou-se ao longo dos anos com força notável. Se, ao longo do século XX, o paradigma da secularização em meio ao capitalismo levou boa parte dos analistas a confirmar a tese weberiana da “gaiola de ferro”¹⁴⁷ (2004, p. 165) que aprisionaria a modernidade em um mundo desencantado e burocratizado, o ressurgimento da religião na esfera pública, analisado

¹⁴⁷ Uso, para fins de melhor compreensão, a expressão que acabou sendo popularizada a partir da tradução feita por Talcott Parsons da obra original: “iron cage”. Na edição aqui utilizada (2004, Companhia das Letras), editada por Antônio Flávio Pierucci, a expressão usada é “rija crosta de aço”.

no capítulo 1, trouxe, para além de um reencantamento desse mundo, um engajamento social que tem movimentado todo o campo originado nessa Reforma, com destaque para o segmento pentecostal (Freeman, 2016). Considero a fala da pessoa interlocutora N¹⁴⁸ extremamente significativa nesse sentido: ainda que guiada por um ideal proselitizante que só considera os beneficiários da ação “salvos” quando estão “perto do Senhor”, ela demonstra um intento de completa transformação da realidade de pessoas vulneráveis. Parece digno de nota que a principal motivação para transformação da realidade social na atualidade venha de atores fundamentados na fé, em substituição aos ideais políticos e partidários, algo que já vem sendo notado há pelo menos duas décadas (Martin, 2002). Assim, é salutar investir esforços em pesquisas que abordem esses grupos, para compreender de forma mais detalhada suas formas de organização e mobilização na contemporaneidade.

¹⁴⁸ Ver citação direta entre as páginas 78 e 79.

REFERÊNCIAS

ARTIGOS DE PERIÓDICOS

AGER, A.; AGER, J. Faith and the Discourse of Secular Humanitarianism. **Journal of Refugee Studies**, v. 24, n. 3, p. 456–472, 2011. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jrs/article/24/3/456/1567970>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

AGIER, M. Humanity as an Identity and Its Political Effects (A Note on Camps and Humanitarian Government). **Humanity: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development**, v. 1, n. 1, p. 29–45, 2010. Disponível em: <<https://humanityjournal.org/wp-content/uploads/2014/06/1.1-Humanity-as-an-Identity-and-Its-Political-Effects.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

ALVES, R. DE C. G. Cristãos evangélicos e as migrações. **Ciências Sociais e Religião**, v. 22, 2020. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8670167>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

ANDREAZZA, M. L. Uma herança camponesa: moradia e transmissão patrimonial entre imigrantes ucranianos (Brasil, 1895-1995). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/20822>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

BEACH, B. B. Proselytism in the context of globalization, religious liberty and nondiscrimination. **Fidelis et Libertas: The Journal of the International Religious Liberty Association**, 2001. Disponível em: <<https://www.irla.org/fides-2001.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

BENSON, M.; SIGONA, N.; ZAMBELLI, E. **Humanitarian visas in a hostile environment: Historical legacies, geopolitical ties and everyday experiences**. MIGZEN Research Brief, v. 5, 2024. Disponível em: <https://migzen.net/site/assets/files/5156/2024_new_humanitarian_visas_in_a_hostile_environment-1.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2025.

BURITY, J. Organizações religiosas e ações sociais: entre as políticas públicas e a sociedade civil. **Revista Antropológicas**, v. 18, n. 2, p. 7–48, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/23700>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

BUTIKOFER, E. A.; OLIVEIRA, A. C. DE. O protagonismo das igrejas evangélicas nas migrações: explorando pertencimentos e alteridades no Brasil e nos Estados Unidos. **Plura, Revista de Estudos de Religião**, v. 15, n. 1, 2024. Disponível em: <<https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/2320>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

CALTABIANO, M. A. Ucrânianas no Brasil: aquisição do português e questões de língua e cultura. **Intercâmbio**, v. 56, 2024. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/69561>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

CARVALHO, E. DE; SAES, K. V. R.; MEZA, M. L. F. G. DE. When academic displacement and internationalization intersect, different approaches for inclusion in Higher Education: contributions from the Welcoming Program for Ukrainian Scientists, Paraná - Brazil. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 31, p. 133–148, 2023. Disponível em: <<https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/1785>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

CHAHAIRA, B. V.; SILVA, J. M. A. Mudanças histórico-políticas do Brasil na construção do terceiro setor: perspectivas contemporâneas à luz do marco regulatório. **Revista Direito e Práxis**, v. 15, n. 4, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdp/a/VJxYWxQLtsMDNY5spC9G4dS/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

CINTRA, N.; MARTUSCELLI, P. N. Wall of visas: how race impacts the externalization of (forced) migration control in south-south migration corridors. **Ethnic and Racial Studies**, 2025. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01419870.2025.2484410>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

CORTÉS, A. I. R. El patrocinio de refugiados: una revisión sistemática descriptiva. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 29, p. 211–231, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/remhu/a/5kXtkG7K8bgXd5QJkP43Lv/?format=html&lang=es>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

COUTINHO, S. R. Perspectivas teóricas sobre mobilidade e religião. **REVER: Revista de Estudos da Religião**, v. 22, n. 1, p. 11–24, 2022. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/56485>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

COUTINHO, S. R.; DOMINGUES, N. L. N.; SANCHEZ, W. L. Migração, religião e saúde mental: O Instituto Sonhe e os imigrantes bolivianos em São Paulo/Brasil. **Aiken. Revista de Ciencias Sociales y de la Salud**, v. 2, n. 3, p. 21–36, 2023. Disponível em: <<https://eamdq.com.ar/ojs/index.php/aiken/article/view/44>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

CRUZ, H. A. DE LA; MONDACA, G. S.; BARBIERI, N. G. Redes evangélicas haitianas como mediadoras en la incorporación a la ciudad de Santiago de Chile: ¿hacia una ciudadanía creyente? **Religião & Sociedade**, v. 44, n. 2, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rs/a/qf3k3dgfrgPCPKjyDbz3bKP/?format=html&lang=es>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

DIAS, G.; SILVA, J. C. J.; SILVA, S. A. DA. Travellers of the Caribbean: Positioning Brasília in Haitian migration routes through Latin America. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 17, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/vb/a/MHRpQQsVWp5ZwzzZrF9Nwzq>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

DOMENECH, E. “Las migraciones son como el agua”: Hacia la instauración de políticas de “control con rostro humano”: La gobernabilidad migratoria en la Argentina. **Polis**, v. 12, n. 35, p. 119–142, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682013000200006>. Acesso em: 19 dez. 2025.

FAUSTINO, R.; RUSEISHVILI, S. Religião e memória coletiva: atitudes de migrantes em relação às mudanças institucionais da igreja. **Plura, Revista de Estudos de Religião**, v. 15, n. 1, p. 196–219, 2024. Disponível em: <<https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/2306>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

FELDMAN-BIANCO, B. Apresentação: deslocamentos, desigualdades e violência do estado. **Ciência e Cultura**, v. 67, n. 2, p. 20–24, 2015. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000200009>. Acesso em: 19 dez. 2025.

FERNANDES, D.; FARIA, A. V. DE. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 1, p. 145–161, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/jQH7THPDpCKwtJFDcRd6Yxd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

FIDDIAN-QASMIYEH, E. Introduction: Faith-Based Humanitarianism in Contexts of Forced Displacement. **Journal of Refugee Studies**, v. 24, n. 3, p. 429–439, 2011a. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jrs/article-abstract/24/3/429/1570589?redirectedFrom=fulltext&login=false>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

_____. The Pragmatics of Performance: Putting “Faith” in Aid in the Sahrawi Refugee Camps. **Journal of Refugee Studies**, v. 24, n. 3, p. 533–547, 2011b. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jrs/article-abstract/24/3/533/1564161>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

FREIRE, T. Pobreza cotidiana e agenciamentos evangélicos entre migrantes haitianos/as em São Paulo. **Plura, Revista de Estudos de Religião**, v. 15, n. 1, 2024. Disponível em: <<https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/2316>>. Acesso em: 19 dez. 2025

GODOI, C. K.; COELHO, A. L. DE A. L.; SERRANO, A. Elementos epistemológicos e metodológicos da Análise Sociológica do Discurso: abrindo possibilidades para os estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 70, p. 509–535, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/osoc/a/qJqVc8NppQDncBZvzfxqnyJ/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

GODOI, C. K.; UCHÔA, A. G. F. Metodologia de Análise Sociológica Discursivo-imagética: possibilidades aos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 776–794, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/osoc/a/FZsV93GppDKJbZpJ9w79Wxz/?lang=pt>>. Acesso em: 19 dez. 2025

GOZDZIAK, E. M.; SHANDY, D. J. Religion and Spirituality in Forced Migration. **Journal of Refugee Studies**, v. 15, n. 2, p. 129–135, 2002. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jrs/article-abstract/15/2/129/1579101>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

HAURESKO, C. A imigração ucraniana na América Latina (século XIX e XX): identidade e cultura. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p. 1–21, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/55862>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

HENRIQUES, A. S.; TESKO, V. Um panorama dos deslocados forçados ucranianos no Brasil após dois anos da invasão da Ucrânia em larga escala. **Intercâmbio**, v. 56, 2024. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/69256>>. Acesso em: 19 dez. 2025;

JUBILUT, L.; ANDRADE, C.; MADUREIRA, A. Humanitarian visas: building on Brazil’s experience. **Forced Migration Review**, n. 53, 2016. Disponível em: <<https://www.fmreview.org/community-protection/jubilut-andrade-madureira/>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

KRAFT, K. Religious exploration and conversion in forced displacement: a case study of Syrian Muslim refugees in Lebanon receiving assistance from Evangelical Christians. **Journal of Contemporary Religion**, v. 32, n. 2, p. 221–235, 2017. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13537903.2017.1298904>>. Acesso em: 19 dez. 2025

- LEMKE, T. Foucault, governamentalidade e crítica. **Plural**, v. 24, n. 1, p. 194–213, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/334155767_Foucault_governamentalidade_e_critica_de_Thomas_Lemke/fulltext/638ce984658cec2104ae02d6/Foucault-governamentalidade-e-critica-de-Thomas-Lemke.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2025.
- LYNCH, C.; SCHWARZ, T. B. Humanitarianism's Proselytism Problem. **International Studies Quarterly**, v. 60, n. 4, p. 636–646, 2016. Disponível em: <<https://academic.oup.com/isq/article-abstract/60/4/636/2669512>>. Acesso em: 19 dez. 2025.
- MARFLEET, P. Understanding “Sanctuary”: Faith and Traditions of Asylum. **Journal of Refugee Studies**, v. 24, n. 3, p. 440–455, 2011. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jrs/article-abstract/24/3/440/1573358>>. Acesso em: 19 dez. 2025.
- MARIANO, R. Sociologia do crescimento pentecostal no Brasil: um balanço. **Perspectiva Teológica**, v. 43, n. 119, 2011. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1028>>. Acesso em: 19 dez. 2025.
- _____. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 4, p. 710–728, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/civitas/a/z7fRrBCtnj6gHpDyNWByTYH>>. Acesso em: 19 dez. 2025.
- MÁRMORA, L. Modelos de gobernabilidad migratoria. La perspectiva política en América del sur. **REMHU, Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana**, v. 18, n. 35, p. 71–92, 2010. Disponível em: <<https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/229>>. Acesso em: 19 dez. 2025.
- MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G.; *et al.* Theories of International Migration: A Review and Appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431–466, 1993. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2938462>>. Acesso em: 19 dez. 2025.
- MENDES, L. Z.; MUELLER, A. A. A teoria de redes de Mark Granovetter e o debate sobre o fenômeno migratório. **Interações (Campo Grande)**, v. 25, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/J8c9h6TzmN3RNng4BNpcGJYH/>>. Acesso em: 19 dez. 2025.
- MEZZADRA, Sandro. The right to escape. **Ephemera: theory & politics in organization**, v. 4, n. 3, p. 267–275, 2004. Disponível em: <<https://ephemerajournal.org/sites/default/files/4-3mezzadra.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2025.
- MIRANDA, A. C. C. Batistas eslavos em Curitiba: religião e etnicidade. **Revista Vernáculo**, v. 1, n. 24, 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20862>>. Acesso em: 19 dez. 2025.
- MONTENEGRO, A. B.; VILLAMAR, M. DEL C. V. Migration Governance. **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**, 2025. Disponível em: <<https://oxfordre.com/internationalstudies/display/10.1093/acrefore/9780190846626.001.0001/acrefore-9780190846626-e-882>>. Acesso em: 19 dez. 2025.
- MOREIRA-ALMEIDA, A.; LOTUFO NETO, F.; KOENIG, H. G. Religiousness and mental health: a review. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 28, p. 242–250, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbp/a/v6WPG8DFL5ND3gc4bmhsPRF/?lang=en>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

ORJI, N. Faith-Based Aid to People Affected by Conflict in Jos, Nigeria: An Analysis of the Role of Christian and Muslim Organizations. **Journal of Refugee Studies**, v. 24, n. 3, p. 473–492, 2011. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jrs/article-abstract/24/3/473/1570768>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

PEREIRA, E. Teologia do Domínio: Uma chave de interpretação da relação política evangélico-bolsonarista. **Projeto História**, v. 76, p. 147–173, 2023. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/60331>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

QIAN, Y.; ZHAO, Y. The rise and evolution of Korean Christian foreign missions and political interaction. **HTS Theologiese Studies / Theological Studies**, v. 81, n. 2, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0259-94222025000200001>. Acesso em: 19 dez. 2025.

ROSAS, N. As ações sociais da Igreja Universal: recrutamento e empreendedorismo no A Gente da Comunidade de Belo Horizonte. **Ciencias Sociales y Religión**, v. 14, n. 17, p. 27–51, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8669665>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

RITCHIE, G. Civil society, the state, and private sponsorship: the political economy of refugee resettlement. **International Journal of Lifelong Education**, v. 37, n. 6, p. 663–675, 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02601370.2018.1513429>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

ROSSI, L. B. As políticas da vida: o visto humanitário e a nova razão governamental. **Caderno de relações internacionais**, v. 13, n. 24, p. 7–29, 2022. Disponível em: <<https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/1416>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

RUSEISHVILI, S.; TEODORO, G. M. Comunidades de fé e incorporação migrante: venezuelanos no interior do estado de São Paulo. **Religião & Sociedade**, v. 43, p. 61–86, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rs/a/SXskstwKgWCfnv9scgvHxs>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

SEGRILLO, A. A guerra da Ucrânia: repercussões historiográficas no contexto da questão nacional. **Revista Brasileira de História**, v. 43, p. 305–326, 2023. Associação Nacional de História - ANPUH. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/FV8gsv8HssVFXM95yDGySQc/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

SELL, C. E. A secularização como sociologia do moderno: Max Weber, a religião e o Brasil no contexto moderno-global. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, v. 3, n. 6, p. 11–46, 2015. Disponível em: <<https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/198>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

SIDER, R. J.; UNRUH, H. R. Typology of Religious Characteristics of Social Service and Educational Organizations and Programs. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 33, n. 1, p. 109–134, 2004. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0899764003257494>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

SOUZA, A. R. DE. Os católicos, evangélicos e espíritas chamados de progressistas. **Revista de Estudos da Religião (REVER)**, v. 23, n. 2, p. 167–182, 2023. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/56931/43568>. Acesso em: 19 dez. 2025.

SOUZA, A. R. DE. Traços e embaraços do trabalho assistencial cristão. **Estudos de Sociologia**, v. 18, n. 34, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/5979>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

SOUZA, A. R. DE; RUSEISHVILI, S. As organizações cristãs de abrangência nacional em face da questão dos refugiados. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 10, n. 2, p. 537–555, 2020. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/862>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

THOMAZ, D. Z. Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas. **Primeiros Estudos**, n. 4, p. 131–143, 2013. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/primeirosestudos/article/view/56732>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

TOMETTEN, C. Resettlement, Humanitarian Admission, and Family Reunion: The Intricacies of Germany’s Legal Entry Regimes for Syrian Refugees. **Refugee Survey Quarterly**, v. 37, n. 2, p. 187–203, 2018. Disponível em: <<https://academic.oup.com/rsq/article-abstract/37/2/187/4925441>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

TONIOL, R. Censo de 2022 e religião no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, v. 31, 2025. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/pFrYyvp56tV5DVz9CSQWn4S/>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

TRUZZI, O. Sociabilidades e Valores: Um Olhar sobre a Família Árabe Muçulmana em São Paulo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 51, n. 1, p. 37–74, 2008a. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/zzLNqzhkypxZCyccD5YjyKP/>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, v. 20, p. 199–218, 2008b. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/K3dggCcfJdy4xWB9DjpRc7C/>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

VAGGIONE, J. M. Reactive Politicization and Religious Dissidence: The Political Mutations of the Religious. **Social Theory and Practice**, v. 31, n. 2, p. 233–255, 2005. Disponível em: <<https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/114666>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

VASCONCELOS, I. DOS S. Las iglesias le dan continente al migrante: iglesias, religiosidades e venezuelanos/as no norte do Brasil. **Religião & Sociedade**, v. 42, n. 1, p. 177–200, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rs/a/7WXT3p59ztjXPV9J9FLz54J/>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

VIANNA, A.; FACUNDO, Á. Tempos e deslocamentos na busca por justiça entre “moradores de favelas” e “refugiados”. **Ciência e Cultura**, v. 67, n. 2, p. 46–50, 2015. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000200014>. Acesso em: 19 dez. 2025.

VOITSIKHOVSKYI, A.; BAKUMOV, O.; USTYMENKO, O.; LOHVYNENKO, Y. The role of international organizations in the protection of human right in Ukraine. **Novum Jus**, v. 16, n. 2, p. 305–340, 2022. Disponível em: <<https://novumjus.ucatolica.edu.co/index.php/Juridica/article/view/4532>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

WENDEN, C. W. DE. As novas migrações. **SUR - Revista internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 23, p. 17–28, 2016. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2016/09/1-sur-23-portugues-catherine-wihtol-de-wenden.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

WILSON, E. Much to be Proud of, Much to be Done: Faith-based Organizations and the Politics of Asylum in Australia. **Journal of Refugee Studies**, v. 24, n. 3, p. 548–564, 2011. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jrs/article-abstract/24/3/548/1572460>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ALVES, R. DE C. G. **Urbanidade Gospel: megatemplos evangélicos na experiência urbana**. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2023.

ARENDDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

BEBBINGTON, David W. **Evangelicalism in Modern Britain: A History from the 1930s to the 1980s**. Routledge: Londres, 1989.

BERGER, P. L. (ORG.). **The Desecularization of the World: Resurgent Religion and World Politics**. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1999.

_____. **O Dossel Sagrado: Elementos Para uma Teoria Sociológica da Religião**. São Paulo, SP: Paulus Editora, 2004.

BORNSTEIN, E. **The Spirit of Development: Protestant NGOs, Morality, and Economics in Zimbabwe**. Stanford: Stanford University Press, 2005.

CARNEIRO, W. P. A declaração de Cartagena de 1984 e os desafios da proteção internacional dos refugiados, 20 anos depois. *In*: SILVA, C. A. DA (org.). **Direitos Humanos e Refugiados**. Dourados: UFGD, 2012.

CASANOVA, J. **Public religions in the modern world**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CONDE, F. **Análisis sociológico del sistema de discursos**. Madri: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2009.

ELISHA, O. Evangelical Megachurches and the Christianization of Civil Society: An Ethnographic Case Study. *In*: CLEMENS, E., GUTHRIE, D. (org.). **Politics and Partnerships: The Role of Voluntary Associations in America's Political Past and Present**. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

_____, O. You Can't Talk to an Empty Stomach: Faith-based Activism, Holistic Evangelism, and the Publicity of Evangelical Engagement. *In*: HACKETT, R. I. J. (org.). **Proselytization Revisited: Rights Talk, Free Markets and Culture Wars**. Nova York: Routledge, 2014.

FASSIN, D. **Humanitarian Reason: A Moral History of the Present**. Berkeley: University of California Press, 2012.

FLANIGAN, S. T. **For the Love of God: NGOs and Religious Identity in a Violent World**. Sterling: Kumarian Press, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREEMAN, D. (ORG.). **Pentecostalism and Development: Churches, Ngos and Social Change in Africa**. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2012.

FREIER, L. F.; LUZES, M. How Humanitarian Are Humanitarian Visas? *In: Latin America and Refugee Protection*. Nova York: Berghahn Books. p.276–293, 2021.

GARRISON, D. **CHURCH PLANTING MOVEMENTS: How God Is Redeeming A Lost World**. Richmond: International Mission Board of the Southern Baptist Convention, 1999.

GEERTZ, CLIFFORD. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUÉRIOS, P. R. Migração e manutenção da ordem moral religiosa: o caso da imigração rutena ao Paraná no final do século XIX. *In: Migração e exílio*. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

HEFFERAN, T.; ADKINS, J.; OCCHIPINTI, L. A. (ORG.). **Bridging the Gaps: Faith-based Organizations, Neoliberalism, and Development in Latin America and the Caribbean**. Lanham: Lexington Books, 2009.

KING, D. P. **God's internationalists: World Vision and the age of evangelical humanitarianism**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2019.

KLAUBER, M.; MANETSCH, S. M. (org.). **The Great Commission: Evangelicals and the History of World Missions**. Nashville: B&H Academic, 2008.

LOESCHER, G.; MILNER, J. UNHCR and the Global Governance of Refugees. *In: BETTS, A (Ed.). Global migration governance*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

LÖWY, M. **O que é cristianismo da libertação: Religião e Política na América Latina**. Expressão Popular: São Paulo, 2016.

MARIANO, R. Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MARTIN, D. **Pentecostalism: The World Their Parish**. Oxford: Blackwell, 2002.

MIKHEIEVA, O.; SEREDA, V.; KUZEMSKA, L. Forced Displacement of Ukrainians during the War: Patterns of Internal and External Migration (2014-2022). *In: MADLOVICS, B.; MAGYAR, B. (Org.). Russia's Imperial Endeavor and Its Geopolitical Consequences, The Russia-Ukraine War, Volume Two*. Budapeste: Central European University Press, p. 199–228, 2023.

MOELLER, S. D. **Compassion Fatigue: How the Media Sell Disease, Famine, War and Death**. Nova York: Routledge, 1999.

NEWMAN, E.; VAN SELM-THORBURN, J. (ORG.). **Refugees and forced displacement: international security, human vulnerability, and the state**. Tóquio: UN University Press, 2003.

RAMOS, O. F.; OLINTO, B. A. **Prudentópolis: cultura, história e identidade**. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2020.

SARTORETTO, L. Ampliação da definição de refugiado no Brasil e sua interpretação restritiva. *In: ROSANA BAENINGER; LÚCIA MACHADO BÓGUS; JÚLIA BERTINO MOREIRA; et al. (ORG.). Migrações Sul-Sul*. Campinas: NEPO Unicamp - Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, 2018.

SAYAD, A. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHELIGA, E. Incidência política evangélica: Notas a partir da RENAS. *In*: ARAÚJO, M.; CUNHA, C. V. da. (Org.); **Religião e Conflito**. Curitiba: Prismas, p.127–153, 2016.

SOUZA, A. R. DE. **O cristianismo brasileiro contemporâneo: aspectos econômicos, assistenciais, políticos e ecumênicos**. São Carlos: EdUFSCar, 2024.

STOTT, J. **The Lausanne Covenant: Complete Text with Study Guide**. Peabody: Hendrickson Publishers, 2012.

WAGNER, C. P. **Church Growth and the Whole Gospel: A Biblical Mandate**. Eugene: Wipf and Stock, 1998.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TCCs, TESES E DISSERTAÇÕES

ARÔCA, R. A. **Limites do visto humanitário no Brasil: o caso do acesso à educação superior**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais), 2019. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/199947>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

ASSUNÇÃO, L. M. DE. **Religião e migração: revisitando uma velha questão**. Dissertação de Mestrado (Sociologia), 2004. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-12012023-123643/pt-br.php>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

AUGUSTI, A. M. G. **Incorporação migrante e a reprodução social: um estudo a partir de mapas sociais de mulheres migrantes no interior de São Paulo**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais), 2025. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/items/cf145fb6-bf45-4ecf-81fb-3286a0637dd2>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

CONRADO, F. C. DOS S. **Religião e cultura cívica: Um estudo sobre modalidades, oposições e complementaridades presentes nas ações sociais evangélicas no Brasil**. Tese de doutorado (Ciências Humanas-Antropologia Cultural), 2006. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.academia.edu/42872420/RELIGI%C3%83O_E_CULTURA_C%C3%8DVICA_Um_estudo_sobre_modalidades_oposi%C3%A7%C3%B5es_e_complementaridades_presentes_nas_a%C3%A7%C3%B5es_sociais_evang%C3%A9licas_no_Brasil>. Acesso em: 19 dez. 2025.

PRADO, A. **O jornal ucraniano-brasileiro Prácia: Prudentópolis e a repercussão do Holodomor (1932-1933)**. Tese de doutorado (História), 2017. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Disponível em: <<https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6378>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

RAMOS, O. F. **Experiências da colonização eslava no centro-sul do Paraná (Prudentópolis 1896-1995)**. Tese de Doutorado (História), 2012. Franca: Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/entities/publication/6ebf3cdf-e9e5-4803-982b-2d1b47cfbde4>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

SIMIONATO, M. M. **O processo de alfabetização e a diáspora da língua materna na escola: um estudo em contexto de imigração ucraniana no sul do Brasil**. Tese de doutorado (Educação), 2012. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100918?locale-attribute=en>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

VECCHIO, V. A. D. **Evolução da legislação migratória no Brasil e a garantia dos direitos humanos: análise da acolhida humanitária**. Dissertação de Mestrado (Direito), 2023. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-28082023-140347/pt-br.php>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

ZIMMERMANN, A. C. **Switzerland's State Response on the European Refugee Crisis 2015-Identification of Restrictive Policy Measures – SNU GSIS**, 2018. Tese de doutorado (Cooperação Internacional), 2018. Seul: Seoul National University. Disponível em: <<https://gsis.snu.ac.kr/theses-by-gsis-students/document/1976/>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

TRABALHOS APRESENTADOS EM EVENTOS

LAHAV, G. **From Migration Control to Disciplining Mobility: New Actors, New Challenges**. *In: The 'Lampedusa Dilemma': Global Flows and Closed Borders. What should Europe do?*. Florença, 2014. Disponível em: <<https://www.eui.eu/Documents/RSCAS/PapersLampedusa/FORUMLahavfinal.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

SEYFERTH, G. **Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político**. *In: 26ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA*. Porto Seguro, 2008. Disponível em: <http://www.imigracaohistorica.info/uploads/1/3/0/0/130078887/seyferth_giralda._imigrantes_estrangerios_a_trajet%C3%B3ria_de_uma_categoria_inc%C3%B4moda_no_campo_pol%C3%ADtico.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2025.

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério das Relações Exteriores. **Portaria Interministerial nº 28, de 3 de março de 2022**. Dispõe sobre a concessão de visto temporário e autorização de residência para acolhida humanitária. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_MJSP.MRE_N%C2%BA_28_DE_3_DE_MAR%C3%87O_DE_2022.pdfL>. Acesso em: 19 dez. 2025.

_____. Ministério do Trabalho. **Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20concess%C3%A3o%20do,30%20de%20outubro%20de%202017>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

_____. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.** Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília, 1980 Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm>. Acesso em: 19 dez. 2025.

_____. **Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.** Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm>. Acesso em: 19 dez. 2025.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério das Relações Exteriores. **Portaria Interministerial nº 42, de 22 de setembro de 2023.** Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão, no contexto dos acontecimentos de agosto de 2021. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/imigracao/lei-de-migracao/PORTARIAINTERMINISTERIALMJSP.MREN42DE22DESETEMBRODE2023.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério das Relações Exteriores. **Portaria Interministerial nº 51, de 27 de dezembro de 2024.** Dispõe sobre a concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais haitianos afetados por calamidade de grande proporção, por desastre ambiental ou pela situação de instabilidade institucional na República do Haiti, e revoga a Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 37, de 30 de março de 2023. Brasília, 2024a. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2024/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_MJSP-MRE_N%C2%BA_51_DE_27_DE_DEZEMBRO_DE_2024.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2025.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério das Relações Exteriores. **Portaria Interministerial nº 50, de 26 de dezembro de 2024.** Dispõe sobre a concessão de autorização de residência para fins de acolhida humanitária aos nacionais ucranianos e aos apátridas que tenham sido afetados ou deslocados pela situação de conflito armado na Ucrânia. Brasília, 2024b. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2024/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_MJSP-MRE_N%C2%BA_50_DE_26_DE_DEZEMBRO_DE_2024.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2025.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério das Relações Exteriores. **Portaria Interministerial nº 60, de 30 de dezembro de 2025.** Dispõe sobre a concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária. Brasília, 2025. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mjsp/mren-60-de-30-de-dezembro-de-2025-679013815>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Edital de chamamento público para celebração de acordo de cooperação.** Programa de Reassentamento, Admissão e Acolhida Humanitária por Via Complementar e Patrocínio Comunitário (PRVC-PC) para nacionais do Afeganistão, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão, no contexto dos acontecimentos de agosto de 2021, segundo o estabelecido na portaria interministerial MJSP/MRE Nº 42, de 22 de setembro de 2023. Brasília, 2024c. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/reassentamento/textos/edital_rst-1.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2025.

COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS. **Resolução Normativa CONARE Nº 17 de 20 set. 2013**. Dispõe sobre a concessão de visto apropriado, em conformidade com a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e do Decreto 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a indivíduos forçosamente deslocados por conta do conflito armado na República Árabe Síria. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=258708>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

DOCUMENTOS DE ÓRGÃOS INTERNACIONAIS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Three-Year Strategy on Resettlement and Complementary Pathways**, 2019. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/us/media/three-year-strategy-resettlement-and-complementary-pathways>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

_____. **Lives on Hold: Intentions and Perspectives of Refugees from Ukraine #2**. Genebra: UNHCR Regional Bureau for Europe, 2022. Disponível em: <<https://data.unhcr.org/en/documents/details/95767>>. Acesso em: 18 dez. 2025.

_____. **Lives on hold: Intentions and Perspectives of Refugees, Refugee Returnees and IDPs from Ukraine #6 Summary Findings**. Genebra: UNHCR Regional Bureau for Europe, 2024. Disponível em: <<https://data.unhcr.org/en/documents/details/112600>>. Acesso em: 18 dez. 2025.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS; REACH. **Poland: Refugees from Ukraine in Poland — Profiling Update (September 2022)**. 2022.

CONSELHO EUROPEU PARA REFUGIADOS E EXILADOS. **Asylum on the Clock: Duration and Review of International Protection Status in Europe**. 2016.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS SOCIEDADES DA CRUZ VERMELHA E DO CRESCENTE VERMELHO (FICV). **Código de Conduta para o Movimento e ONGs de Assistência a Desastres**. 1994. Disponível em: <<https://www.ifrc.org/our-promise/do-good/code-conduct-movement-ngos>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

NEVILLE, D.; RIGON, A. **Towards an EU humanitarian visa scheme?** Briefing para o Parlamento Europeu. Bruxelas, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

_____. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados**. 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2025.

_____. **Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos**. 1966. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Pol%C3%ADticos.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2025.